

RELATÓRIO DE GESTÃO

2018



Um grupo de militares e civis em um momento histórico da Revolução de 1934, pintado por [nome não legível].

Sua [nome não legível] foi uma das principais figuras da Revolução de 1934, atuando no setor de [nome não legível].



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.

República Nacional-Estatista (1934 - 1937)

A Revolução de 1934, em São Paulo, marcou o início de um período de instabilidade política no Brasil, caracterizado por golpes militares e a instauração de regimes autoritários. Este período é conhecido como a Revolução de 1934, que culminou na criação da República Nacional-Estatista.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



A Constituição de 1934 promulgada em 25 de março de 1934 em São Paulo, estabeleceu um sistema de governo presidencialista e bicameral, com o Congresso Nacional formado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



[Nome não legível] em um momento histórico da Revolução de 1934.



Este é o Relatório de Gestão do Instituto Brasileiro de Museus – Ano 2018.

O objetivo deste relatório é permitir aos cidadãos brasileiros compreenderem melhor a atuação do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram nas políticas públicas para promover o crescimento do campo museal, preservar e democratizar o acesso ao patrimônio musealizado, exercendo sua função social.

Esse relatório apresenta à sociedade, inclusive aos órgãos de controle, os valores e os resultados produzidos e entregues pelo Ibram, além de demonstrar seu nível de governança, eficácia, eficiência, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

As informações aqui contidas referem-se ao ano de 2018 e foram aprovadas pela Diretoria Colegiada, órgão colegiado responsável pela e governança do Ibram. Adicionalmente, a auditoria interna do Ibram procedeu a validação das informações contidas no presente documento, no contexto das normas de auditoria, conforme reportado em seu parecer, item deste relatório. Está organizado da seguinte forma:

- **Carta do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus** contendo os principais objetivos, prioridades, resultados e desafios da gestão;
- **Estrutura, Planejamento Estratégico e Governança**, capítulo que trata dos cenários nacional e internacional, planejamento estratégico e governança, riscos e controles internos e perspectivas para os próximos anos;
- **Gestão de riscos e controles internos**, dos mecanismos de controle estabelecidos para alcançar os objetivos institucionais;
- **Resultados da gestão**, capítulo que demonstra as realizações em relação à missão institucional e aos objetivos estratégicos finalísticos, bem como sintetizar as principais perspectivas para os próximos anos;
- **Alocação de recursos e áreas especiais de gestão**, demonstrando como foram gerenciados os recursos orçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade;
- **Demonstrações Contábeis**, parte que demonstra a situação e a gestão financeira, orçamentária e patrimonial no exercício;
- **Outras informações relevantes**, relatando o tratamento de determinações e recomendações do TCU; e
- **Anexos e apêndices**, contendo a declaração de integridade do relato integrado e glossário.

Boa leitura!



Carta do Presidente do Instituto Brasileiro de Museus, Paulo Amaral

Os museus desempenham um importante papel na preservação e na proteção das memórias, seja pelo fortalecimento dos laços culturais que caracterizam os grupos sociais, seja pela disseminação de conhecimento e cultura, que possibilita uma melhor compreensão do passado e da complexidade do mundo. O reconhecimento da relevância dessas instituições como um ativo estratégico para a cultura nacional, culminou na criação do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram, ainda em 2009, resultado de um longo processo democrático organizado pelo setor museológico brasileiro em torno da construção da Política Nacional de Museus.

Dez anos após a criação do Ibram, o campo museal brasileiro fortaleceu-se com a expansão conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria e inédita no país. Responsável pela gestão da Política Nacional de Museus, o Instituto tem se firmado como o principal interlocutor na busca por melhorias dos serviços do setor, tais como estimular o aumento de visitação e de arrecadação dos museus, o fomento de políticas de aquisição e de preservação de

acervos, além da criação de ações integradas entre os museus brasileiros e instituições de outros países.

O Ibram reconhece a importância dos museus na vida social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia e como uma ferramenta de desenvolvimento social. Tem o desafio de incentivar a conscientização social de todos os segmentos da sociedade, promovendo e efetivando o seu direito à memória. Neste relatório, as principais ações do Ibram são explicitadas por meio de projetos que seguem as diretrizes do mapa estratégico, voltadas para a gestão, normatização e regulação do setor; preservação, difusão e acesso; fomento, sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental; e geração e difusão do conhecimento.

Na atuação do Instituto nas políticas de valorização, preservação e gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, destacamos as seguintes iniciativas (2017-2018):

- Conservação, Modernização e Ampliação de Acervos;
- Ampliação da Política Nacional dos Museus;
- 7º Fórum Nacional de Museus;
- Ações de promoção dos museus brasileiros;
- Fomento ao setor museal – prêmios;
- Difusão dos Acervos;
- Produção de informações para o campo; e
- Publicações e capacitações técnicas do setor museal.

Além de dialogar com os mais de 3.700 museus de múltiplos perfis, temáticas e estruturas situados em todo território nacional, o Ibram desenvolve intenso trabalho para aprimorar e valorizar os 29

museus integrantes da estrutura da Autarquia. Os 29 museus do Ibram ocupam uma área de mais de 931 mil m², composta por 99 edificações (81 mil m²), incluindo jardins históricos, espaços verdes, áreas de proteção ambiental e matas nativas. Suas áreas expositivas representam mais de 47 mil m². A gestão e manutenção desses museus representam um grande desafio, uma vez que se tratam de imóveis tombados como patrimônio histórico e, por essa razão, possuem especificidades próprias.

Em 2018, o Ibram direcionou os esforços de conservação e modernização dos seus museus por meio de ações desenvolvidas na área de arquitetura e gestão das instituições. Na arquitetura, 20 museus do Ibram foram atendidos com ações de modernização e preservação, considerando etapas de projeto, execução parcial ou total de obras. Além disso, outra ação de destaque nos últimos dois anos foi a elaboração de orientações, capacitações e desenvolvimento de ações de planejamento museológico nos museus Ibram.

A Autarquia também atuou em iniciativas que promoveram a ampliação dos acervos das instituições museológicas brasileiras, possibilitando que 67 museus e centros culturais, em 49 cidades e 18 estados

distribuídos no território nacional, ampliassem seus acervos por meio de doações e aquisições de obras de arte.

Como impactos na Política Nacional de Museus, destacamos:

A normatização da Política Nacional de Educação Museal – PNEM que determinou a organização, o desenvolvimento, o fortalecimento e a fundamentação do campo da educação museal no Brasil;

A institucionalização do Programa Pontos de Memória, que tem contribuído para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória; e

A expansão do Registro de Museus, que tem gerado uma maior confiabilidade nas informações coletadas, facilitando o monitoramento e a avaliação das políticas públicas.

A realização do 7º Fórum Nacional de Museus (FNM), com o tema “Recomendação Unesco: caminhos para museus e coleções”, em Porto Alegre/RS, em 2017, consolidou um ambiente de debate sobre o papel da museologia contemporânea e suas implicações sobre as políticas públicas voltadas para o setor, com desdobramentos em 2018. Evento bienal de abrangência e

mobilização nacional, tem como principal objetivo promover reflexão, avaliar e delinear as diretrizes para o setor, para a Política Nacional de Museus e para o Sistema Brasileiro de Museus.

Em 2018, o Ibram apoiou ações de Modernização de instituições museológicas e Preservação de patrimônio museológico por meio de projetos selecionados em edital, fomentando 28 projetos no valor total de R\$ 2.8 milhões. Já em relação à difusão de acervos, o Ibram promoveu parcerias que democratizam o acesso ao vasto patrimônio que os museus brasileiros e seus acervos preservam, difundindo os acervos dos museus brasileiros, por meio de investimentos e parcerias em digitalização e disponibilização virtual, audiovisual e de acessibilidade ao público.

As ações de promoção dos museus proporcionam a difusão das diversas manifestações e referências culturais e promovem o acesso à produção simbólica e à diversidade cultural. Elas são importantes ferramentas de produção e de difusão do conhecimento. Entre elas destacam-se a 16ª Semana Nacional de Museus, a 12ª Primavera dos Museus. Com um aumento médio de 22% ao ano, constatou-se que a Semana Nacional de Museus gerou

aumento de 79% no número de visitantes em relação à semana anterior ao evento, nas duas últimas edições. Incremento também verificado a cada edição da Primavera dos Museus.

Outro evento importante realizado pelo Ibram em parceria com o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro, foi o Seminário 200 Anos de museus no Brasil: Desafios e Perspectivas. O Seminário reuniu no período de 30 de julho a 3 de agosto de 2018, cerca de 1000 participantes e se constituiu como um espaço de discussões e reflexões sobre o bicentenário de museus no Brasil, cujo marco histórico foi a criação do Museu Nacional, por D. João VI ainda no ano de 1818, hoje administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse cenário, o incêndio que destruiu o Museu Nacional no dia 02 de setembro de 2018, configurou-se numa perda incalculável para o nosso patrimônio científico, histórico e cultural. A perplexidade que tomou a todos diante daquela tragédia, nos defrontou com o nosso maior desafio: consolidar e implementar uma política pública que garanta, de forma efetiva, a manutenção e conservação de edifícios e acervos do patrimônio cultural brasileiro.

Os recursos para o fortalecimento do setor passam também por sua qualificação, a partir da maior quantidade de profissionais capacitados atuando na área e do estímulo à produção de conhecimento sobre o campo museal e sua interdisciplinaridade, proporcionando assim uma maior proteção aos acervos dos museus brasileiros, o que reforça a relevância de uma das principais competências do Ibram: a qualificação dos profissionais que atuam nos museus.

Sabemos que temos que continuar trabalhando, avançando no processo de entregas à sociedade, preservando e ampliando o acesso ao patrimônio musealizado.

Estamos convictos que a continuidade de nossa atuação como órgão representativo do setor garantirá a democratização da memória e a disseminação do conhecimento, o que alicerçará o efetivo desenvolvimento social do país.

Por fim, é importante destacar que o Relatório de Gestão do Instituto Brasileiro de Museus de 2018 traduz nossa estratégia de auxiliar na transformação do Brasil em ações e projetos institucionais.

Atendendo ao desafio de inovação proposto pelo Tribunal de Contas da União, apresentamos um documento que é ao

mesmo tempo objetivo, robusto e transparente. Estamos prestando contas à sociedade de maneira clara, objetiva, correta e acessível. Esses valores, incorporados a esse documento, estiveram presentes no trabalho de toda a equipe ao longo de 2018, e esperamos que sirvam de paradigma para iniciativas semelhantes nos anos que virão. Finalmente, gostaria de agradecer a todos os que participaram do esforço de preservação e ampliação do patrimônio museológico brasileiro e, principalmente, aos nossos colaboradores, pois o Ibram possui quadros técnicos de competência reconhecida nesses 10 anos de sua existência, com notável importância para continuidade de sua atuação.

Paulo Amaral

Presidente do Ibram



SUMÁRIO

1. Estrutura e Ambiente Externo..... 9

1.1. Missão e Visão

1.2. Estrutura Organizacional

1.3. Cenário Nacional e Internacional

1.4. Mapeamento de processos (modelo de negócios)

2. Planejamento Estratégico e Governança..... 21

2.1. Mapa Estratégico

2.2. Governança

2.3. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

2.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

2.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

2.6. Relacionamento com a Sociedade

3. Gestão de riscos e Controles Internos.....28

4. Resultados da Gestão.....33

5. Alocação de recursos e áreas especiais de gestão.....63

5.1. Gestão de Pessoas

5.2. Gestão Orçamentária e Financeira

5.3. Gestão de Logística, Licitações e Contratos

5.4. Infraestrutura e Gestão patrimonial

5.5. Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.6. Sustentabilidade nas Contratações

6. Demonstrações Contábeis.....94

6.1. Declaração do Contador

6.2. Demonstrações Contábeis

6.3. Notas Explicativas

7. Tratamento de Determinações e Recomendações do TCU.....128

8. Anexos e Apêndices.....129



1. Estrutura e Ambiente Externo

1.1 Missão e Visão

Entre 2017 e 2018, o Ibram realizou um amplo processo de revisão do seu Planejamento Estratégico. A definição da metodologia de revisão estratégica do Ibram preconizou garantir a harmonização e o alinhamento entre os departamentos e museus.

A cultura organizacional foi definida buscando o envolvimento e a participação de dirigentes, servidores e colaboradores, uma vez que todos são importantes para o seu êxito.

O processo de revisão do Mapa Estratégico abordou o conjunto de atributos necessários e estruturantes à organização, de maneira a orientar decisões e promover transformações na realidade organizacional.

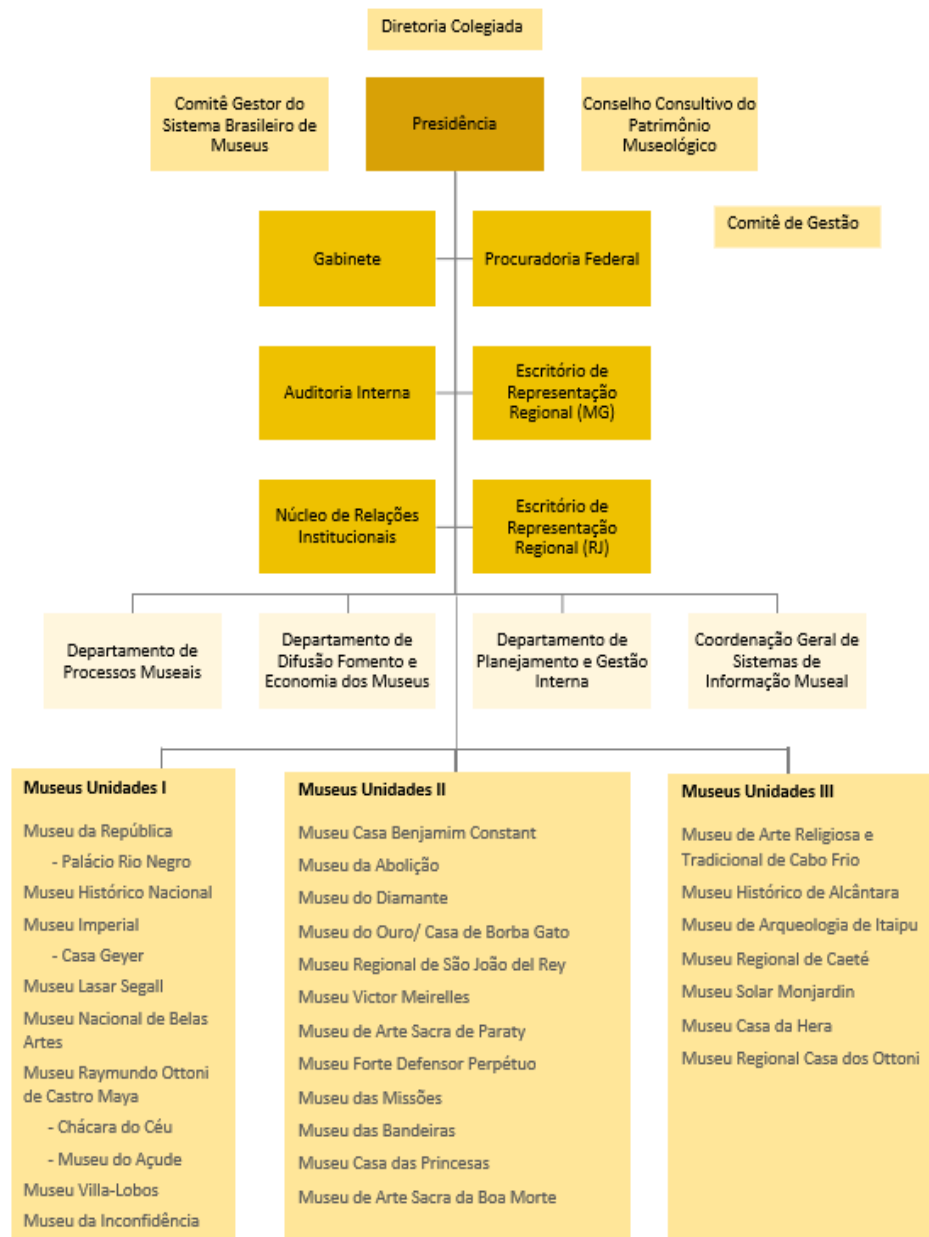
Procurou explicitar e delimitar, de forma transparente e em linguagem acessível, o que o Ibram pretende entregar nos próximos três anos. Foi construído sob a ótica de objetivos quantificáveis, mensuráveis e executáveis e levou em consideração os dados coletados na pesquisa de Percepção do Setor Museal em relação ao Ibram.

Nossa Missão

Promover a valorização dos museus e do campo museal a fim de garantir o direito às memórias, o respeito à diversidade e a universalidade de acesso aos bens musealizados.

Nossa Visão

Ser referência na gestão de políticas públicas e na geração e difusão de conhecimento para o campo museal.



1.2 Estrutura Organizacional

As competências de cada área estão dispostas no Decreto nº 8.904, de 17/11/2016, altera o Decreto nº 6.845, de 07/05/2009.

(http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2015-2018/2016/Decreto/D8904.htm)

1.3. Cenário Nacional e Internacional

Cenário Nacional

Hoje, podemos afirmar que trabalhamos com um conceito ampliado de cultura, ultrapassando a ênfase nas artes consolidadas e definindo-a como fenômeno social e humano de múltiplos sentidos, como manifestações que têm força simbólica e reconhecimento nas sociedades.

Dentro deste novo panorama, os museus vêm ganhando renovada importância na vida cultural e social brasileira, como processos socioculturais colocados a serviço da democracia, da sociedade e como uma ferramenta de desenvolvimento social.

Os museus brasileiros, na sua diversidade, são agentes que inter-relacionam múltiplas políticas, estéticas, formas de fazer, de saber, de conhecer – reveladoras das várias facetas do inesgotável repertório da cultura brasileira.

Museus dialogam com o passado e com o presente - mas também são fundamentais na criação de futuros, na propagação do conhecimento.

Em quinze anos, o campo museal brasileiro fortaleceu-se de forma histórica com a ampliação conceitual do fazer museológico e a consolidação de uma legislação própria, inédita na história do país e referência em nível internacional.

Partindo do marco legal da Política Nacional de Museus (PNM) e suas premissas, bases teóricas e práticas foram criadas, possibilitando a construção do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Estatuto de Museus, e culminando na criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que simboliza não um marco final, mas o início de uma nova era para a cultura brasileira.

A Política Nacional de Museus traz importantes desafios para o Ibram e para o Ministério da Cidadania. Um dos mais graves problemas das políticas públicas de cultura era a descontinuidade das ações e a perda das conquistas alcançadas, o que produzia um ambiente de desconfiança e descrença. A construção de uma política nacional elaborada de forma participativa objetiva a sua continuidade, consolidação e apropriação pela sociedade.

Por tudo isso, preservar o caráter participativo e democrático da atual Política

de Museus é fundamental. Essa preservação depende da atuação direta e engajada dos diversos agentes sociais envolvidos com o seu processo de construção, somados aos aparelhos públicos, estatais ou não – que se dedicam à sua sistematização.

O enfrentamento dessa questão tem levado o Ministério da Cidadania e o Ibram a dedicarem-se com atenção à continuidade das ações da Política Nacional de Museus, do Plano Nacional de Cultura (PNC), do Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM) e das demais ações que possam garantir o seu futuro, levando em conta as diretrizes: cultura como direito, cultura como bem simbólico e cultura como ativo econômico.

O Estatuto de Museus, marco legal, criado pela Lei nº 11.904/09 e regulamentado pelo Decreto nº 8.124/13, que organiza e normatiza o funcionamento dos museus em todo território nacional, é a principal ferramenta de gestão do Ibram e dos museus brasileiros.

O Instituto Brasileiro de Museus, que em 2019 completa 10 anos, exalta o reconhecimento efetivo que a especificidade do campo museal requer e justifica, sobretudo no mundo contemporâneo, um campo próprio de institucionalização. A

vitalidade desse campo decorre de sua capacidade *sui generis* de mesclar preservação, investigação e comunicação; tradição, criação e modernização; identidade, alteridade e hibridismo; localidade, nacionalidade e universalidade. É correto afirmar que, amparado por esta multiplicidade de ações, o centro de gravidade da política cultural do Brasil passa pelo território dos museus.

O Ibram realiza anualmente, um levantamento por meio do Formulário de Visitação Anual (FVA) que visa contabilizar o público visitante dos museus brasileiros. Esse levantamento é realizado entre os meses de fevereiro a abril, e recolhe informações sobre os visitantes dos museus no ano anterior. De acordo com o levantamento realizado em 2018, no qual 1.001 museus participaram, essas instituições receberam um total de 32.239.871 visitantes.

Outros levantamentos realizados pelo Ibram no âmbito de público de museus e suas exposições, colocou exposições de instituições brasileiras no ranque das mais visitadas do mundo, figurando no TOP 10 da categoria *Post-Impressionist and Modern*, no TOP 10 da categoria *Thematic*, e no TOP 100 *Art Museum Attendance*, do periódico inglês *The Art Newspaper*, um dos mais conceituados periódicos especializado em

Arte, no mundo, com correspondentes em mais de 20 países.

Sobre os investimentos do então Sistema MinC voltados para o setor, como resultado da visão estratégica trazida pela PNM: o valor investido em 2001 na ordem de R\$ 20.043.913,00 passou para R\$ 373.374.147,00 em 2016, com participações expressivas tanto de recursos oriundos da Administração Direta quanto do patrocínio por meio de incentivo fiscal.

Os museus devem ser processos e estar a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, devem ser também unidades de investigação e interpretação, de mapeamento, documentação e preservação cultural, de comunicação e exposição dos testemunhos do homem e da natureza.

De vital importância é a institucionalização do setor, que, atualmente, se apresenta em diversos instrumentos, tais: Política Nacional de Museus (PNM); Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM); Estatuto de Museus; A criação do Ibram; Sistema Brasileiro de Museus (SBM); Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM); Programa Pontos de Memória; a Declaração de Interesse Público (DIP); Destinação de bens culturais apreendidos pela Receita Federal

do Brasil; Direito Autoral e Propriedade Intelectual Aplicada aos Museus; Estudo para implantação de loja etc.

No ano de 2018 celebramos o bicentenário do Museu Nacional, entidade vinculada à UFRJ/MEC, e seu significado, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) lançou em maio de 2018 marca comemorativa aos 200 anos de museus no Brasil. Ela foi utilizada em todos os produtos lançados pelo Ibram ao longo de 2018 e também esteve presente em todas as ações desenvolvidas pelo órgão e seus museus vinculados.

Também como parte das comemorações, o Ibram publicou ainda edição especial da MUSAS – Revista Brasileira de Museus e Museologia (<http://www.museus.gov.br/tipo-publicacao/revistas/>) que trouxe uma reflexão sobre dois séculos de experiência museal em território brasileiro lançando um amplo olhar avaliativo sobre as principais questões, experimentações e conquistas acumuladas nesta trajetória. Realizou, com o patrocínio do CCBB Rio, o evento “Seminário 200 anos de museus no Brasil: Desafios e Perspectivas”, que propôs uma reflexão sobre dois séculos de presença contínua dos museus em território brasileiro.

Tendo em vista o incêndio no Museu Nacional, maior tragédia para a cultura brasileira de todos os tempos, as demais ações para as comemorações dos 200 anos foram interrompidas. O Ibram passou a integrar o grupo de trabalho para o resgate de acervo nos escombros do Museu Nacional, bem como tem sido referência em gestão de riscos com o Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.

Outro avanço para o ano de 2018 foi a Instituição da Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Sistematização do documento preliminar do Programa Nacional de Educação Museal, aprovação do documento final da Política Nacional de Educação Museal - PNEM e divulgação da Portaria nº 422, que dispõe sobre a PNEM e dá outras providências.

A articulação para implantação da PNEM, contou com a realização de 36 encontros para difusão e promoção da PNEM e seu Caderno durante a 12ª Primavera dos Museus.

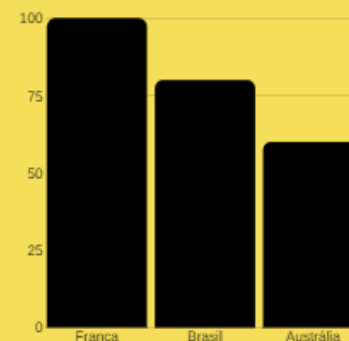
VISITAÇÃO

OS MUSEUS BRASILEIROS RECEBERAM MAIS DE **32 MILHÕES** DE VISITANTES EM 2017.



EXPOSIÇÕES

EM 2018, ACONTECERAM MAIS DE **400** EXPOSIÇÕES NOS **29** MUSEUS IBRAM.



RANKING MUNDIAL

O BRASIL, EM 2017/18 ALCANÇOU A **2ª** POSIÇÃO NO RANKING DE VISITAÇÃO A EXPOSIÇÕES PÓS-IMPRESSIONISTA E MODERNO DA REVISTA BRITÂNICA THE ART NEWSPAPER.

CENÁRIO NACIONAL

3.769

Museus no Brasil

NATUREZA ADMINISTRATIVA

NO UNIVERSO DE 3.769, A MAIORIA PERTENCE À ESFERA PÚBLICA. OS FEDERAIS SÃO 459, SENDO 29 GERIDOS PELO IBRAM.

INVESTIMENTO

O VALOR INVESTIDO NO SETOR NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS TEVE UM **AUMENTO DE MAIS DE 1800%** DESDE 2001.

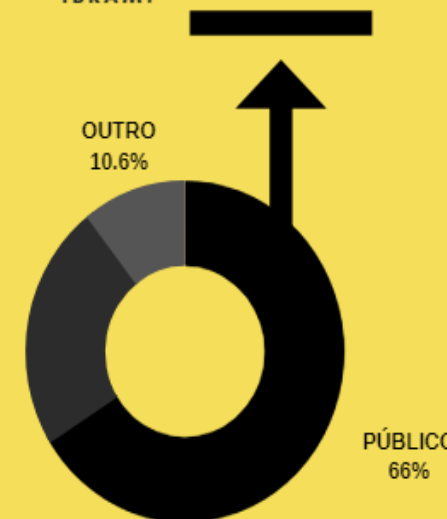


CURSOS

SÃO **16** CURSOS DE GRADUAÇÃO, E **5** PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA.



PRIVADO
23.4%



Cenário Internacional

A evolução das políticas públicas brasileiras naturalmente amplia as possibilidades de diálogo e cooperação com parceiros externos, e também é positivamente influenciada por estes contatos, gerando um ciclo contínuo de desenvolvimento.

Em sintonia com as competências do Ibram, as atividades internacionais buscam, prioritariamente, contribuir a quatro objetivos fundamentais, que reforçam esta relação positiva entre as ações domésticas e as relações internacionais:

- O aprimoramento das políticas públicas nacionais;
- A qualificação dos profissionais brasileiros em técnicas, práticas e temas de interesse do setor museal;
- O compartilhamento de boas práticas e experiências exitosas entre o Ibram e parceiros internacionais;
- A consolidação da presença brasileira em espaços internacionais relevantes para o debate e deliberação sobre temas culturais.

É possível classificar a atuação internacional do Ibram em três áreas distintas: a cooperação técnica internacional, baseada

no intercâmbio de profissionais e de boas práticas relacionadas a museus e à Museologia; a representação do Brasil em eventos e fóruns internacionais referentes ao setor de museus; e a promoção da cultura brasileira no exterior.

A presença do Ibram nestas três frentes permite ao Brasil compartilhar seus avanços em política museológica, aprender com as experiências de outros países, e fortalecer a posição do Brasil como um dos países protagonistas nos espaços internacionais de diálogo sobre museus.

O ano de 2018 foi favorável ao estabelecimento de ações nestas três áreas, havendo hoje oportunidades claras de atuação junto a parceiros específicos.

Um aspecto relevante a considerar é que, do ponto de vista da cooperação técnica internacional, as instituições brasileiras estão tanto em posição de receber quanto de ofertar cooperação em temas diversos. Dois exemplos recentes são a cooperação realizada pelo Ibram ao Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), e o intercâmbio realizado com instituições da Holanda, por meio da Agência de Patrimônio Cultural (RCE) e do DutchCulture.

A imagem do Brasil em eventos internacionais do campo dos museus foi consolidada por atividades realizadas nos últimos dez anos. Em especial, destaca-se o papel importante que o país assumiu para a conformação do Programa Ibermuseus, iniciativa de cooperação que reúne 22 países do espaço ibero-americano. A unidade técnica do Programa, responsável pela execução de suas atividades, está instalada nas dependências do Ibram.

Igualmente digna de nota foi a iniciativa brasileira para o estabelecimento de um novo instrumento normativo da UNESCO, que estabelecesse diretrizes para a atuação dos museus em todo o mundo. Com o apoio inicial dos países do Ibermuseus, de demais Estados membros da UNESCO, e de parceiros como o ICOM, foi aprovada em 2015 a Recomendação relativa à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade.

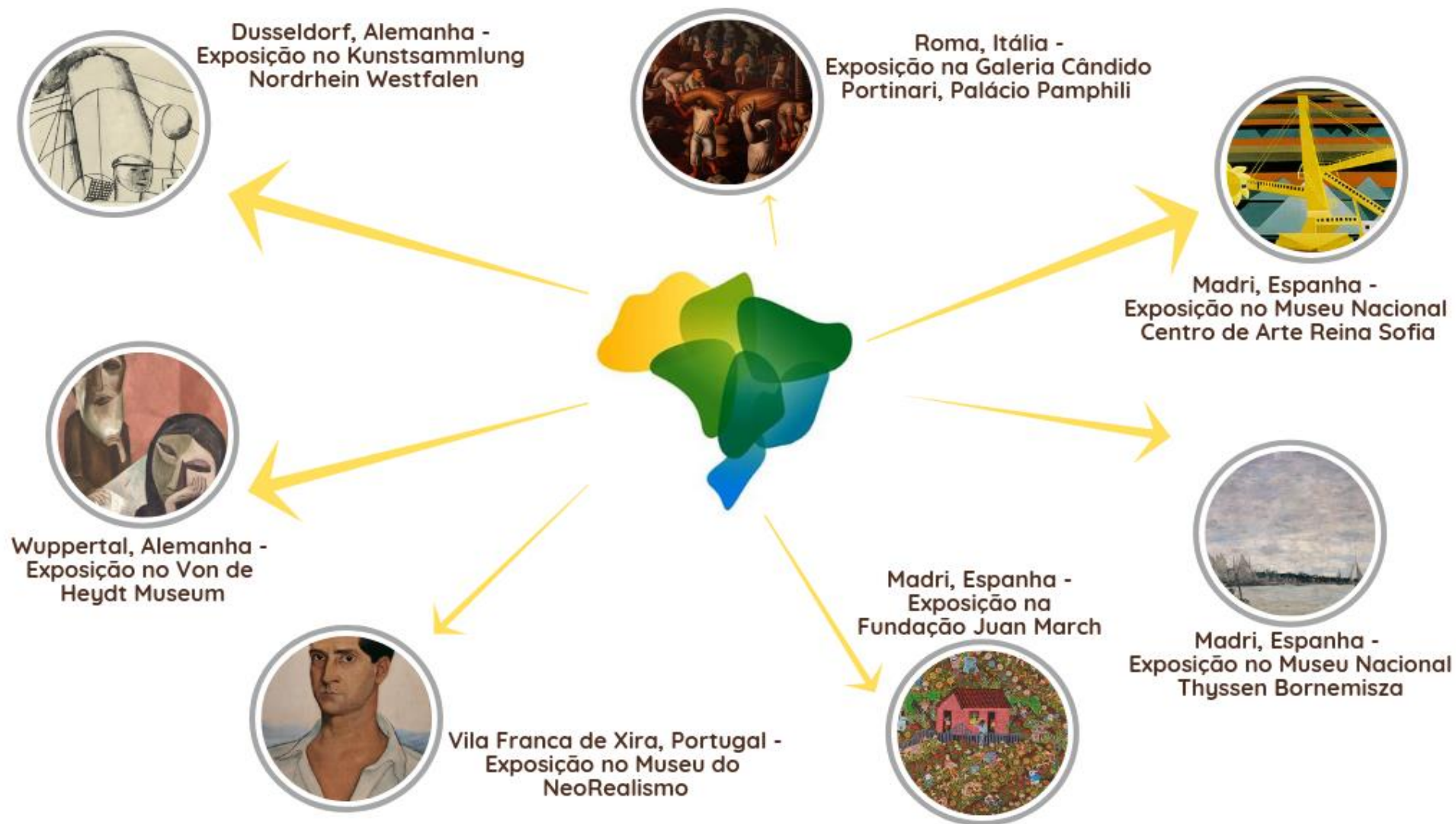
Além destes espaços de atuação, o Brasil tem hoje a possibilidade de contribuir à construção de consensos regionais no âmbito do Mercosul, por meio de seu Comitê Técnico de Museus e do Comitê Técnico de Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais, e junto aos países BRICS, que no ano

passado estabeleceram dois mecanismos de cooperação, a Aliança BRICS de Museus e a Aliança BRICS de Museus de Arte e Galerias Nacionais.

A realização de alguns importantes eventos internacionais sobre o campo dos museus também abriu espaço à ampliação da presença brasileira, que contribui para o intercâmbio de ideias e atualização dos servidores quanto às novas tendências e debates sobre os museus no mundo contemporâneo. Em 2018 dois editais foram lançados pelo Ibram, voltados aos seus servidores, para a participação em eventos internacionais de destaque. Vale ressaltar que a atração de profissionais destacados do exterior para participação em eventos nacionais é igualmente proveitosa, sendo hoje o Fórum Nacional de Museus um importante espaço para interlocução com profissionais de outros países.

Pode-se dizer que todas as atividades internacionais desenvolvidas pelo Ibram, ao projetar a imagem dos profissionais brasileiros no exterior, contribuem conjuntamente com a promoção da cultura brasileira no exterior. Completando este rol de atividades, uma das iniciativas mais importantes para promover a cultura

brasileira é a participação de museus vinculados ao Ibram em exposições de arte realizadas no exterior, em geral com o empréstimo de importantes obras que integram seus acervos. Nos últimos anos, houve constante movimento de obras de acervos do Ibram para empréstimos temporários. Em 2018, os museus do Ibram emprestaram obras para sete exposições internacionais, realizadas em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.



EXPOSIÇÕES INTERNACIONAIS COM OBRAS DE MUSEUS IBRAM

Em 2017 e 2018, os Museus Ibram emprestaram obras para sete exposições internacionais, realizadas em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.



Destques

- Reunião da Aliança de Museus dos BRICS
- Reunião do Conselho Intergovernamental do Programa Ibermuseus
- Conferência Global MuseumNext
- Reunião do Comitê Internacional de Educação e Ação Cultural do ICOM
- Reunião do Comitê Internacional de Marketing e Relações Públicas do ICOM
- Cooperação Técnica "Fortalecimento do Museu Nacional de Arqueologia da Bolívia"
- Missão de estudos à Holanda para profissionais de museus brasileiros

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Em 2017 e 2018, o Ibram esteve presente em 21 ações de cooperação internacional realizadas em 13 países (Alemanha, Argentina, Bolívia, Chile, China, Colômbia, Espanha, Estados Unidos, Equador, França, Geórgia, Holanda e México).

Recebeu, no Brasil, 3 representantes internacionais durante o 7º Fórum Nacional de Museus e uma especialista da Escola do Louvre para seminário e capacitação (Chile, França e Holanda).

1.4. Mapeamento de Processos (Modelo de Negócios)

Conservação /
Restauração de acervos
museológicos
Preservação do
patrimônio cultural
musealizado.

Segurança de
acervos
museológicos
Segurança ao
patrimônio cultural
musealizado e
auxiliar na
recuperação de bens
musealizados
desaparecidos.

Estudos sobre
exposições realizadas
no Brasil

Levantamento anual de
informações sobre
exposições de curta
duração realizadas no
Brasil.

Pesquisa,
diagnóstico e
estatística museal

Levantamentos e
pesquisas voltados
para a produção de
estatísticas e
cartografias museais.

Documentação de
acervo museológico

Aprimorar a
gestão dos
acervos dos
museus.

Fiscalização

Fiscalizar as
determinações
do Estatuto de
Museus.

Normatização e
sistematização para
catalogação de
acervo museológico

Análises sobre normas
e padrões de
arquitetura de dados e
processos
integradores para os
projetos de tecnologia
da informação museal.

Arquivos de Museus

Ampliação,
consolidação e
institucionalização de
políticas públicas
para arquivos de
museus

Gestão Documental

Implantação de
procedimentos e
metodologias de
gestão documental.

Gestão da propriedade
intelectual e direito
autoral nos museus

Desenvolvimento de
Normas, Estudos e
Projetos voltados à
Propriedade
Intelectual e Direitos
Autorais em Museus.

Biblioteca de Museus

Ampliação,
consolidação e
institucionalização de
políticas públicas
para bibliotecas de
museus.

Planejamento
museológico

Aprimorar a
gestão dos
museus pelo
desenvolvimento do processo
de
planejamento.

Requalificação arquitetônica e expográfica

Implantar ações de preservação e modernização nos museus.

Fomento e Financiamento ao Campo Museal

Subsídio ao Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, coordenação de Transferências Voluntárias e realização de Editais

Museologia Social

Contribuir para o desenvolvimento de processos museais em comunidades populares e tradicionais.

Educação Museal

Contribuir para o desenvolvimento de processos educativos.

Monitoramento e incentivo às políticas públicas setoriais

Produção e disseminação de conhecimento sobre os museus brasileiros e suas políticas Públicas.

Formação técnica do campo museal

Sistematizar e difundir conhecimentos técnicos associados às atividades próprias dos museus e iniciativas de memória.

Desenvolvimento de projetos, estudos e pesquisas voltados à Economia e à Sustentabilidade Socioeconômica de Museus

Desenvolvimento de cenários, indicadores, estudos e pesquisas sobre a Economia e a Sustentabilidade dos Museus, em suas quatro dimensões: cultural, social, econômica e ambiental

Desenvolvimento e Gestão de Projetos Estratégicos e Parcerias Institucionais

Identificação, desenvolvimento e formalização de instrumentos voltados para a gestão de projetos estratégicos no âmbito do setor museal, inclusive em articulação com outras políticas.

Desenvolvimento e coordenação de Marketing Museal para promoção do Ibram e dos museus brasileiros

Desenvolvimento de ações de promoção para os museus brasileiros e de estratégias para a construção da Política de Marketing do Ibram e para o alinhamento com produtos e empresas para divulgação do setor.

Comercialização de produtos

Implantação de lojas, interpretação criativa de acervos museológicos em produtos e venda de publicações do Ibram

Estudos de Público

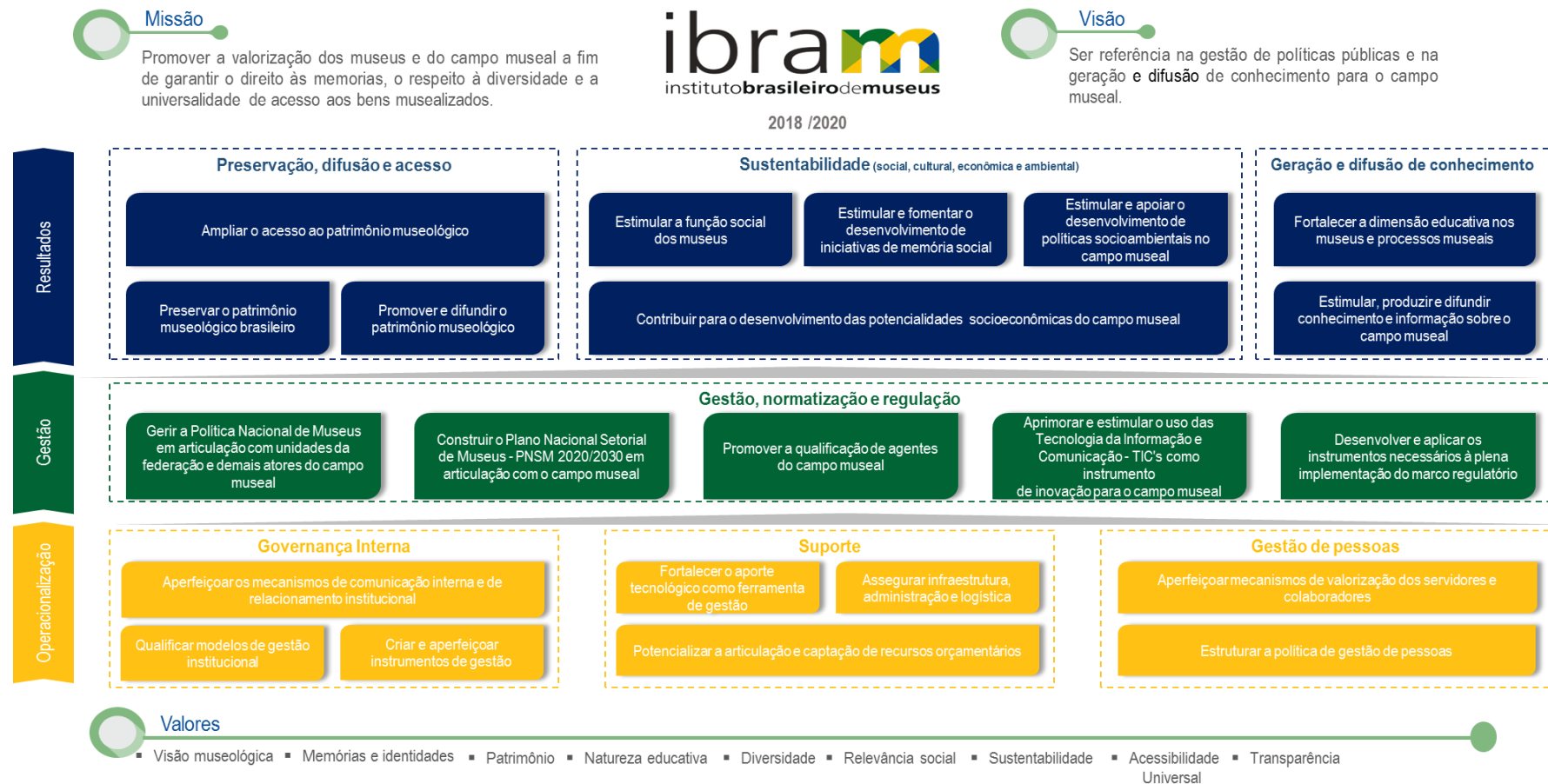
Coleta, análise, monitoramento, compartilhamento de dados de visitação aos museus brasileiros



2. Planejamento Estratégico e Governança

2.1. Mapa Estratégico

Em 2017 iniciamos o processo de revisão do Mapa Estratégico, instrumento norteador da nossa atuação no período 2018/2020. Construído de forma coletiva, os resultados obtidos foram consolidados em uma proposta aprovada pela Diretoria Colegiada em fevereiro de 2018. São 9 objetivos estratégicos com foco em ações finalísticas voltados para resultados à sociedade e ao campo museal.



2.2. Governança

Diretoria Colegiada

A Diretoria é composta pelo Presidente e pelos Diretores dos Departamentos de Processos Museais, de Difusão, Fomento e Economia dos Museus, Planejamento e Gestão Interna e do Coordenador-geral de Sistemas de Informação Museal, bem como Procurador-chefe competindo-lhe, dentre outras atribuições, estabelecer a política institucional, as diretrizes e as estratégias do Ibram, conforme Decreto nº 6845/2009. Participa das reuniões, representante dos servidores escolhido por voto direto.

Comitê de Gestão (COGES)

Instalado em novembro de 2014, por ocasião do 6º Fórum Nacional de Museus -FNM, o Comitê de Gestão do Ibram suas competências estão dispostas no Decreto nº 8.904, de 17/11/2016.

(http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2016/Decreto/D8904.htm).

Comissão de Ética

A Comissão tem como papel mediar e dirimir conflitos internos, além de ser um mecanismo que aprimora a transparência pela valorização da ética pública foi constituída por meio da Portaria n. 429, de 07 de dezembro de 2017, com a nomeação de novos membros.

(https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2019/02/Portaria429_ComisaoEtica-20171.pdf).

Ouvidoria

A Ouvidoria é responsável por receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações, elogios, sugestões e pedidos de informação referentes a procedimentos e ações do Ibram. O protocolo é registrado diretamente na Ouvidoria do Ibram.

Auditoria Interna (AUDIN)

A Auditoria Interna do Ibram tem como missão fortalecer a gestão e contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, colaborando com as ações preventivas de controle das unidades da autarquia, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, além de contribuir para eliminar eventual utilização indevida ou antieconômica de recursos públicos.

Grupo de Trabalho - Processo Administrativo

Na esfera corretiva, o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram atua por meio de Grupo de Trabalho, responsável pelos procedimentos de responsabilização, designado pela Portaria nº 319, de 13 de setembro de 2017.

(<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/163314901/dou-secao-2-05-10-2017-pg-6>).

Programa de Integridade

O Programa de Integridade Pública é compreendido como uma medida administrativa de gestão estratégica por meio da qual se identifica, trata e gerencia, de forma sistemática, os riscos de violação de integridade de uma organização para melhoria da governança, tendo como foco principal estruturar, reforçar, manter a cultura de integridade institucional, bem como prevenir e combater potenciais

atos de fraude e corrupção que possam impedir que a organização preste serviços de qualidade e de forma eficiente à sociedade. Suas competências estão dispostas na Portaria Ibram nº 206, de 30 de maio de 2018, o Comitê de Gestão do Programa de Integridade no âmbito do Ibram

(http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16747240/do1-2018-06-01-portaria-n-206-de-30-de-maio-de-2018-16747236).

Participação em Conselhos, Comissões, Redes e Grupos de Trabalho'

O Ibram tem assento nos seguintes órgãos colegiados não integrantes de sua estrutura:

Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, órgão colegiado integrante da estrutura básica do MinC que tem como finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e da sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional.

Conselho Consultivo do IPHAN, órgão colegiado com a finalidade de examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas à proteção do patrimônio cultural brasileiro, tais como o tombamento de bens culturais de natureza material, o registro de bens culturais imateriais, a autorização para a saída temporária do país de obras de arte ou bens culturais protegidos, na forma da legislação em vigor e de opinar sobre outras questões relevantes do patrimônio cultural brasileiro.

Comitê Gestor do Sistema Brasileiro do Museu, instituído conforme previsto no artigo 19 do Decreto n.º 8.124, de 17 de outubro de 2013, tem por finalidade propor diretrizes e ações e também apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

Comissão do Fundo Nacional de Cultura – FNC, colegiado instituído pelo Decreto 5.761, de 27 de abril de 2006

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5761.htm).

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura – CNIC, instituída pelo art. 32 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, na qual suas competências estão dispostas.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm)

Grupo de Trabalho para Identificar Políticas Públicas para as Culturas Indígenas, tem a finalidade de desenvolver a proposta de Plano Estratégico para as Culturas Indígenas, estabelecendo prazos, metas anuais e responsáveis pela execução, em parceria com os povos indígenas, através de uma metodologia de atuação que contemple efetivamente a interlocução com as representações indígenas e que observe as diretrizes da Política Nacional de Participação Social; bem como elaborar propostas de governança para tratar a pauta indígena no Sistema MinC, em colaboração com o Conselho Nacional de Política Cultural e com o Colegiado de Culturas dos Povos Indígenas; além de gerar subsídios e promover articulações interministeriais para as políticas públicas para os povos indígenas.

Grupo de Trabalho Glossário da Cultura, instituído pela Portaria MinC nº 119, de 19 de novembro de 2015, os trabalhos do GT são

coordenados pela Secretaria de Políticas Culturais do MinC em parceria com a Universidade Federal de Goiás, para o desenvolvimento de um Glossário da Cultura. Entende-se por glossário cultural o conjunto de dicionários e ontologias que irão balizar a organização dos diversos sistemas de informação no âmbito do Ministério da Cultura.

Rede Nacional de Identificação de Museus – RENIM, é um arranjo de governança pública colaborativa formado pelos órgãos responsáveis pelas políticas setoriais de museus. No âmbito nacional atuam o Ibram (coordenador da Rede) e o Comitê Gestor do SBM e, no âmbito local, os Sistemas Estaduais, Distrital e Municipais de Museus e demais órgãos públicos.

Painel de Indicadores Gerenciais

Desenvolvido em 2016, o painel de indicadores é uma publicação do Ibram, criado para sistematizar as informações das Políticas Museais, por meio de indicadores elaborados para monitorar, avaliar e subsidiar a tomada de decisão. Esta publicação se dedica principalmente ao público interno do Ibram (Gestores, servidores, consultores), com perspectiva de ser compartilhado a todo o campo museal para que possam além de usar as informações, contribuir para melhoria da gestão de forma tempestiva e certa. Publicado quinzenalmente, encerrou o ano de 2018 em sua 15ª edição.

https://extranet.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/12/Painel-de-Indicadores-Ibram-19_2017.pdf

2.3. Informações sobre Dirigentes e Colegiados

Sistema Brasileiro de Museus (SBM)

Criado pelo decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revisto pelo Decreto 8.124/2013, sua finalidade principal é facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros.

Em 2018 foram designados novos membros para atuarem no âmbito do Comitê, por meio da Portaria-MinC nº 105, de 08/11/2018.

https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/portarias/Portaria_MinC_n_105_de_08112018.html

Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico (CCPM)

Instituído pelo Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009, na seção II, Art. 6º trata da composição do CCPM, bem como de suas atribuições, (As competências de cada área estão dispostas no Decreto nº 8.904, de 17/11/2016

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2015-2018/2016/Decreto/D8904.htm

2.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A Auditoria Interna, no intuito de colaborar com o Ibram no alcance de seus objetivos institucionais, adota uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados.

Mesmo com o reduzido quadro de pessoal, a Auditoria Interna conseguiu atingir as metas estabelecidas no Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna – PAINT de 2018, disponível no endereço <http://www.museus.gov.br/>.

Nesse sentido, entendendo a relevância do tema: Gestão de Riscos do Patrimônio Museológico, a Auditoria Interna vem realizando, desde 2016, diversos trabalho neste campo.

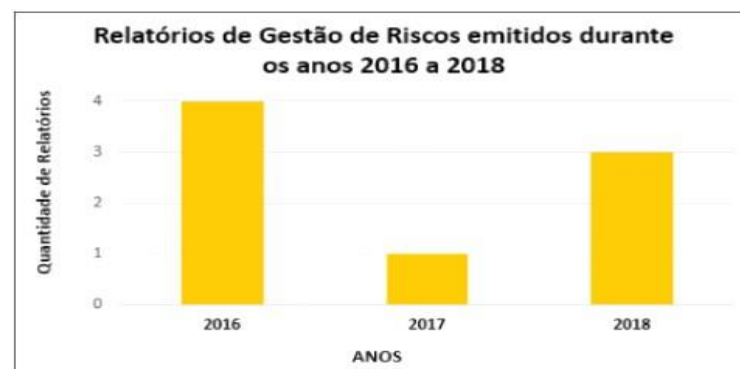
Gestão de riscos é a utilização integrada dos recursos e conhecimentos disponíveis, com o objetivo de prevenir riscos, minimizar seus efeitos e responder às situações de emergência. Este conceito aumenta a capacidade de prevenção e, ao mesmo tempo, indica medidas que devem ser tomadas durante e após as situações de desastre.

De acordo com a cartilha Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro, elaborada pelo Ibram, os agentes de risco que ameaçam os museus são:

- Forças físicas;
- Furto, roubo e vandalismo;
- Fogo;
- Água;
- Pragas;
- Poluentes;

- Luz, e radiação ultravioleta (UV) e infravermelha (IV);
- Temperatura incorreta;
- Umidade incorreta e
- Dissociação.

Desde 2016 foram realizadas 8 (oito) auditorias de campo no âmbito de Gestão Riscos nos Museus, conforme demonstrado no gráfico e nas tabelas seguintes:



Fonte: Auditoria Interna do Ibram, 2019.

Auditorias de Gestão de Riscos realizadas entre 2016 -2018			
Relatório	Data de execução dos trabalhos de campo	Data de emissão	Museu
03/2016/AUDIN/PRES	16 a 20/05/2016	02/12/2016	Imperial
09/2016/AUDIN/PRES	10/11/2016 07:00	10/03/2017	Bandeiras
10/2016/AUDIN/PRES	07a 10/11/2016	10/03/2017	Arte Sacra da Boa Morte
11/2016/AUDIN/PRES	10/11/2016 07:00	10/03/2017	Casa da Princesa
7/2017/AUDIN/PRES	07/12/2017 05:00	21/12/2017	Inconfidência
4/2018/AUDIN/PRES	06 e 07/08/2018	29/11/2018	República
5/2018/AUDNI/PRES	08/08/2018	05/12/2018	Açude
6/2018/AUDNI/PRES	09/08/2018	17/08/2018	Chácara do Céu

Fonte: Auditoria Interna do Ibram, 2019.

Os demais trabalhos realizados pela Auditoria Interna em 2018 foram os seguintes:

Auditorias realizadas em 2018 que não se referem à Gestão de Riscos.				
Relatório	Assunto	Data de execução dos trabalhos	Data de emissão	Unidade auditada
01/2018/AUDIN/PRES	Apuração de possível pagamento em duplicidade	01/01/2018 a 16/03/2018	06/04/2018	Coordenação de Tecnologia da Informação - CTINF
02/2018/AUDIN/PRES	Avaliação da Gestão Administrativa do Museu	10/11/2017 a 7/12/2017	24/04/2018	Museu da Inconfidência
03/2018/AUDIN/PRES	Apuração Contratual	11/06/2018 a 14/09/2018	15/05/2018	Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI

Fonte: Auditoria Interna do Ibram, 2019.

Informações Adicionais

Mais esclarecimentos sobre atuação da Auditoria no ano de 2018 podem ser encontrados no Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna – RAINT 2018, disponível no endereço: <http://www.museus.gov.br/>.

Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Informamos que não houve nenhuma contratação de empresa de auditoria independente para realizar algum trabalho no Ibram no ano 2018.

Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

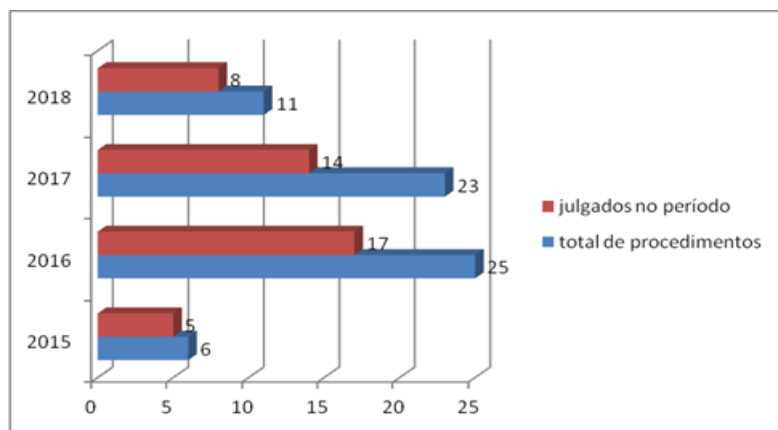
Foi instaurada a Tomada de Contas Especial nº 350/2018 no Sistema e-TCE, com o débito atualizado no valor de R\$ 5.141.236,36 (cinco milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e trinta e seis reais e trinta e seis centavos), resultante da impugnação total das despesas realizadas em convênios celebrados pelo Museu Imperial, em que os fatos geradores dos prejuízos datam desde o ano 2000 a 2008.

2.5. Atividades de Correição e Apuração de Ilícitos Administrativos

Na esfera corretiva, o Ibram atua por meio de Grupo de Trabalho, responsável pelos procedimentos de responsabilização, designado pela Portaria nº 319, de 13 de setembro de 2017.

(<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=6&data=05/10/2017>)

O gráfico a seguir apresenta o quantitativo de processos julgados em relação ao total de procedimentos ativos no órgão no período de 2015 a 2018.



Fonte: GTPAD, 2019.

2.6. Relacionamento com a Sociedade

O Ibram se relaciona com a sociedade por diversos canais:

Internet: <http://www.museus.gov.br/fale-conosco/>

Telefone: (61) 3521-4035

Edifício Sede, Unidades Museológicas e Escritórios de Representação Regional

Demandas recepcionadas e tratadas ao longo de 2018:



42 registros

E-mail

ouvidoria@museus.gov.br

*Meio utilizado até 31 de maio de 2018, quando se passou a utilizar o e-Ouv.



56 registros

Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)



45 registros

Ouvidoria Federal



10 registros

Ouvidoria do Ministério da Cultura

*Meio utilizado a partir de 01 de junho de 2018



3. Gerenciamento da Integridade, de riscos e Controles Internos

Uma das funções da gestão de riscos e controles internos da gestão é assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação antecipada dos possíveis eventos que poderiam ameaçar o atingimento dos objetivos, o cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc, e, implementar uma estratégia evitando o consumo intenso de recursos para solução de problemas quando estes surgem inesperadamente, bem como a melhoria contínua dos processos organizacionais.

No ambiente de trabalho, muitas vezes depara-se com fatores internos e externos que tornam incerto o êxito do atingimento dos objetivos do projeto ou da atividade que se encontra em desenvolvimento.

As responsabilidades e deveres do governo em relação ao bem público exigem a adoção de práticas e estratégias eficazes de gestão. Neste contexto, a gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão torna-se uma importante ferramenta para ajudar na tomada de decisões baseadas em metodologias e normas que geram, dentre outros benefícios, a redução ou a eliminação de retrabalhos.

Comprometido com o contínuo aperfeiçoamento da sua gestão, o Ibram iniciou o processo de implementação da gestão e riscos em 2018, cumprindo a primeira etapa do processo, instituiu o Comitê de Governança, Riscos e Controles com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança no âmbito do Instituto.



Fonte: Etapas da Metodologia de Gerenciamento de Integridade, Riscos e Controles Internos da Gestão, CGU.

Subsequentemente, elaboramos a Política de Gestão de Riscos, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa Conjunta nº 1 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria- Geral da União, de 10 de maio de 2016, a ser aprovada e publicada pelo Presidente em 2019.

Ainda em 2018, o Ibram avançou no **Plano de Riscos no âmbito da Integridade**.

O Programa de Integridade Pública é compreendido como uma medida administrativa de gestão estratégica por meio da qual se identifica, trata e gerencia, de forma sistemática, os riscos de violação de integridade de uma organização para melhoria da governança, tendo como foco principal estruturar, reforçar, manter a cultura de integridade institucional, bem como prevenir e combater potenciais atos de fraude e corrupção que possam impedir que a organização preste serviços de qualidade e de forma eficiente à sociedade.

Nesse sentido, o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), determinou que fosse cumprido, em 2018, a primeira fase do Programa de Integridade Pública, que diz respeito a criação de um comitê de gestão nos órgãos ou entidades. A segunda fase, trata da estruturação e aprovação do Plano de Integridade.

Já a terceira fase, diz respeito ao início da execução e o monitoramento do Programa de Integridade, com base nas medidas definidas no plano inicial. Em cumprimento à Portaria CGU nº 1089, de 25/04/2018, o Instituto criou o Comitê de Gestão do Programa de Integridade do Ibram, com a finalidade de coordenar a elaboração do Programa a executar seu monitoramento e avaliação, por meio da Portaria 206, de 30/05/2018. Encerramos o ano com a elaboração do Plano de Integridade do Ibram concluído e encaminhado ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU).

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16747240

Abaixo o mapeamento de riscos da Integridade no processo de pregão eletrônico.

Gestão de Risco - Integridade no Processo de Pregão Eletrônico (CRL)																		
Processo	Objetivos	Descrição do Risco	Causa	Evento	Consequência/Impacto	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente	Controles Existentes	Avaliação dos Controles	Nível de Risco Residual	Tipo de Tratamento	Medida de Tratamento	Ação	Responsável	Prazo	Situação
Pregão Eletrônico para serviços comuns	Garantir que o pregão eletrônico ocorra com integridade processual	1. Personalização do objeto de forma a direcionar a contratação;	Interesse particular;	Direcionamento da contratação	Restrição da competitividade; superfaturamento; ganhos ilícitos	Personalização do objeto	Alta (4);	Alto (4);	Risco extremo (16);	Análise técnica pela CRL; auditoria esporádica	Fraco (0.8);	Risco Elevado (12.8);	Mitigar o risco	Aumentar o número de modelos de especificações dos objetos, junto a CRL; Implementar rotina de estudo de mercado no comprasNET e no mercado em geral, pela área demandante;	Estabelecer como critério na análise processual o estudo de mercado; Implementar rotina de estudo de mercado no comprasNET e no mercado em geral;	Área demandante e CRL;	Seis meses (6);	Não iniciado;
		2. Pesquisa de mercado direcionada;	Interesse particular;	Pesquisa adulterada, não refletindo a realidade do mercado;	Superfaturamento, ganhos ilícitos	Pesquisa de mercado direcionada	Média (3);	Alto (4);	Risco elevado (12);	Análise técnica pela CRL na observância da IN 03 2017	Mediano (0.6)	Risco moderado (7.2);	Mitigar o risco	Verificação do atendimento da IN 03/2017 pela CRL;	Estabelecer rotina junto a CRL de verificação se a IN 03 está sendo atendida;	Área demandante e CRL;	Imediato;	Atendido;
		3. Análise tendenciosa do termo de referência fase de planejamento; Conflito de interesse	Interesse particular;	Análise tendenciosa	Compra equivocada do objeto; Restrição da competitividade. Frustração do processo, visando favorecer empresas de interesse; Superfaturamento; Direcionamento;	Análise tendenciosa	Média (3); objetos específicos	Baixo (2);	Risco Moderado (6);	Análise jurídica; Análise por autoridade superior;	Satisfatório (0.4);	Risco Baixo (2.4);	Aceitar o risco	Realização de Auditorias internas;	Realização de auditorias periódicas por sorteio;	AUDIN;	Seis meses (6);	Não iniciado;
		4. Não prestar esclarecimentos, após a publicação do certame licitatório	Omissão de informações	Aquisição equivocada;	Impugnação do certame licitatório; Compra equivocada; Não atende as especificidades necessárias;	Não prestar esclarecimentos	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Recebimento por e-mail, restrito a equipe técnica DUC;	Fraco (0.8);	Risco Moderado (3.2);	Mitigar o risco	E-mail específico para recebimento de esclarecimentos, sendo amplo acesso; espaço no site do Ibram para registro e esclarecimentos;	Criação do e-mail específico; abertura de espaço no site Ibram;	CRL; CTINF;	Três meses	Não iniciado;
		5. Não acolhimento de recursos relevantes pelo pregoeiro, visando o interesse particular;	Recusa de análise relevante	Não acatamento do recurso relevante;	Direcionamento do certame licitatório	Não acolhimento de recursos relevantes pelo pregoeiro	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Ata do pregão eletrônico;	Forte (0.2);	Risco Baixo (0.8);	Aceitar o risco	ComprasNET	Uso do CompraNET; Auditoria do pregão	CRL; Ministério do Planejamento;	Imediato;	Atendido;
		6. Encaminhar proposta com valores equivocados; Objeto distinto; Omissão na verificação da documentação	Interesse particular;	Análise tendenciosa	Direcionamento do certame licitatório	Homologação de proposta equivocada	Muito baixa (1);	Alto (4);	Risco Moderado (4);	Ata do pregão eletrônico;	Forte (0.2);	Risco Baixo (0.8);	Aceitar o risco	ComprasNET	Uso do CompraNET; Auditoria do pregão	CRL; Ministério do Planejamento;	Imediato;	Atendido;

Fonte: Plano de Gestão de Riscos da Integridade do Ibram, 2019.

Sobre o **Programa de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro**, lançado em 2013, tem como principais objetivos: subsidiar as estratégias de ação do Ibram e orientar o conjunto dos museus brasileiros, no que se refere ao planejamento de ações que visam minimizar os riscos que ameaçam tanto os prédios onde estão instalados quanto suas coleções, funcionários e os públicos.

O Programa é subdividido em quatro eixos, sendo um deles (Eixo IV) o que prevê a elaboração de Planos de Gestão de Riscos. Esses Planos trazem um conjunto de procedimentos e projetos, dentre eles medidas e protocolos voltados à prevenção e combate de incêndios,

Sabendo-se dos dez riscos mais recorrentes nos museus (forças físicas; furto, roubo e vandalismo; fogo; água; pragas; poluentes; luz e radiação ultravioleta e infravermelha; temperatura incorreta; umidade incorreta e dissociação), o Ibram tem desenvolvido estratégias para colaborar com os museus na mitigação ou ações em respostas a esses riscos, destacando-se:

- Elaboração e disponibilização da Cartilha de Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado Brasileiro.
- Criação e manutenção do Cadastro Nacional de Bens Culturais Musealizados Desaparecidos – CBMD, que disponibiliza a sociedade e aos órgãos de segurança pública, informações sobre bens culturais musealizados

que foram furtados, roubados ou desaparecidos, subsidiando o rastreamento e localização desses itens; e

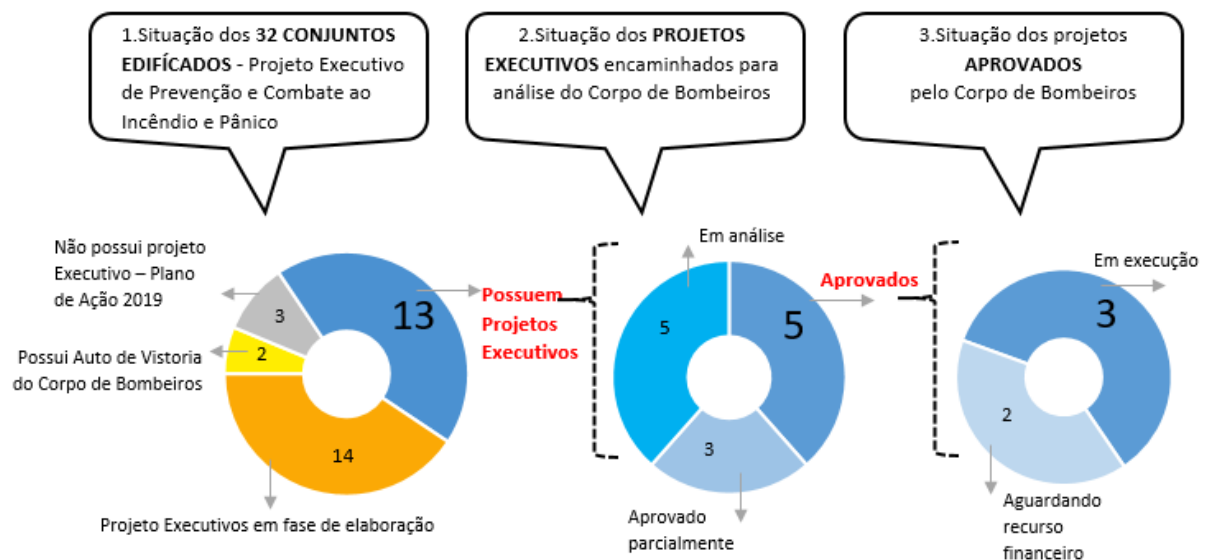
- Acordos de Cooperação com órgãos de segurança pública, como o Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e a Polícia Federal
- Realização de seminários e cursos sobre o tema, além de articulação com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, ICOM-BR para prevenção e combate ao tráfico ilícito de Bens Culturais;

Além disso, o Programa tem colaborado com os museus brasileiros, independentemente de sua natureza jurídica, na consolidação de medidas de segurança e de proteção de acervos musealizados, seja por meio das publicações disponibilizadas, por ações de capacitação, bem como na divulgação de normas, padrões e procedimentos nacionais e internacionais nos campos da preservação e da segurança.

Os avanços desse Programa em 2018 foi o levantamento da situação dos 32 conjuntos edificados que são geridos pelo Ibram, conforme infográfico abaixo, acerca dos seus projetos Executivo de Prevenção e Combate ao Incêndio e Pânico – PPCIP.

As próximas etapas serão realizadas em 2019. Abaixo o levantamento dos Planos de gestão de riscos ao patrimônio musealizado Brasileiro dos Museus Ibram.

1. Gestão de Riscos: Plano de Prevenção de Combate a Incêndio e Pânico – PPCIP



Fases de elaboração dos Planos de Gestão de Riscos dos Museus Ibram

	Etapa I	Etapa II	Etapa III
Concluída	9	4	4
Em andamento	5	3	0
Não realizada	17	24	27

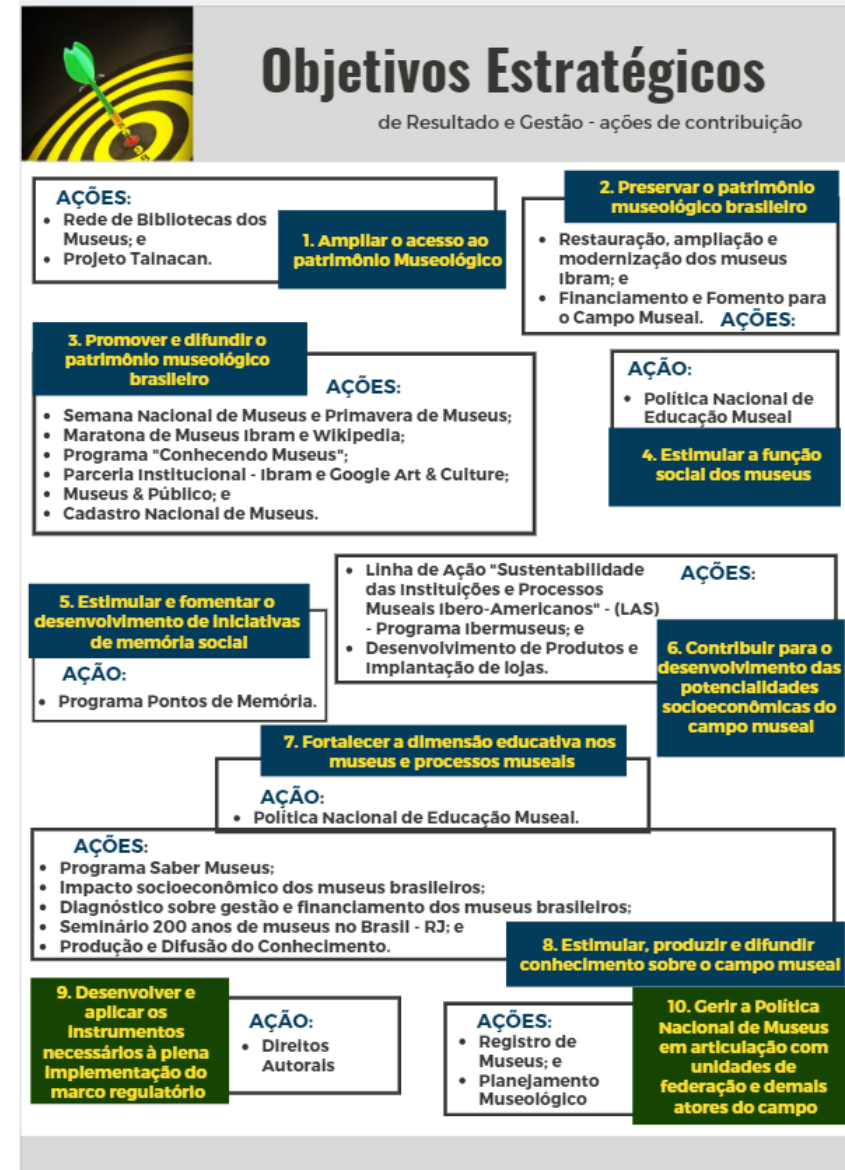
Todos os Museus Ibram possuem:

- Plano Museológico
- Inventário do Acervo Museológico

4. Resultados da Gestão

O Valor público pode ser pensado como a interação do governo com o cidadão para o desenho de serviços de qualidade. Em outras palavras, podemos pensar o cidadão como um "acionista" que deseja receber os frutos do investimento que faz a partir do pagamento de seus impostos (Moore 2002). O autor destaca ainda a importante participação da sociedade na criação desse valor no momento do processo eleitoral onde são escolhidos os seus representantes e as respectivas propostas de governo. Criar valor público é oferecer respostas efetivas às demandas da sociedade, transformando a realidade de entrega de resultados.

A seguir, apresentamos os Objetivo Estratégico do Ibram com as suas ações e resultados de 2018, e as perspectivas de entregas para os próximos anos.

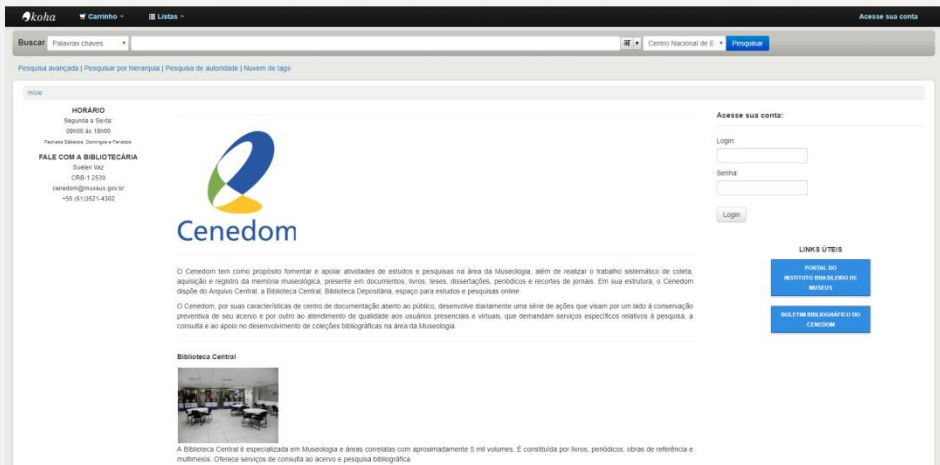


1. Objetivo Estratégico - Ampliar o acesso ao patrimônio museológico: Identificar, documentar, conservar, e estimular a valorização do Patrimônio Museológico Brasileiro tornando os acervos musealizados acessíveis à sociedade por meio de ações que busquem a universalização do patrimônio museológico brasileiro.

Rede de Bibliotecas dos Museus do Ibram

Com o objetivo de integrar as bibliotecas dos museus do Ibram – por meio da consulta digital aos seus títulos – e produzir mecanismos de formação e fortalecimento das coleções bibliográficas no âmbito do Instituto, foi iniciado em 2017 o projeto da Rede de Bibliotecas dos Museus Ibram com a implantação de um Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas.

(<http://biblioteca.museus.gov.br/cgi-bin/koha/opac-main.pl>).



The screenshot displays the Koha library catalog interface for Cenedom. At the top, there is a search bar with the text 'Palavras-chaves' and a search button. Below the search bar, there are links for 'Pesquisa avançada', 'Pesquisar por hierarquia', 'Pesquisa de autoridade', and 'Nuvem de tags'. The main content area features the Cenedom logo, contact information for Suelen Vaz, and a description of the center's mission. A 'Catálogo on line da Biblioteca Central' label is visible at the bottom of the screenshot.

Utilizando a catalogação do acervo bibliográfico do Centro Nacional de Estudos e Documentação da Museologia - Cenedom como piloto, foram migrados, em 2018, 1.000 títulos da Biblioteca Central para o *software* Koha, adotado como padrão para a gestão dos acervos bibliográficos.

Ainda em 2018, foi realizada uma expansão da etapa piloto com a migração de 3.000 títulos do acervo do Museu Histórico Nacional para o mesmo Sistema.

O Ibram conta com 19 bibliotecas em suas unidades museológicas, com um total de 525 mil exemplares. Com a adesão gradual a um sistema único de gestão de bibliotecas, espera-se a integração desses acervos com o

desenvolvimento de um catálogo integrado *online*, que permitirá a pesquisa de títulos catalogados nas bibliotecas desses museus num único ambiente na web.

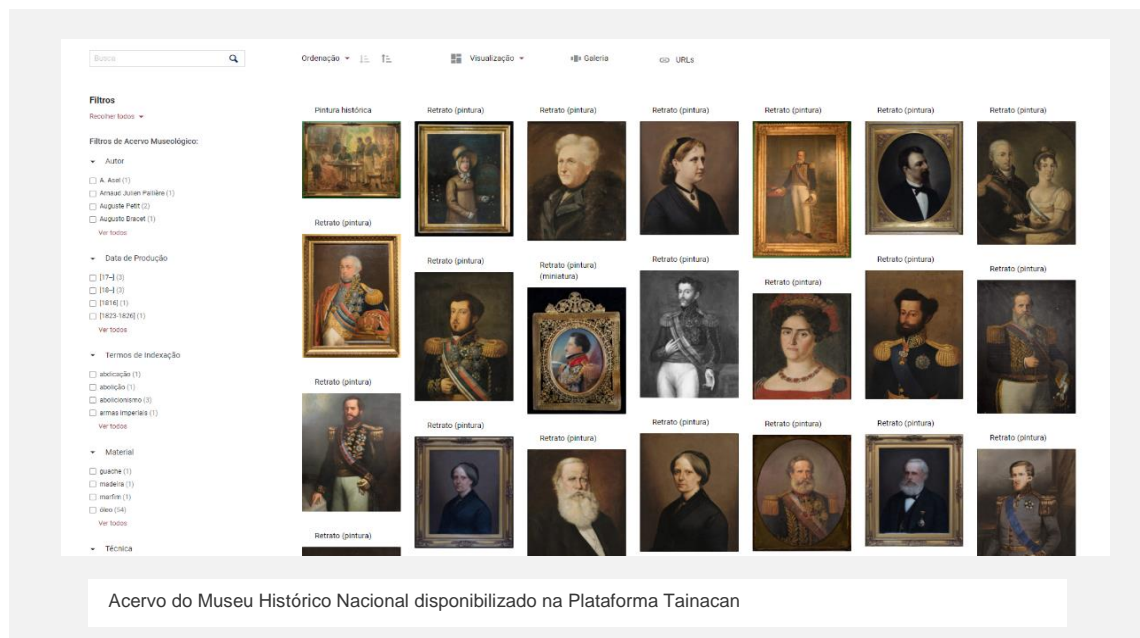
Resultado da busca no catálogo da Biblioteca Central

Perspectivas para os próximos anos

- Elaboração de diagnóstico das 19 bibliotecas dos Museus Ibram quanto à situação de automatização das atividades de rotina de biblioteca.
- Migração da catalogação do acervo das bibliotecas dos Museus Ibram, por meio de Acordo de Cooperação com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).
- Institucionalização da Comissão Técnica de bibliotecários do Ibram, mediante realização de encontro de bibliotecários e profissionais de bibliotecas de museus.
- Reativação do Grupo de Trabalho de Arquivos e Bibliotecas de Museus para revisão do Plano Nacional Setorial de Museus no 8º Fórum Nacional de Museus.

Projeto Tainacan

O Projeto Tainacan é parte de uma iniciativa do extinto Ministério da Cultura em promover os fundamentos de uma Política Nacional para Acervos Digitais. Um de seus produtos, a Plataforma de Catalogação e Difusão de Acervo Museológico, encabeçado pelo Ibram, vem sendo implementado nos Museus da Autarquia, em uma parceria firmada por meio de Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Goiás, com vigência até junho de 2020. Essa Plataforma consiste na evolução de uma solução desenvolvida com aplicação em WordPress, customizada para atender às necessidades de inventário e catalogação dos acervos museológicos do Instituto, bem como a difusão dessas coleções na internet.



Em 2018, foi disponibilizada online a coleção de pinturas (500 obras) do acervo museológico do Museu Histórico Nacional após uma etapa de customização e migração de dados iniciada em novembro de 2017. Ainda em 2018 o projeto teve uma expansão com o início da migração e customização das informações dos acervos de mais oito museus Ibram sendo eles: Museu Villa-Lobos, Museu da República, Museu do Diamante, Museu Regional de São João del-Rei, Museu Regional Casa dos Ottoni, Museu do Ouro, Museu das Missões e Museu Victor Meirelles.

A solução tecnológica é oferecida aos museus na modalidade SaaS (*Software as a Service*), ou seja, o usuário do museu acessa a plataforma cuja aplicação e dados ficam hospedados nos servidores do Ibram. Tal modalidade tem como benefício a centralização dos serviços de *backup* e manutenção, porém exigirá do Instituto investimentos na atualização dos componentes de *software* e *hardware* envolvidos na prestação do serviço, assim como um reforço no quadro de pessoal da área de Tecnologia da Informação.

Para 2019, está prevista a continuidade do processo de implantação nos museus que já iniciaram a atividade de migração/curadoria de dados, e o lançamento dos primeiros serviços de interoperabilidade entre esses acervos. Destacam-se o portal de busca integrada, e o desenvolvimento

de dados estruturados vinculados (parceria Wikimedia), que irão promover o diálogo semântico entre as diversas coleções dos museus do Ibram, e destas com as coleções de museus de todo o mundo.

Links: <http://mhn.acervos.museus.gov.br/>

Perspectivas para os próximos anos

Diálogos Setoriais Brasil / União Europeia - Tráfico Ilícito de Bens Culturais

O Projeto Tainacan é um dos resultados de duas edições anteriores do projeto de cooperação internacional Diálogos Setoriais Brasil-UE.

Na edição 2018/2019, o então Ministério da Cultura promoveu a participação em parceria do Ibram e do IPHAN no desenvolvimento da proposta “Diálogos para o combate ao tráfico ilícito de bens culturais, com foco na interoperabilidade de diferentes sistemas de registro e circulação de bens culturais móveis”. Essa cooperação internacional é uma oportunidade para a exploração de modelos institucionais e protocolos de atuação que favoreçam a troca de informações e o estabelecimento

de procedimentos de consulta, registro e alerta em relação a bens desaparecidos.

O desenvolvimento de solução integrada para o Cadastro Nacional de Bens Musealizados Desaparecidos do Ibram e o Banco de Dados de Bens Culturais Procurados do Iphan é um produto de grande interesse a ser realizado no âmbito desta articulação.

Parceria com a Fundação Wikimedia (Wikipedia, Wikimedia, Wikidata)

A partir da publicação das coleções de museus em formato digital, o ambiente da Web tem a possibilidade de se constituir em importante fonte de informação museológica, possibilitada pelo advento dos dados estruturados, também conhecidos como dados vinculados abertos (em inglês: Linked Open Data - LOD). Os dados vinculados abertos promovem onipresença de informação à medida que os sistemas filtram nossas visualizações, por meio de mecanismos de pesquisa de preferências, gráficos de conhecimento ou ainda através de assistentes de áudio como *Siri* ou *Alexa*. Existem evidências de que a publicação de coleções com dados abertos facilita o aumento de visitação, o enriquecimento de informações e a visibilidade ampliada.

Assim, as colaborações entre os museus e a Wikimedia geram maior impacto. Por uma questão de sustentabilidade dos projetos, de manutenção e de permanente atualização de informações, há uma parceria interna com o DDFEM, desenvolvendo fluxos de trabalho ajustados a acomodar projetos da Wikimedia e amplificar o impacto da abertura de dados de coleções de museus.

2. Objetivo Estratégico – Preservar o patrimônio museológico brasileiro: Requalificar os museus de modo a que tenham condições adequadas para atender às funções básicas de preservação, investigação e comunicação.



Restauração, ampliação e modernização dos Museus Ibram

As ações de requalificação do espaço museal, que incluem restauração, ampliação e modernização dos museus Ibram, permitem uma melhor experiência para seus visitantes. Estas ações contemplam, também, adequações voltadas para a acessibilidade universal com objetivo de beneficiar todos os públicos, resultando em ambientes livres de barreiras de acesso físico,

comunicacional, intelectual e de atitudes, que tornam os museus e espaços culturais mais acolhedores e inclusivos para todos.

Quanto ao aspecto arquitetônico, em 2018, 20 museus do Ibram foram atendidos com ações de modernização e preservação, considerando etapas de projeto, execução parcial ou total de obras. A seguir as entregas de restauração e revitalização aos museus Ibram em 2018.

OBRAS DE RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

FINALIZADO

Museu Casa de Benjamin Constant (Fase 1); Museu da República; Museu das Missões; Museu de Arqueologia de Itaipu; Museu do Ouro; Museu da Abolição; Museu de Arte Religiosa e Tradicional; Museu Regional São João del Rei; Museu Villa-Lobos; Museu Imperial / Casa Geyer; Museu Casa das Princesas.

EM ANDAMENTO

Museu das Missões; Museu Regional de Caeté; Museu Histórica de Alcântara; Museu Casa da Princesa; Museu Victor Meirelles; Museu Casa da Hera; Museu Chácara do Céu; Museu Histórico Nacional; Museu Nacional de Belas Artes; Museu Regional Casa dos Ottoni; Museu de Arte Sacra de Paraty.

Entregas



O Ibram atua nesses temas principalmente mediante ações de capacitação técnica do setor museal. No entanto, é preciso lembrar que o acesso ao patrimônio musealizado é afetado por outros

fatores, como a violência urbana e transporte, sobre os quais os museus têm pouca ou nenhuma condição de interferir.

As perspectivas de ampliação do acesso estão fortemente relacionadas à capacidade de investimento na requalificação e conservação das unidades museológicas e na manutenção e capacitação de equipes para desenvolvimento das atividades.

Espera-se que o desenvolvimento das ações de difusão de conhecimento do Ibram, notadamente as voltadas para o ensino a distância, permitam um aprimoramento na capacitação técnica do setor com reflexos nos serviços prestados pelos museus e em sua relação com a comunidade.



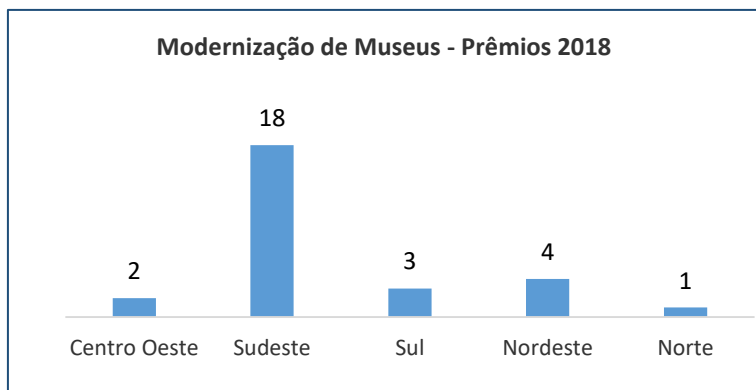
Financiamento e Fomento para o Campo Museal

O financiamento a projetos no ano de 2018 para o setor museológico contou com as seguintes fontes de recursos: o Fundo Nacional de Cultura – FNC e a Renúncia Fiscal, ambos previstos na lei 8.313/91 (PRONAC); recursos próprios do Ibram previstos na LOA e Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União.

O FNC, viabilizou no ano de 2018, a implementação de projetos finalísticos, como a realização da 4ª edição do Edital de Modernização de Museus - Prêmios 2018, além de outros projetos priorizados com vistas à preservação, promoção, difusão do patrimônio museológico brasileiro, e ampliação de seu acesso. Como resultado da aplicação dos recursos do FNC pelo Ibram, que totalizaram em 2018 o valor de R\$ 4.650.000,00 (quatro milhões e seiscentos e cinquenta mil reais), temos:

Editais de prêmios

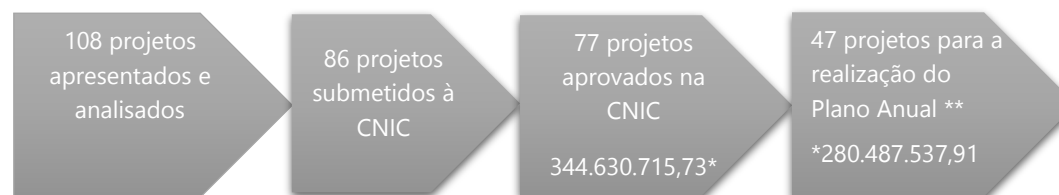
Os R\$ 2,8 milhões de reais foram destinados ao pagamento de 28 prêmios no valor de R\$ 100.000,00 cada, para instituições museológicas ou mantenedores de museus, que apresentaram iniciativas bem-sucedidas de modernização e preservação do patrimônio museológico implementadas, e foram selecionadas pelo Edital Modernização de Museus - Prêmios 2018, para desenvolver novas ações de modernização para os museus.



Estes dados demonstram a distribuição geográfica por região das instituições contempladas em 2018, destacando a concentração de investimentos do setor museal na região Sudeste, onde predomina a apresentação de projetos.

Incentivos Fiscais

Quanto aos Incentivos Fiscais previstos no Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac, o Ibram analisou projetos voltados ao setor museológico visando captação de recursos, via renúncia fiscal.



*Somatório dos valores dos projetos.

**Planos anuais são projetos no qual estão previstas ações de manutenção e salvaguarda das instituições. Por exemplo: realização de atividades de exposições temporárias, serviço educativo, aquisição de obras para o acervo, realização de palestras e workshops, manutenção do espaço museológico, dentre outras.

Fonte: Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM,

Emendas Parlamentares

A terceira fonte de recursos para o fomento à área museológica e para a modernização ou implantação de museus, são as Emendas Parlamentares ao Orçamento Geral da União.

No ano de 2018, foram destinadas três emendas ao Ibram, que deram origem a quatro instrumentos de transferência voluntária, sendo um Convênio e a três Termos de Fomento, totalizando o valor de R\$ 900.000,00. O aproveitamento das referidas emendas foi integral. Para demonstrar como a sociedade se beneficia dos projetos custeados com recursos de emendas parlamentares, exemplificamos com a execução exitosa de um projeto que tem por objeto a realização de ações educativas, com a divulgação do acervo do museu por meio de visitas musicadas e teatralizadas, para grupos de estudantes de escola pública. Perspectivas para os próximos anos

Identificar e divulgar ao campo museal novas fontes de financiamento aos projetos museológicos; fomentar e

prospectar patrocínios aos museus Ibram; e manter, por meio do Programa de Fomento aos Museus, o apoio às instituições museológicas públicas e privadas de âmbito federal, estadual e municipal. Orientar as unidades museológicas na sensibilização parlamentar, com vistas à captação de recursos por meio de emendas parlamentares. Apoiar os museus Ibram na constituição de Fundos Patrimoniais à luz da Lei 13.800/19.

Museus Ibram

A aquisição de pintura pelo Museu da República – “Barão e Baronesa de Nova Friburgo”, óleo sobre tela de 3,90x2,94 m, de autoria de Emil Bauch, 1867. (R\$ 500.000,00).

<http://museudarepublica.museus.gov.br/sem-categoria/museu-da-republica-adquire-retrato-dos-baroes-de-nova-friburgo/>



A realização da exposição “São Francisco na Arte dos Mestres Italianos” no Museu Nacional de Belas Artes. (R\$ 400.000,00).

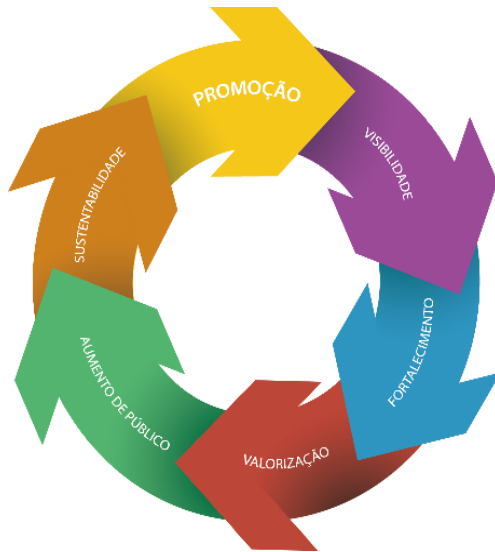
<http://www.museus.gov.br/exposicao-no-mnba-traz-sao-francisco-nas-telas-de-pintores-italianos/>



Viabilização da Execução da Etapa 4 referente a obras no Museu Castro Maya, que ainda estão em execução (R\$ 950.000,00).

3.Objetivo estratégico - Promover e difundir o patrimônio museológico brasileiro: Tornar conhecido os museus e os bens culturais musealizados para estimular seu reconhecimento, valorização, apropriação e usufruto pela sociedade, envolvendo nesse processo entidades do governo federal, estadual e municipal e organizações nacionais de iniciativa privada e da sociedade civil.

Com foco no **marketing museal**, na promoção e na difusão, são desenvolvidas ações com o objetivo de aumentar a visibilidade, fortalecer e valorizar a imagem do Ibram e dos museus brasileiros para ampliar o público e contribuir para a sua sustentabilidade (cultural, econômica, social e ambiental). Novos panoramas para a gestão cultural brasileira vêm se formando desde 2003, com a criação de novos conceitos e práticas que se estabeleceram no campo museal brasileiro. Os museus ganharam destaque na vida cultural e social resultando, assim, em uma ampliação do fazer museológico.



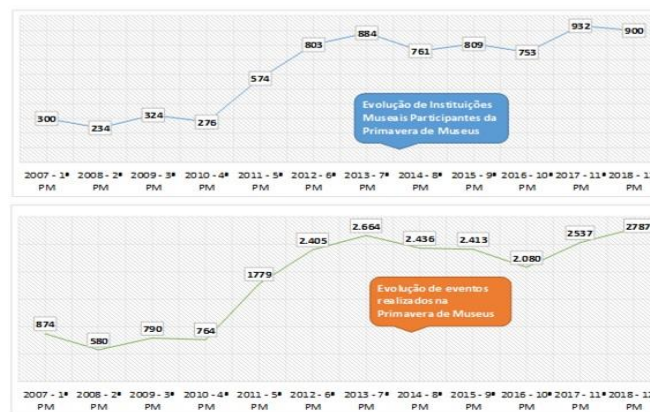
Ciclo de Ações de Promoção e Difusão do Ibram e dos Museus Brasileiros”

Semana Nacional de Museus (SNM) e a Primavera dos Museus (PM)

São eventos anuais que contribuem para a dinamização, promoção, visibilidade e fortalecimento do setor museal, uma vez que propiciam às instituições participantes uma divulgação acima do habitual, gerando aumento de público e repercussão nacional não só para os museus, mas para o setor como um todo. Os resultados ao longo dos anos são significativos, em termos de aumento médio de visitantes. O aumento de visibilidade e o fortalecimento da imagem do museu durante esse período favoreceram a realização de obras, tais como construção de novo espaço, reforma, ampliação, melhoria

na sinalização, restauração, conservação e adaptações na área de acessibilidade.

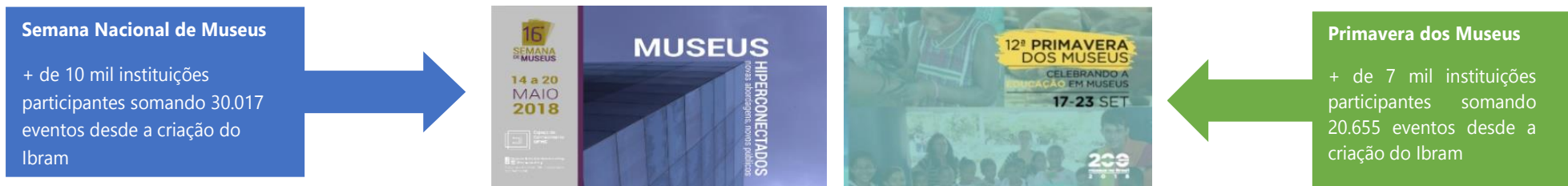
A SNM acontece para comemorar o Dia Internacional de Museus (18 de maio), quando os museus brasileiros, convidados pelo Ibram, desenvolvem uma programação especial, por meio da realização de exposições, palestras, oficinas, seminários e ações educativas,



entre outras. O tema norteador do evento é proposto pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e adotado pelo Ibram. A 16ª SNM aconteceu de 14 a 20/5/2018, com o tema "Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos", contou com a participação de 1.113 museus (26 UF – 488 municípios) e a realização de 3240 eventos.

Da mesma forma, a PM acontece no início da primavera em torno de um tema escolhido pelo Ibram, com o objetivo de sensibilizar os museus e a comunidade para o debate sobre temas da atualidade.

A 12ª PM aconteceu no período de 17 a 23/09/2018, com o tema "Celebrando a Educação em Museus" e esteve integrada às comemorações dos 200 Anos de Museus no Brasil. Contou com a participação de 900 instituições e 2787 eventos.



Perspectivas para os próximos anos

Semana Nacional de Museus

Devido à limitação de recursos orçamentários para realizar campanhas de promoção em 2019, a previsão é contar com a participação de cerca de 1.120 museus e com mais de 3.200 eventos espalhados por todas as cinco regiões do Brasil.

Primavera dos Museus

Devido à limitação de recursos orçamentários para realizar campanhas de promoção em 2019, a previsão é contar com a participação de cerca 910 museus e com mais de 2.700 eventos espalhados por todas as cinco regiões do Brasil.

Maratona de Museus Ibram e Wikipédia

Ação promovida pelo Ibram em parceria com a Wiki Educação Brasil, grupo que conta com a participação de professores, colaboradores e pesquisadores de várias instituições brasileiras participantes do Programa de Educação da Wikimedia, com o


objetivo de aproximar ainda mais os museus das plataformas digitais para promover, divulgar e valorizar o campo museal brasileiro.

A ação aconteceu simultaneamente em três capitais brasileiras: Brasília (DF), Recife (PE) e Rio de Janeiro (RJ) e envolveu um total de 62 participantes e 50 instituições.

Perspectivas para os próximos anos

Previsão de desenvolver projeto para promoção dos museus e acervos museais do Ibram, bem como realização da 2ª edição da Maratona de Museus, além de espaço no 8º Fórum Nacional de Museus (FNM).



 Programa “Conhecendo Museus” - Desenvolvimento de conteúdos audiovisuais sobre os museus brasileiros veiculados nos canais públicos de televisão e internet

A série Conhecendo Museus visa ampliar o acesso ao patrimônio cultural, divulgar e promover, nacional e internacionalmente, os museus brasileiros e destacar as matrizes expressivas da tradição e da memória locais, por meio de programa televisivo veiculado em canais de TV brasileiros.

Em parceria com Empresa Brasil de Comunicação - EBC, Ministério da Educação – MEC e Fundação José de Paiva Netto – FJPN, foram produzidas, até o momento, 4 temporadas do programa totalizando 142 episódios que contemplaram 150 museus brasileiros. Todos os episódios veiculados na TV Brasil e na TV Escola estão disponíveis no site da série

(www.conhecendomuseus.com.br) e no *YouTube* que possibilita abranger públicos remotos e estimular a visita aos museus do país.



Até 12 de fevereiro de 2019, os episódios disponibilizados da série tiveram 896.763 visualizações na internet. Em 2018 foram elaborados e aprovados 29 novos roteiros de filmagem, os quais serão produzidos em 2019, finalizando a 4ª temporada da série.

Perspectivas para os próximos anos

Dando continuidade ao desenvolvimento do Programa Conhecendo Museus, juntamente com a EBC, a perspectiva em 2019 é finalizar a produção dos 30 novos episódios da 4ª temporada da série, por

meio da realização das seguintes fases do projeto: gravação dos episódios; edição, sonorização, pós-edição e cópia. A perspectiva é que os novos episódios sejam veiculados nas emissoras vinculadas à EBC entre o final de 2019 e o primeiro semestre de 2020, sendo posteriormente disponibilizados na rede mundial de computadores.

Parceria Institucional - Ibram e Google Arts & Culture



A parceria iniciada em 2015 com a empresa Google - Google Art Project, visa valorizar e difundir gratuitamente, por meio da internet, a memória cultural brasileira presente no patrimônio museológico de cinco Museus Ibram. A perspectiva é que os museus envolvidos no projeto, em especial, aumentem seus públicos, as atividades voltadas para educação e pesquisa e ampliem o diálogo com o usuário nas plataformas digitais. Os produtos desse projeto são disponibilizados nos sites dos museus na plataforma Google e consistem em: narrativas virtuais, tour virtual pelos museus e imagens dos acervos em altíssima definição.

Para mais informações consultar:

<https://artsandculture.google.com/project/instituto-brasileiro-de-museus-ibram>.

O projeto encontra-se em andamento e até o final de 2018 atingiu os seguintes resultados:

Museu-Ibram	Quantidade de itens disponibilizados na plataforma	Quantidade de exposições virtuais	Quantidade de visitas virtuais
Museu Nacional de Belas Artes – MNBA	2.254 itens na plataforma	12 Narrativas (histórias: exposições virtuais)	2 Museum Views (visitas virtuais)
Museu Imperial - MI	907 itens na plataforma.	3 Narrativas (histórias: exposições virtuais)	1 Museum View (visita virtual)
Museus Castro Maya - MCM	86 itens na plataforma	1 Narrativa (histórias: exposições virtuais)	1 Museum View (visita virtual)
Museu Histórico Nacional - MHN	258 itens na plataforma	4 Narrativas (histórias: exposições virtuais)	1 Museum View (visita virtual)
Museu Lasar Segall - MLS	268 itens na plataforma	3 Narrativas (histórias: exposições virtuais)	1 Museum View (visita virtual)

Fonte: Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM, 2019.

Perspectivas para os próximos anos

A perspectiva é que os museus envolvidos no projeto possam constantemente ampliar a inserção de imagens em suas páginas. Ademais, espera-se que mais cinco Museus Ibram passem a compor o projeto iniciando o desenvolvimento dos seus produtos virtuais em 2019. Dessa forma, espera-se que esses produtos possam ser lançados em 2020.

4. Objetivo estratégico - Estimular a função social dos museus: Estimular a função social fundamentado no respeito à diversidade cultural, contribuindo para ampliar a participação de toda sociedade na consolidação e ampliação do patrimônio material e imaterial brasileiro.

Política Nacional de Educação Museal

Durante muito tempo os museus foram vistos como instituições dedicadas apenas à guarda e preservação de objetos antigos, geralmente associados a padrões culturais dominantes. Os museus atuais são muito diferentes, assumindo um papel dinâmico e dialogando ativamente com a sociedade, suas necessidades e diversidade. Esse objetivo sinaliza para a importância do diálogo construtivo entre museu e comunidade. O museu moderno não é um fim em si próprio, está a serviço da sociedade e dos cidadãos.

A função social dos museus se manifesta em sua abertura para a comunidade, e o desenvolvimento de exposições e ações educativas relaciona-se diretamente com esse objetivo. Em 2018, foi publicado, distribuído e divulgado o Caderno da Política Nacional de Educação Museal, disponível em

<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Um dos princípios explicitados nesse documento é que “[...] os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania, e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com seus diversos setores”.

Perspectivas para os próximos anos

Aproximação dos museus com as comunidades a partir do crescente entendimento, por parte do setor, de sua importância e da função social dos museus.

5. Objetivo estratégico - Estimular e fomentar o desenvolvimento de iniciativas de memória social: Estimular iniciativas de memória social por todo o país, entendendo-se por iniciativas de memória e museologia social: pontos de memória, museus comunitários, ecomuseus, museus de território, museus escolares e demais processos museais desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais que trabalham a memória de forma coletiva e dinâmica, como ferramenta de transformação e dignidade social.

Programa Pontos de Memória

O direito à memória deve ser exercido como direito de cidadania, democratizado e comunicado entre os diferentes grupos sociais do Brasil. A crescente demanda por mais museus expressa o direito de todos os cidadãos aos meios de produção da memória, aos processos de transformação, criação e salvaguarda dos suportes de

memória, não sendo suficiente garantir-lhes apenas o acesso aos museus já existentes.

A garantia do direito à memória do cidadão passa também pelo estímulo e fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias referentes à diversidade social, étnica e cultural do País. No Brasil, diversas comunidades se organizam para o registro de suas narrativas e referências culturais, constituindo museus de base comunitária ou processos museais, etapa anterior e com menor grau de institucionalização.

A nossa principal atuação voltada a este objetivo estratégico é o Programa Pontos de Memória, que contribui para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus – PNSM e Plano Nacional de Cultura – PNC, trabalhando a memória como fator de inclusão e transformação social, por meio da integração das diversas iniciativas museais brasileiras.

O programa reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.

Instituído como política pública do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela Portaria nº 315, de 06/9/2017

(http://www.editoralex.com.br/legis_27506537_PORTARIA_N_315_DE_6_DE_SETEMBRO_DE_2017.aspx), o Programa Pontos de Memória tornou oficial a participação da sociedade em sua condução, por meio da criação de um Comitê Consultivo, responsável por promover debates e propor ações, estratégias e diretrizes, com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social.

Perspectivas para os próximos anos

Retomada do fomento a iniciativas de memória, em bases adequadas para as características particulares dessas experiências. A difusão de experiências exitosas e do conhecimento produzido tanto no Ibram, sede e museus, como nos pontos de memória também contribuirão para a multiplicação, valorização e perenidade dessas iniciativas.

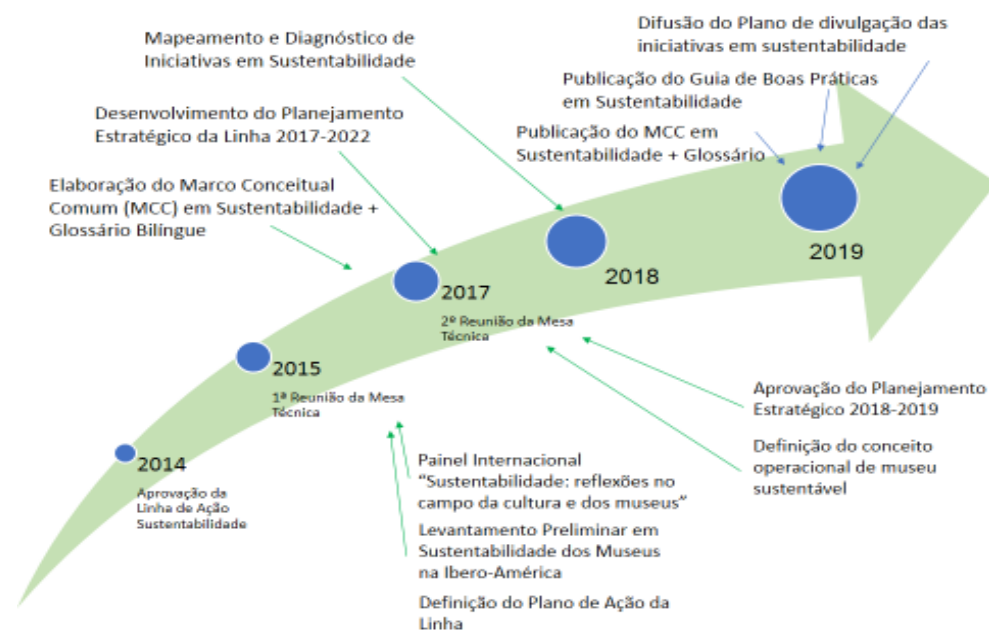
6. Objetivo estratégico - Contribuir para o desenvolvimento das potencialidades socioeconômicas do campo museal: Estimular a potencialidade dos museus como agentes econômicos capacitados para o desenvolvimento de parcerias, negócios, produtos e serviços para sua sustentabilidade, inserção na economia local, geração de emprego e renda e incremento do turismo em benefício da comunidade.

Linha de Ação "Sustentabilidade das Instituições e Processos Museais Ibero-Americanos" (LAS) - Programa Ibermuseum

A Linha de Ação Sustentabilidade (LAS) responde à demanda por políticas públicas específicas para os museus ibero-americanos, que trata a temática da sustentabilidade em quatro dimensões (social,

cultural, econômica e ambiental) e envolve diversas áreas de conhecimento. O Brasil é o coordenador da LAS no âmbito do Programa Ibermuseum, que congrega 22 países ibero-americanos.

Entre os anos de 2017 e 2018, foi realizado o mapeamento e diagnóstico de cerca de 70 iniciativas em sustentabilidade no setor museal da Ibero-américa, sendo que seis instituições brasileiras participaram da pesquisa.



Perspectivas para os próximos anos

Em 2019, espera-se lançar a publicação bilingue do Marco Conceitual Comum em Sustentabilidade, com glossário bilingue português-espanhol, elaborado entre os anos de 2015 e 2016; realizar a

divulgação das iniciativas em sustentabilidade mapeadas a partir da pesquisa feita pela consultora entre os anos de 2017 e 2018; e, realizar juntamente com a Secretaria-Geral Ibero-americana - SEGIB, no âmbito da Mesa Técnica de Sustentabilidade, uma oficina de elaboração de indicadores para a Linha de Ação.

Em 2020, espera-se realizar um seminário ibero-americano sobre sustentabilidade de museus; lançar um documento orientador sobre Boas Práticas em Sustentabilidade na Ibero-américa; e lançar, no âmbito do programa Ibermuseus, um Prêmio de estímulo a projetos de boas práticas para a gestão sustentável de museus.

Desenvolvimento de Produtos e Implantação de Lojas

O Ibram busca implantar espaços de comercialização, como lojas e cafés, para oferecer comodidade, conforto e uma lembrança positiva do museu visitado, contribuindo para transmitir a imagem, os valores e a mensagem das instituições, além de reforçar o marketing institucional.

Em 2018, como continuidade aos planos de negócios e estudos de viabilidade econômica foram elaborados dois modelos de editais que permitirão a seleção de concessionários para implantar e gerenciar pontos de comercialização nos museus. Ao mesmo tempo, também foram desenvolvidas três linhas completas (com mais de 150 exemplares) e três kits de produtos (com 15 exemplares cada) com a perspectiva de promoção dos museus e seus acervos.

O Ibram também incentiva o desenvolvimento de produção artesanal, valorizando os pequenos artesãos e detentores de saberes locais, como forma de dinamização da cadeia econômica local junto

aos museus. Neste contexto, foi realizada, em duas etapas, uma Oficina de uso criativo dos acervos museológicos em produtos artesanais, com capacitação de 25 artesãs atuantes no Museu Regional de Caeté.

A oficina reuniu design e técnicas artesanais de produção, incentivando as artesãs a desenvolverem produtos inspirados no acervo do museu.

Perspectivas para os próximos anos

Dar continuidade à criação de linha de produtos para a comercialização nos museus Ibram como, por exemplo, para o Museu Victor Meirelles, em Florianópolis, que está sendo totalmente restaurado e com previsão de ser reaberto ao público em agosto/2019.

Para a implantação de lojas, havendo recursos, a expectativa é lançar edital para a contratação de empresa especializada em criação e produção de estandes e de ambientação de lojas, ou seja, para projetos de pontos de venda, para auxiliar na implantação das lojas dos museus Ibram.

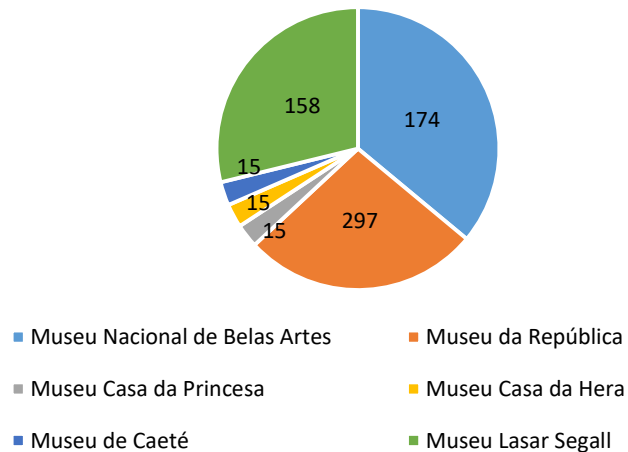
Em 2019, será lançada também, a publicação que apresenta a iniciativa da Oficina criativa para desenvolvimento de produtos artesanais inspirados em acervos museológicos, a partir da experiência piloto no Museu Regional de Caeté.

7.Objetivo estratégico – Fortalecer a dimensão educativa nos museus e processos museais: Promover a função educativa dos museus, fundamentadas no respeito à diversidade cultural, contribuindo para ampliar a participação de toda sociedade na consolidação e ampliação do patrimônio material e imaterial brasileiro.

Política Nacional de Educação Museal

A dimensão educativa dos museus abrange as várias formas de permitir ao cidadão usufruir do acervo musealizado, de modo a contribuir para sua formação educacional formal, cultural e como cidadão. O processo educativo não se limita às visitas dirigidas, comuns em grande parte dos museus, mas também à própria

Desenvolvimento de Produtos



expografia, forma de comunicação e utilização de recursos que facilitem e potencializem a relação do visitante com o acervo.

Uma referência importante para os setores educativos dos museus brasileiros é a Política Nacional de Educação Museal - PNEM, construída de modo participativo e numa articulação entre redes de educadores de museus, profissionais de museus e Ibram.

A PNEM traz uma série de princípios, diretrizes e recomendações relativas à educação museal. Está descrito no Caderno da Política Nacional de Educação Museal o processo de criação desta política, junto aos principais documentos resultantes desse processo e exemplos práticos de aplicação. Durante a 12ª Primavera dos Museus foram realizados 36 encontros para discussão e divulgação do Caderno da PNEM.

Após a elaboração e difusão da PNEM devem ser estruturados programas e ações que contribuam para a implantação prática de seus princípios e diretrizes. Pretende-se que a participação das Redes de Educadores de Museus seja ampliada nesse processo.

8.Objetivo estratégico – Estimular, produzir e difundir conhecimento sobre o campo museal: Estimular o desenvolvimento de práticas de pesquisa e de análise da informação sobre o campo museológico, tanto no Ibram quanto nos museus brasileiros. Prover os museus brasileiros de serviços de excelência em informação. Estabelecer parcerias com instituições de ensino público e privado, promover encontros e incentivar o desenvolvimento de publicações sobre a temática museal.

Programa Saber Museus

O Ibram sempre atuou na capacitação técnica do setor museal, notadamente por meio de oficinas presenciais e publicações. As ações presenciais, embora muito importantes, por sua própria natureza, atendem uma pequena parcela dos trabalhadores do setor museal e demais interessados. Procurando ampliar o acesso ao conhecimento técnico, o Ibram criou o Programa Saber Museus, que entre outras possibilidades de capacitação e difusão do conhecimento, estabelece possibilidades de ensino a distância, desenvolvendo materiais em formatos diversos como: cursos de ensino a distância, videoaulas, *draw my life* etc. Além disso, pretende-se estabelecer uma estrutura que permita aproveitar as oportunidades de difusão de conhecimento que ocorrem no desenvolvimento de suas atividades. Um exemplo disso, é o registro das palestras do Seminário “200 anos de museus no Brasil”: Desafios e Perspectivas, que poderão ser acessadas no site do Ibram.

A maior parte das políticas e programas do Ibram tem na difusão de conhecimento um importante elemento para seu desenvolvimento.

A partir da experiência acumulada, ao longo do ano de 2018, na produção de materiais de difusão de conhecimento a distância tem-se a perspectiva de ampliar a quantidade de produtos disponíveis ao público e de temas tratados em formatos dessa natureza. A variedade de formatos contribui para um maior acesso, tendo em vista a diversidade que caracteriza o setor museal. Portanto, mantidos os investimentos nesse tipo de ação, tem-se a

perspectiva de significativa ampliação dos usuários dos materiais do Ibram e, conseqüentemente, do aprimoramento da capacitação técnica do setor.

Impacto socioeconômico dos museus brasileiros

A parceria entre o Ibram e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, por meio do Núcleo de Estudos de Economia da Cultura (NECCULT), visa criar um modelo metodológico de estudo e valoração do impacto econômico dos museus aplicado à realidade brasileira.

Em 2018, a proposta de modelo foi desenhada a partir da análise e adaptação de modelos metodológicos internacionais e, atualmente, encontra-se na fase de aplicação e validação. Para o projeto piloto foram selecionados cinco museus brasileiros. .

Perspectivas para os próximos anos

Finalizar, em 2019, a elaboração do modelo metodológico de estudo e valoração do impacto econômico dos museus aplicado à realidade brasileira, bem como apresentar os resultados por meio de Seminário realizado pelo IBRAM em parceria com o NECCULT-UFRGS. De igual forma, entre 2019 e 2020, espera-se produzir uma série de artigos de experts sobre o tema para compor uma publicação digital e consolidar o material de apoio para agentes públicos e privados do setor museal e cultural desenvolverem seus estudos com base na metodologia elaborada.

Diagnóstico sobre gestão e financiamento dos museus brasileiros

A Pesquisa sobre modelos de gestão e financiamento utilizados pelos museus brasileiros tem o objetivo de realizar diagnóstico sobre a gestão institucional dos museus brasileiros, compreendendo os aspectos administrativos, financeiros, de planejamento e de institucionalidade.

A finalidade é avaliar o impacto das ações do Ibram no campo museal, de modo a levantar dados para análise das diferentes formas de modelos de gestão incluindo suas limitações, potencialidades, vantagens e desvantagens. O relatório da pesquisa realizada entre 2017 e 2018 será divulgado no primeiro semestre de 2019.

Perspectivas para os próximos anos

Com base no diagnóstico realizado entre 2017 e 2018 sobre modelos de gestão e financiamento utilizados pelos museus brasileiros, espera-se realizar, em 2019, um Seminário sobre os resultados da pesquisa com a possibilidade de debater sobre o seu significado e implicações para o campo. Para tal, é necessário a disponibilização ou captação de recursos.

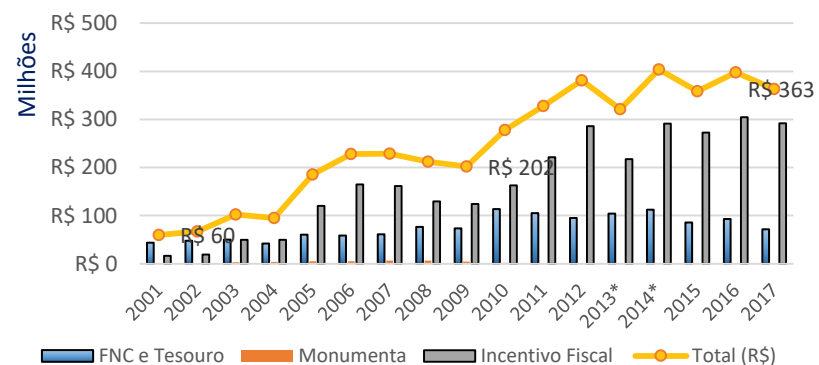
Levantamento dos Investimentos Públicos Federais Realizados no Setor Museal por meio da Pasta da Cultura.

Desde a criação do Ibram, em 2009, os investimentos no setor museal apresentam um significativo crescimento, com participações

expressivas tanto de recursos oriundos da Administração Direta quanto do patrocínio por meio de incentivo fiscal.

O acompanhamento dos investimentos no setor é feito pelo Ibram por meio do Levantamento Anual dos Investimentos Públicos Federais Realizados no Setor Museal com a identificação dos valores captados pela Lei Rouanet (Incentivo Fiscal e Fundo Nacional de Cultura – FNC) ou empenhados pelas unidades orçamentárias vinculadas à atual Secretaria Especial da Cultura, em cada exercício, caracterizados como investimentos no setor museal. O banco de dados e a série histórica demonstram a evolução dos recursos aplicados, constituindo-se suporte para outros estudos e pesquisas, bem como para a tomada de decisão para as políticas públicas.

Investimentos (R\$) realizados no setor museal pelo Sistema MinC 2001-2017 por fonte de recursos (valores reais em julho de 2018)



As informações estão disponíveis para consulta pública no site do Ibram

(<http://www.museus.gov.br/os-museus/economia-de-museus/>)

e dados abertos

(<http://dados.gov.br/dataset/levantamento-dos-investimentos-no-setor-museal>).

Perspectivas para os próximos anos

A perspectiva para os anos de 2019 e 2020 é continuar e aprimorar a realização do levantamento, de modo a subsidiar o banco de dados e a série histórica com a evolução dos recursos aplicados ao longo dos anos, constituindo-se suporte para outros estudos e pesquisas, bem como para a tomada de decisão para as políticas públicas.

Seminário 200 anos de museus no Brasil: Desafios e Perspectivas - Rio de Janeiro/RJ

Para celebrar o bicentenário dos museus brasileiros, foi realizado no Centro Cultural do Banco do Brasil do Rio de Janeiro (CCBB/RJ), no período de 30/07/2018 a 03/08/2018, o “Seminário 200 anos de museus no Brasil: Desafios e Perspectivas”. O evento contou com o patrocínio do CCBB/RJ e apresentou uma palestra e nove mesas redondas de importantes nomes da área museológica do país, que propuseram refletir sobre os dois séculos de presença contínua dos museus em território brasileiro, cujo marco histórico é a criação do Museu Nacional/RJ em 1818. Ao todo, 351 pessoas estiveram presentes no evento. Para mais informações, acesse:

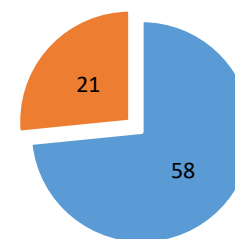
<http://www.museus.gov.br/ibram-e-ccbb-rio-promovem-seminario-sobre-200-anos-de-museus-no-brasil/>

Produção e Difusão do Conhecimento

O Ibram e seus museus possuem uma linha editorial consistente, com várias publicações que são referência nos cursos de museologia pelo Brasil.

As publicações são acessíveis gratuitamente na página dos museus ou no Portal do Ibram e as versões impressas são distribuídas para bibliotecas, universidades e entidades que atuam na área museológica, permitindo a disponibilização para amplo público, mas também podem ser adquiridas por meio da Livraria Virtual, no Portal do Ibram em <http://www.museus.gov.br/livraria-ibram/>. As publicações contribuem para o fortalecimento da imagem do Ibram e dos museus, difusão do conhecimento das instituições e aprimoramento do campo museal brasileiro.

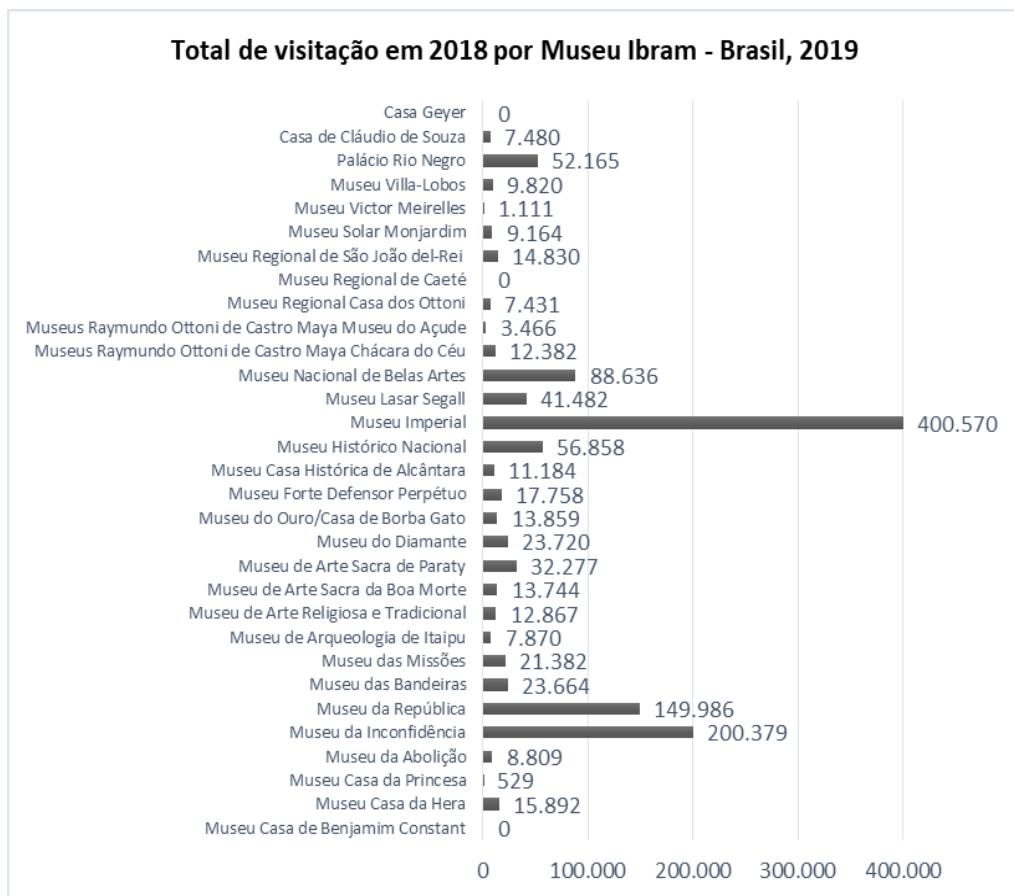
Publicações



- Publicações digitais disponíveis gratuitamente no Portal Ibram
- Publicações impressas disponíveis para compra na Livraria Virtual

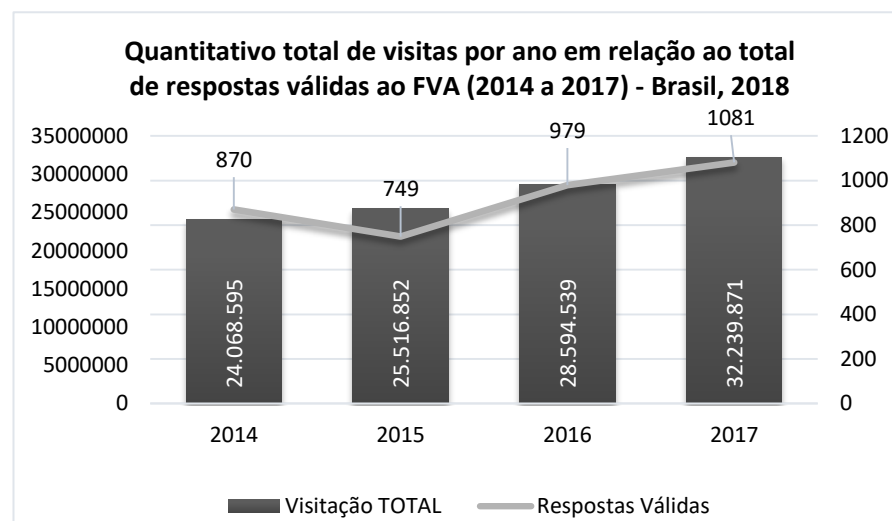
Museus & Público

O macroprojeto Museus & Público visa levantar informações sobre o público de museus atendendo a demandas do próprio Ibram, da comunidade museológica e da sociedade, por instrumentos consolidados como o Formulário de Visitação Anual (FVA) que realiza o levantamento de público dos museus brasileiros; o Formulário de Visitação Mensal (FVM), responsável pelo levantamento de público



dos museus do Ibram; e o Laboratório de Público Ibram (LPI), para investigações sobre o perfil do público dos Museus Ibram. De acordo com as informações coletadas por esses instrumentos, é possível conhecer os dados de visitação e realizar análises e comparativos entre as instituições respondentes.

Em 2017, o FVA registrou um total de 32.239.871 visitantes nos 1.081 museus brasileiros que participaram do levantamento. Esses números representam um aumento tanto no total de visitantes quanto de instituições respondentes (número recorde) num comparativo com as aplicações dos anos anteriores, conforme gráfico a seguir.



Fonte: Coordenação-geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM, 2019.

A mesma situação pode ser observada nos dados coletados por meio do Formulário de Visitação Mensal que registrou, em 2018, um total de 1.259.315 visitantes nos Museus Ibram, conforme gráfico a seguir, representando um aumento de 36.202 visitantes, num comparativo com 2017 (1.223.113 visitantes) e de 210.385 visitantes, num comparativo com 2016 (1.048.930 visitantes).

Perspectivas para os próximos anos

Reedição da publica o "Resultados FVA 2014-2015"

Verificamos a necessidade de reedi o (digital) da publica o, que deverá ser lançada durante o 8  FNM.

Publica o "Resultados FVA 2016-2017"

A exemplo do Fórum anterior, pretende-se lançar nova publica o do FVA, dessa vez com os resultados das duas últimas aplica es, de 2016 e de 2017.

Realiza o da 2  Oficina Laboratório de Público Ibram.

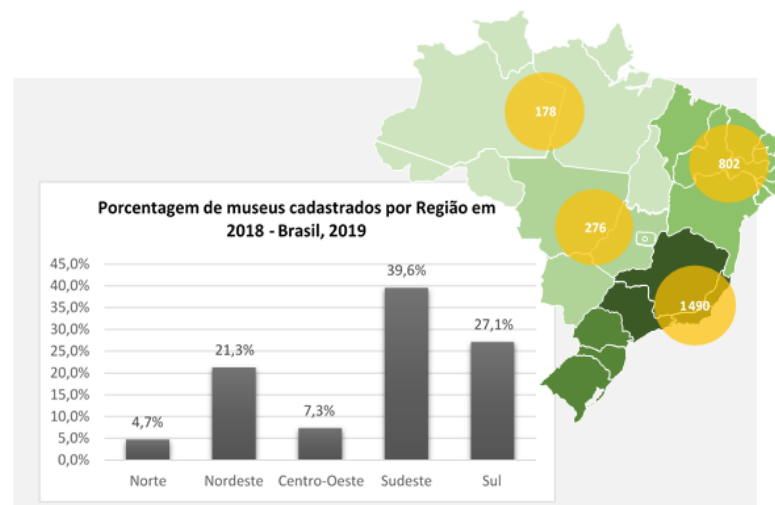
A iniciativa, que começou com duas oficinas realizadas em julho de 2017 e com o levantamento de dados sobre o perfil de público dos Museus Ibram, prevê uma continuidade, ampliando a capacita o dos servidores envolvidos e proporcionando desdobramentos referentes   primeira coleta de dados.

Cadastro Nacional de Museus

Maior fonte de informa es sobre os museus brasileiros, o Cadastro Nacional de Museus computou, em 2018, 3.792 institui es mapeadas, das quais 3.769 foram cadastradas, registrando um

aumento de 32 museus num comparativo com 2017 (3.737 museus) e 73 museus em rela o a 2016 (3.696 museus).

<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/01/Musas-7.pdf>
- páginas 252 a 263)

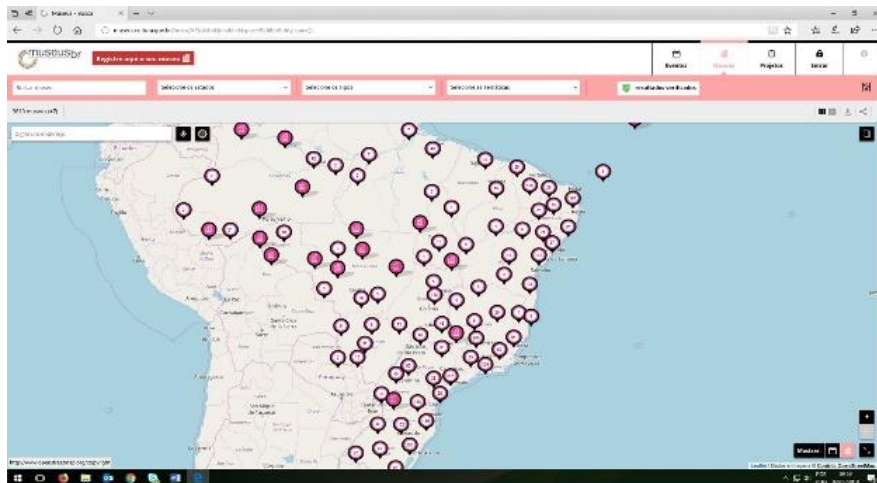


Fonte: Cadastro Nacional de Museus, Jan. 2019.

Plataforma Museusbr

Com o intuito de promover maior transparência na gestão pública, garantir a contribui o da sociedade e acurar a qualidade dos dados, o Cadastro Nacional de Museus adotou a plataforma Museusbr, aplica o do *software* Mapas Culturais, em dezembro de 2015, como sistema nacional de identifica o de museus, mapeamento colaborativo, gestão e compartilhamento de informa es sobre os museus brasileiros.

[\(http://museus.cultura.gov.br/\)](http://museus.cultura.gov.br/)



Fonte: Museusbr, 2019.

Desde então, o trabalho de atualização das informações dos museus brasileiros se tornou mais dinâmico, sendo possível que as próprias instituições administrem seus dados e os atualizem sempre que necessário. O Museusbr possibilitou a troca automática de informações por meio da integração que o software Mapas Culturais permite, uma vez que é fornecido como serviço (Software as a Service – SaaS), com suas aplicações funcionando em rede, articuladas.

Perspectivas para os próximos anos

Pesquisa sobre acessibilidade (parceria OIM).

Como resultado da última reunião do Observatório Ibero-americano de Museus (OIM), foi estabelecido compromisso de aplicação de uma pesquisa sobre acessibilidade nos Museus Ibram e, posteriormente, nos museus federais brasileiros (por amostragem).

Atualização de dados dos museus (estaduais e federais) do estado de Minas Gerais.

A atualização dos dados tem sido mais uma forma de evidenciar as vantagens da plataforma na gestão das informações e das instituições museológicas. Assim, com o fim de divulgar o trabalho e auxiliar na assinatura de Termo de Reciprocidade para operação do Registro de Museus pelos estados, iniciamos a atualização dos dados dos museus federais de Minas Gerais (que já tem processo aberto no SEI para assinatura de acordo) em dezembro de 2017. Em seguida, serão atualizadas as informações dos museus estaduais mineiros.

Realização de capacitação sobre a plataforma Museusbr nos estados com acordo assinado.

Como sistema nacional de identificação de museus, a plataforma Museusbr é utilizada por estados e municípios, provendo o Ibram da capilaridade necessária para atingir os museus localmente. A prioridade de capacitação tem sido os estados com os quais assinamos acordos de cooperação para operação do Registro, mas não perdemos de vista os demais, em especial os que não têm sistema próprio de cadastramento e mapeamento de museus. O primeiro estado a passar por capacitação será Minas Gerais, com quem já temos processo aberto para assinatura de acordo.

9. Objetivo estratégico - Desenvolver e aplicar os instrumentos necessários à plena implementação do marco regulatório: Realizar as ações necessárias para a implementação das normativas com o objetivo de fortalecer os museus e o campo museológico.

Direitos Autorais

O Ibram busca difundir e estimular a cultura de gestão de direitos autorais e da propriedade intelectual nos museus brasileiros, fortalecendo-os como espaços de discussão, interação, pesquisa e conhecimento, levando em consideração a produção simbólica e a diversidade cultural. Em 2018, no âmbito dos direitos autorais, foram emitidos os diplomas de reserva do uso de nove marcas do Ibram para serviços e produtos junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI pelo período de dez anos; foi publicada uma norma institucional interna sobre direitos autorais em publicações e disponibilizada ao público uma publicação sobre gestão da propriedade intelectual nos museus.

Perspectivas para os próximos anos

Para 2019, havendo recursos, há a expectativa de realização de um seminário sobre Direitos Autorais em Museus e também está prevista a revisão da Instrução Normativa Ibram 01/2013, que trata do direito de uso de imagem do acervo dos museus do Ibram, incluindo a regulação para a disponibilização das imagens em plataformas online de acesso público.

10. Objetivo estratégico - Gerir a Política Nacional de Museus em articulação com unidades da federação e demais atores do campo: Fomentar a criação, a institucionalização e o fortalecimento de mecanismos, instrumentos e espaços políticos que promovam a aplicação da PNM nos níveis municipal, estadual, regional e federal.

Registro de Museus

Instrumento da Política Nacional de Museus, previsto pelo Estatuto de Museus (Lei 11.904/2009) e seu Decreto regulamentador (Decreto nº 8.124/2013), instituído pela Resolução Normativa nº 1/2016, o Registro de Museus visa acompanhar as dinâmicas de criação, fusão, cisão, incorporação ou extinção dessas instituições.

Desde sua criação, o Registro busca possibilitar um processo federativo integrado. Para isso, sua operação é compartilhada com estados e municípios por meio da celebração de acordos com esse fim. Em 2018, foram firmados dois acordos para execução descentralizada com os estados de São Paulo e do Espírito Santo, e iniciadas as tratativas com os estados de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e de Alagoas. Esses acordos são essenciais para a consolidação do Registro de Museus, seguindo um modelo de governança pública compartilhada por meio de metodologia unificada de coleta de dados.

Ainda sobre o Registro, é válido destacar que foram registrados 220 museus em 2018, 127 a mais que em 2017 (93 museus), ano de início da operação de suas atividades.

(<http://dados.cultura.gov.br/dataset/registro-de-museus>;
<http://www.museus.gov.br/ibram-e-es-firmam-parceria-para-incremento-do-registro-de-museus-no-estado>; <http://www.museus.gov.br/ibram-e-es-firmam-parceria-para-incremento-do-registro-de-museus-no-estado/>)

Perspectivas para os próximos anos

Assinatura de mais três acordos de cooperação para operação do Registro.

Tendo em vista os processos em aberto (MG, AL e RJ), além da manifestação de interesse de mais dois estados (SC e RS), esperamos encaminhar ao menos três estados para efetiva assinatura de acordo. No entanto, por conta das particularidades dos processos e dinâmicas locais, intenciona-se firmar acordos com os estados mencionados ou com outros que demonstrem interesse ao longo de 2019, além de iniciar mais 3 processos com outros estados brasileiros.

Realização da reunião da Rede Nacional de Identificação de Museus (ReNIM) no 8º Fórum Nacional de Museus (FNM).

Foi acordado durante o 7º FNM a realização de reuniões virtuais e presenciais para alinhamento conceitual com o fim de decidir quanto ao Registro para museus virtuais e Unidades de Conservação da Natureza. Por conta do alto custo de uma ação como essa e pensando que o FNM é uma ocasião já tomada pelo campo museal como oportunidade de reunião, encontro e trocas, foi planejada uma série de discussões virtuais sobre o assunto para deliberação do assunto durante a reunião prevista para o 8º FNM, em outubro deste ano.

Atualização de dados dos museus (estaduais e federais) do estado de Minas Gerais.

A atualização dos dados dos museus na plataforma Museusbr é parte dos trabalhos que compõem o acordo com os estados para operação do Registro de Museus. Assim, foram atualizados os dados de todos os museus do Espírito Santo (74 museus) durante os meses de outubro a dezembro de 2018. Mas essa atualização tem sido mais uma forma de evidenciar as vantagens da plataforma na gestão das informações e das instituições museológicas.

Assim, com o fim de divulgar o trabalho e auxiliar na assinatura do acordo com o estado de Minas Gerais, iniciamos a atualização dos dados dos museus federais daquele estado em dezembro de 2018. Em seguida, serão atualizadas as informações dos museus estaduais mineiros.

Planejamento Museológico

A preservação do patrimônio museológico brasileiro se inicia pela elaboração e implementação do Plano Museológico, ferramenta de planejamento estratégico dos museus brasileiros ([Instrução Normativa Nº 3, de 25 de maio de 2018](#)), que estabelece os procedimentos técnicos e administrativos para a elaboração de Planos Museológicos pelos 30 museus administrados diretamente pelo órgão.

A manutenção do patrimônio cultural musealizado em condições adequadas inclui medidas preventivas e de conservação-restauração. Este objetivo dialoga diretamente com o direito à memória, na medida em que se trata de permitir o acesso presente e futuro da população a esse patrimônio cultural.

Vale ressaltar, que se inclui no patrimônio cultural as edificações, que no caso dos museus Ibram são tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN. A própria condição da edificação como bem tombado a torna parte integrante do acervo do Ibram e impõe que a sua preservação seja baseada em princípios rigorosos visando à manutenção dos elementos e materiais originais de seu estilo e sua época.

Nesse sentido são necessárias ações de conservação arquitetônica desses espaços, que podem constituir intervenções de manutenção, restauração ou requalificação dependendo do estado de conservação em que se encontra o espaço museológico. O objetivo dessas ações é a preservação e modernização dos museus visando condições adequadas ao uso, acessibilidade, segurança, conforto ambiental e sustentabilidade arquitetônica dos espaços museológicos e dos seus acervos. Uma ação significativa de restauração, entre os museus do Ibram, se deu no Museu Regional de Caeté, que está passando por uma restauração integral da edificação e de sua expografia.

A preservação do acervo musealizado abrange uma série de ações que envolve processamento técnico: aquisição, armazenamento, tratamento, interpretação, organização, controle, disseminação e recuperação da informação dos bens culturais musealizados preventivas (controle de temperatura e umidade, limpeza mecânica, etc.). Inclui medidas preventivas e de restauro, nos casos em que se verificar a necessidade.

Assim, cabe ao Ibram pesquisar, normatizar, orientar, assessorar, capacitar fiscalizar e avaliar os museus brasileiros sobre todo esse

conjunto de tarefas: gestão (Plano Museológico), a aquisição e o descarte; registro; inventário; identificação; catalogação; difusão; movimentação; conservação/restauração; e acesso dos itens ou coleções musealizadas (seja em meio físico ou digital).

O Ibram atua, principalmente, por meio de orientações e capacitação técnica para o setor museal. Em alguns casos o Ibram assessora instituições, como no projeto de identificação de bens culturais da Presidência da República.

Destacamos o gerenciamento de riscos, outra iniciativa primordial para o Ibram, a qual constitui mais uma demanda de orientação e subsídio técnico requisitado pelo setor museológico. O plano gestão de riscos é uma ferramenta eficaz para aprimorar a tomada de decisões dos gestores museais, focada na preservação e salvaguarda de acervos musealizados.

Sua utilização fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de risco para o patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais gradual e cumulativa no universo dos museus. Isso, evidentemente, possibilita estabelecer prioridades de ação e alocação de recursos para mitigar os riscos que se apresentem iminentes.

Buscando suprir mais essa necessidade, formulou-se o Programa Gestão de Riscos ao Patrimônio Musealizado de modo a abordar com a devida atenção, um tema que ainda hoje é tratado timidamente pelas instituições museológicas, seja pela pouca visibilidade, seja pela deficiência orçamentária, pela falta de priorização ou pela falta de planejamento interno. O Programa de

Gestão de Riscos é voltado para o desenvolvimento de processo de planejamento, pelos museus, voltado à identificação dos riscos a que o patrimônio musealizado está sujeito e sua gravidade, proporcionando a elaboração de um plano de medidas corretivas ou que evitem a ocorrência desses riscos ou, caso ocorram, que reduzam seus efeitos negativos. O lamentável episódio do incêndio do Museu Nacional, vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, mostra a importância da gestão de riscos.

O Ibram tem procurado adequar a situação de seus museus junto ao Corpo de Bombeiros e desenvolver planos de gestão de risco em todos os seus museus. Da mesma forma, tem dedicado atenção à normatização dos procedimentos internos envolvidos na preservação do acervo.

Também contribui para a preservação do patrimônio cultural, o Cadastro de Bens Culturais Desaparecidos, que divulga os bens culturais furtados ou desaparecidos, de modo a dificultar sua comercialização e facilitar sua recuperação e devolução. O Ibram também apoia e participa de eventos sobre o tráfico ilícito de bens culturais, como o caso da cooperação internacional organizado juntamente com a União Europeia, no âmbito do programa Diálogos Setoriais.

As ações do Ibram nas áreas de preservação, segurança e gestão de riscos são apoiadas por ações de capacitação técnica, presenciais e a distância.

Perspectivas para os próximos anos:

O episódio do Museu Nacional deu destaque para a importância da gestão de riscos em unidades museológicas. Com isso, a perspectiva é de progressão na elaboração de planos de gestão de riscos para que todos os museus vinculados ao Ibram tenham estes planos concluídos em curto prazo. Os materiais de difusão de conhecimento, além dos que já foram publicados sobre o tema estão sendo desenvolvidos pelo Instituto, devendo contribuir para o avanço na capacitação técnica e sensibilização dos museus para o tema. No entanto, para sua efetivação, os planos devem ser acompanhados de investimentos, sendo razoável imaginar uma maior prioridade para este tipo de gasto. É objeto de preocupação uma visão de risco limitada à ocorrência de incêndios, sendo que diversos outros agentes de risco podem ameaçar fortemente o patrimônio cultural musealizado. Com relação ao planejamento estratégico, a elaboração e implementação de ferramentas técnico-conceituais, como o Plano Museológico, tornam-se essenciais para o aprimoramento e o fortalecimento dos museus brasileiros.



Resultado das metas Ibram no PLANO PLURIANUAL 2016-2019

Objetivo	Descrição da Meta	Método de Apuração - Definido em 2015	Resultado do triênio 2016-2018	% de alcance no triênio (2016-2018)	Situação
0787 - Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais.	Ampliar o número de pessoas que frequentam museus, aumentando em 20% seu público.	Calcula-se o crescimento pelo número de visitas aos Museus Ibram (FVM)	20%	100%	
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Apoiar 200 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.	Pontos de memória premiados nos editais e/ou apoiados por meio de ações de difusão, capacitação e intercâmbio pelo Ibram	144	72%	
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Identificar o patrimônio museológico de 120 instituições museológicas brasileiras (Ibram). A meta do Sistema MinC são 300 instituições culturais.	Plataforma Museusbr e INBCM (Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados)	76	63%	
0783 - Preservar, identificar, proteger e promover a memória e o patrimônio cultural brasileiro, fortalecendo identidades e criando condições para sua sustentabilidade.	Implantar ou modernizar 120 unidades museológicas (Ibram). A meta do sistema MinC são 600 equipamentos culturais.	Quantidade de projetos aprovados e formalizados nos editais do Ibram; Projetos formalizados com orçamento próprio, Emendas Parlamentares, bem como projetos nos museus Ibram.	49	41%	

Fonte: Ibram, janeiro/2019.

Legenda Status:

- A meta será superada
- A meta será atingida
- A meta dificilmente será atingida

Análise do triênio – PPA 2016-2019

O PPA define as políticas públicas do Governo Federal para construir um Brasil melhor, tendo o **início do ciclo em 2016 e o seu encerramento em 2019.**

O PPA 2016-2019, prevê uma ampliação em 20% do número de pessoas que frequentam museus Ibram no quadriênio, tendo como referência o número de visitas em 2015 (1.153.754 visitantes). Aumento aferido de 12,75% de 2017 em relação a 2016, e de 7,31% de 2018 em relação a 2017, totalizando o percentual de ampliação de pessoas frequentando museus no último triênio de 20,06%. Considerando a apuração até o momento, a meta desse objetivo já foi alcançada e superada.

A apuração da meta de identificação do patrimônio museológico de 300 instituições museológicas vem sendo feita por meio do inventário dos Museus Ibram e por meio do Registro de Museus. Como a pergunta específica sobre quantidade de bens foi incluída posteriormente (somente em outubro de 2018) no Formulário de Solicitação de Registro, o número atual de 76 instituições com patrimônio museológico identificado deve ser acrescido em mais de 250, uma vez que o número de museus registrados vem crescendo – atualmente (janeiro de 2019), 220 museus se encontram registrados – e há solicitações de Registro em análise.

O Ibram, em 2017, modernizou 24 equipamentos culturais com recursos próprios, contribuindo para meta do Sistema Minc de Implantar ou Modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos definidos no PPA 2016-2019. No ano de 2018, foi possível modernizar, por meio de editais de prêmio, 25 equipamentos museais dos 120 que temos o compromisso de modernizar/implantar de 2016-2019, totalizando 49 equipamentos modernizados no último triênio. Considerando o contingenciamento de recursos, dificilmente a meta será atingida.

Apoiamos 144 Pontos de Memória em consonância com o Programa Cultura Viva, por meio de ações de capacitação, no último triênio. Realizamos uma oficina de expografia (com 38 dirigentes de Pontos de Memória) e uma oficina de inventário participativo (com 44 dirigentes de Pontos de Memória) no 7º Fórum Nacional de Museus e, uma oficina de expografia (com 22 dirigentes de Pontos de Memória) na 2ª Teia da Memória do Espírito Santo, no último triênio. Com expectativa de atingir a meta até o encerramento do ciclo.



5. Alocação de recursos e áreas especiais da gestão

Neste item demonstraremos como foram gerenciados os recursos orçamentários e extra orçamentários, humanos, tecnológicos e outros, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade, abordando os principais resultados, ações e desafios alcançados no ano de 2018, para o cumprimento da missão e dos objetivos institucionais do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

1. GESTÃO DE PESSOAS

1.486 colaboradores da rede Ibram:
574 servidores
787 terceirizados
125 estagiários

3. GESTÃO DE LOGÍSTICA, LICITAÇÕES E CONTRATOS

Na integralidade, as contratações em 2018 concentraram-se em ações e manutenção e funcionamento dos museus.

5. GOVERNANÇA E GESTÃO DE TIC

São mais de R\$5 milhões investidos em Tecnologia da Informação e Comunicação .

2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

R\$ 167,6 milhões foi o orçamento do Ibram.

4. INFRAESTRUTURA GESTÃO DE PATRIMONIAL

São 29 museus, sendo 42 edificações + 3 imóveis de uso administrativo.

6. SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES

Campanhas sustentáveis de conscientização dos colaboradores no uso de: água, energia, elevadores etc.

Dimensão da Gestão Interna

O Ibram desenvolve intenso trabalho para aprimorar e valorizar as 29 Unidades Museológicas, 12 Unidades Gestoras Executoras, que compreendem 74 Edificações, 38 Edículas, com mais de 30 tombamentos que vão desde os bens imóveis até coleções.

Essas Unidades representam cerca de 1 milhão de m² de área comum, das quais mais de 80 mil m² são de áreas construídas, sendo que a área de exposição supera 47.600 m², cujas edificações remontam desde o século XVII.

Nesse contexto, é operacionalizado no Ibram as atividades de execução orçamentária e financeira dos recursos provenientes do Fundo Nacional de Cultura, dos mecanismos de incentivo a projetos culturais e outros fundos, recursos e instrumentos, bem como, acompanha a execução do seu orçamento anual, gerencia os contratos e processos licitatórios para contratação e aquisição de bens e serviços, assim como coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas aos sistemas de gestão administrativa interna.

O Ibram estimula o diálogo com o campo museológico e a sociedade, mediante a priorização de práticas que visam à democratização do acesso público às suas instituições de memória, à melhoria física e estrutural dos museus, à transparência e publicidade dos atos administrativos, o estabelecimento de mecanismos de controle e à modernidade interna do Instituto.

Sistema Eletrônico - SEI

O SEI é utilizado no Ibram, desde outubro de 2017 para os documentos e processos administrativos que tramitam no Instituto, proporcionando celeridade, praticidade e fidedignidade aos documentos. Esse sistema representa inovação, economia de recursos públicos, transparência administrativa e sustentabilidade.

A partir do uso do SEI foi possível eliminar os malotes dos Correios para transporte de processos de pagamentos e documentos, entre as Unidades descentralizadas do Instituto. A tomada de decisão ou pagamento de faturas/notas fiscais, por exemplo, que levava de 90 a 120 dias, devido ao fluxo de ir e vir dos malotes, ocorre simultaneamente em diversas áreas,

resultando em economia de tempo e de recursos.

Desde a implantação até hoje, contamos com 1.168 pessoas logadas, entre usuários internos externos. Produzimos 7.606 processos em 2018, 2.126 Memorandos, 183 Notas Técnicas e 1058 Pareceres.

Transparência e Publicidade dos Atos Administrativos

Foram realizados diversos atendimentos às solicitações de informações encaminhadas pela Ouvidoria do Ibram e pelo SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, respaldados pela Lei nº 12.527/2011, que define a publicidade como regra geral e impõe a gestão transparente e o amplo acesso às informações de interesse público, mediante consulta às Coordenações do DPGI, pode-se afirmar que foram prestadas muitas informações aos cidadãos, referentes à realização de concurso público do Ibram em 2019, gestão de contratos do Ibram, normas e leis administrativas, dentre outras.

Controle de Gestão

O acompanhamento das demandas de controle ocorre a partir da supervisão dos

encaminhamentos e atendimentos às demandas decorrentes dos relatórios de Auditoria Interna, da Controladoria Geral da União e do Tribunal de Contas da União.

Em cumprimento à Portaria TCU nº 122/2018, que trata da implantação e da operacionalização do sistema informatizado de Tomada de Contas Especial, o sistema e-TCE, e que amparou a utilização do sistema eletrônico nos processos de TCE, foram adotadas as seguintes providências:

- Registro no sistema e-TCE, do Processo nº 350/2018, com todos os documentos comprobatórios que instruíram a TCE; e encaminhamento, via sistema, ao TCU para julgamento, na forma prevista do Inciso II do art. 71 da Constituição Federal;
- Edição da Portaria Interna nº 13, que define as competências dos agentes que atuam nos processos de Tomadas de Contas Especiais, no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – Ibram.

5.1 Gestão de Pessoas

Para assegurar a conformidade com a Lei nº 8.112/90, e demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Ibram observa o conjunto de normas e diretrizes

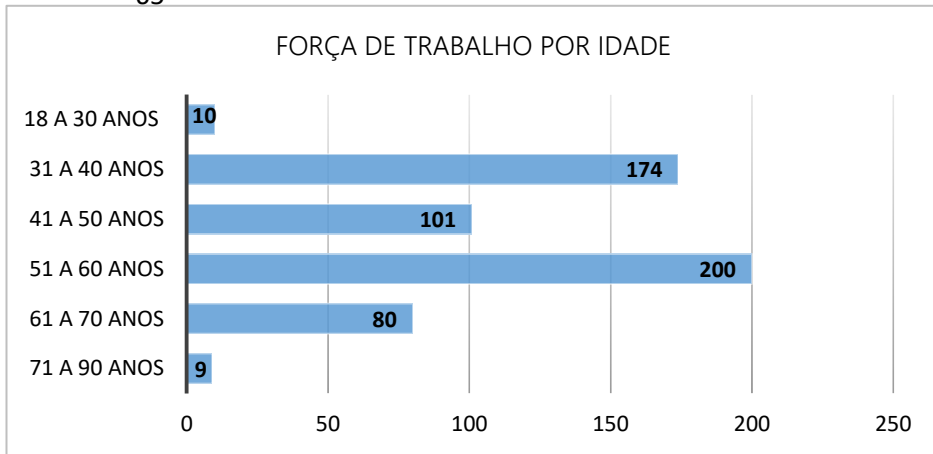
estabelecidas pelo Governo Federal, mediante o acompanhamento das publicações no Diário Oficial da União e resenhas de gestão de pessoas encaminhadas pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

A força de trabalho do Ibram é composta por servidores oriundos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que passaram a integrar o Quadro desta Autarquia, quando da sua criação em 2009, por servidores nomeados, aprovados no concurso realizado em 2010, e servidores requisitados.

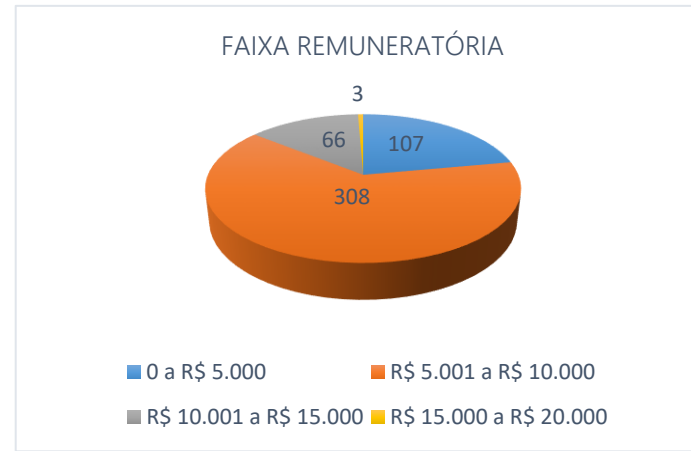
O exercício de 2018 encerrou-se com 574 servidores, representando uma diminuição de quase 8% do quadro geral, em relação a 2017.

O quadro permanente de pessoal do IBRAM é formado prioritariamente, por servidores

cuja faixa etária está compreendida entre 31 e 60 anos. Cerca de 23% do quadro já adquiriram condição de aposentadoria.



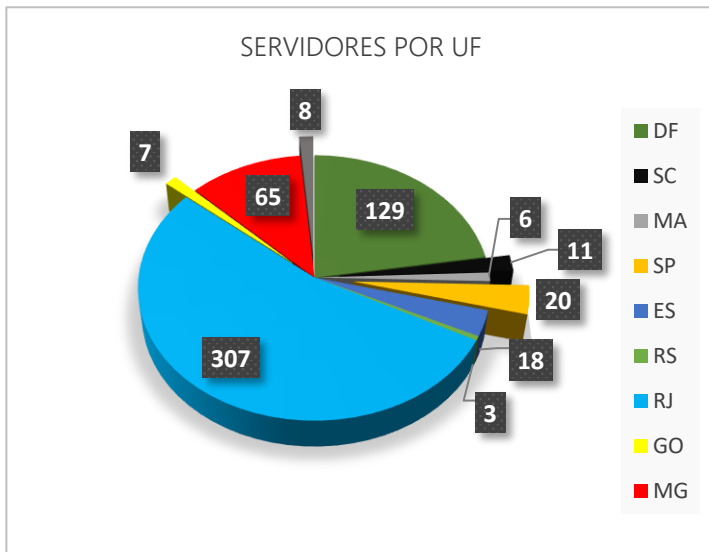
Fonte: Siape, 2019.



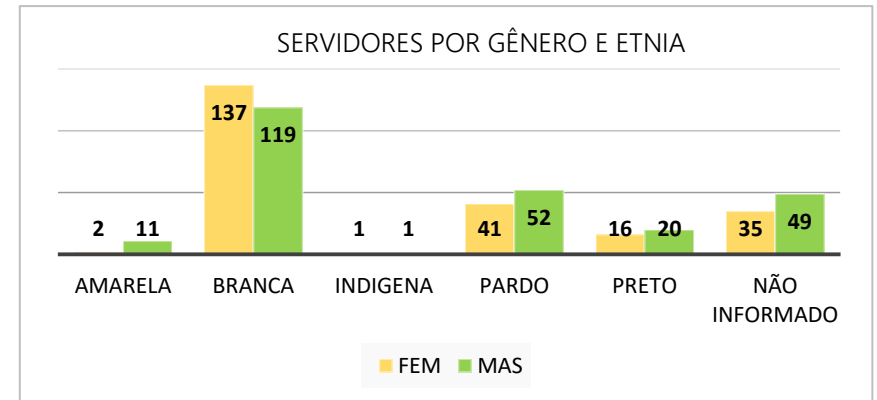
A remuneração dos servidores pertence ao Plano Especial de Cargos da Cultura de que trata a Lei nº 11.233/2005 e está distribuída conforme gráfico à esquerda.

No que se refere à distribuição dos servidores por gênero e etnia, pode-se observar uma baixa representação de pardos e pretos entre os servidores do Quadro Permanente do Ibram.

Fonte: Sistema de w, 2019.



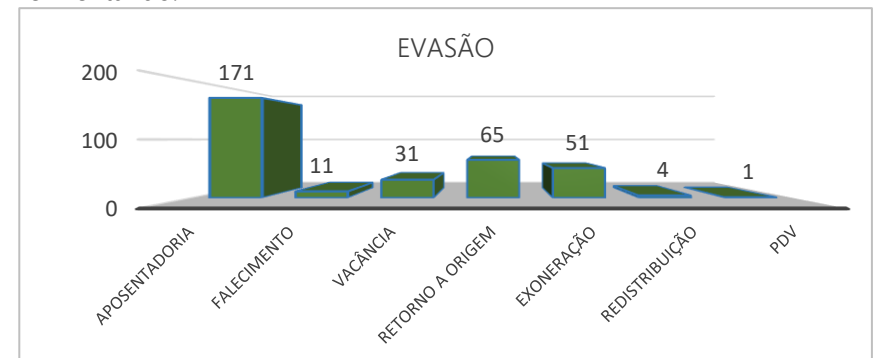
Observa-se neste gráfico à esquerda que 53,4% da força de trabalho do Ibram está no Rio de Janeiro, seguido por Brasília, 22,4% e Minas Gerais com 11,3%. Tal fato justifica-se, pela distribuição dos Museus IBRAM se concentrarem no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, e Brasília ser a sede do Instituto.



Fonte: Siape, 2019.

O gráfico abaixo apresenta o alto índice de evasão que a Autarquia vem enfrentando.

Composição da Força de Tabalho – Distribuição por Situação Funcional					
Ativo Permanente	Requisitados	Cedidos	Anistiados	Sem Vínculo	Outros
80,5%	6,7%	3,9%	2,3%	4%	2,6%
462	39	22	13	23	15



Dos 70 cargos em comissão DAS, níveis 1, 2, 3 e 4, 74% estão ocupados por servidores de carreira, percentual superior ao mínimo estabelecido no Decreto nº 5.497/2005.

DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES POR SITUAÇÃO FUNCIONAL

SITUAÇÃO	TD
ATIVO PERMANENTE	462
REQUISITADO	35
NOMEADO CARGO COMIS.	23
REQ.DE OUTROS ORGAOS	4
EXERC DESCENT CARREI	14
EXERCÍCIO PROVISÓRIO	1
EXERC.§7º ART93 8112 - ANISTIADO	13
EM EFETIVO EXERCÍCIO	557
CEDIDO	22
APOSENTADO	153
BENEFICIARIO PENSÃO	14

Fonte: Siape, 2019.

A estruturação da política de gestão de pessoas para cumprimento do objetivo estratégico de manter o quadro funcional efetivo suficiente e qualificado para o alcance das metas institucionais, tem sido um desafio enfrentado anualmente. Diversas solicitações têm sido encaminhadas ao Ministério do Planejamento, objetivando autorização para realizar concurso público, conforme pode-se verificar no quadro de processos, apresentado a seguir:

01415.004790/2012-35	2013
01415.004612/2013-95	2014
01415.004612/2013-95	2015
01415.004399/2015-83	2016
01415.003017/2016-85	2017
01415.002945/2017-11	2018

Fonte: Siape, 2019.

Duas ações estratégicas têm sido utilizadas para inimizá-la a carência de pessoal no Instituto: publicação de edital para viabilizar a requisição de servidores de outros órgãos federais com interesse em prestar serviço ao IBRAM e a instituição do Programa de Serviço Voluntário nos Museus, regido pela Portaria nº 424/2012.

Em 2018, foi realizada a chamada pública para a seleção de diretores das Unidades Museológicas do Instituto, mediante a publicação dos Editais de processos seletivos dos Museus Diamante, República/Palácio Rio Negro, Inconfidência, Solar Monjardim, Villa Lobos, Lasar Segall, Ouro/Casa Borba Gato e Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte e Casa da Princesa.

O aperfeiçoamento dos mecanismos de valorização dos servidores e colaboradores tem sido realizado mediante a implantação de: programa de ginástica laboral na sede; a realização de eventos presenciais e à distância, proporcionando a capacitação de 222 servidores da Sede e dos Museus; incentivo ao estudo de idioma estrangeiro; elaboração do plano normativo com a definição de regras específicas para a concessão de licença capacitação e dos afastamentos para pós-graduação dos servidores, aliados à missão institucional do órgão.

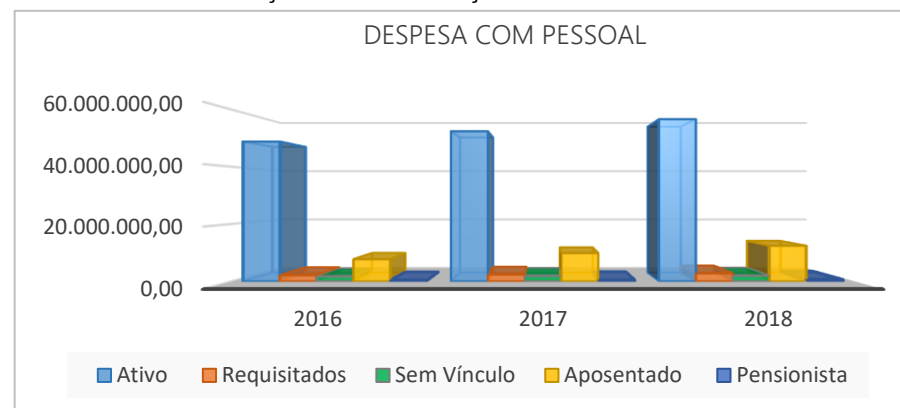
E por último, mas não menos importante, na área de saúde do servidor e dependentes, a celebração de um outro convênio com uma nova operadora de plano, estabelecendo-se melhores condições de acesso ao mesmo e sua adequação à realidade financeira dos usuários.

Detalhamento de Despesa de Pessoal

Situação Funcional	Anos		
	2016	2017	2018
Ativo Permanente	48.764.234,13	52.375.494,77	56.583.346,00
Requisitados	2.186.253,57	2.416.245,19	2.841.878,27
Sem Vínculo	1.740.560,04	1.889.146,56	2.010.098,50
Aposentado	7.747.437,29	9.890.633,11	12.414.769,66
Pensionista	547.422,65	603.404,94	792.252,11
Total	60.987.923,68	67.176.941,57	74.644.362,54

Fonte: Siape, 2019.

O aumento discreto com despesa de pessoal, ocorrido em 2018, deve-se à publicação da Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016, que alterou a remuneração de servidores públicos, e reajustou a tabela de valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividade Cultural – GDAC, e da Lei nº 13.328, da mesma data que alterou a remuneração dos cargos comissionados e funções de confiança.



Fonte: Siape, 2019.

Execução do Plano Anual de Capacitação

MODALIDADE	QTD. DE EVENTOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Cursos Abertos	110	161
Cursos Fechados	2	62
Incentivo de Idiomas	4	27

Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2018” em 14/11/2018.
[\(\ \ibram.gov\arquivos\CGP\Divisão de Capacitação\2. Treinamentos\TREINAMENTOS 2018 \)](http://\\ibram.gov\arquivos\CGP\Divisão de Capacitação\2. Treinamentos\TREINAMENTOS 2018)

Execução do Plano Anual de Capacitação

MODALIDADE	QTD. DE EVENTOS	SERVIDORES CAPACITADOS
Cursos Abertos	110	161
Cursos Fechados	2	62
Incentivo de Idiomas	4	27

Dados obtidos na “planilha de realização de cursos 2018” em 14/11/2018.
[\(\ \ibram.gov\arquivos\CGP\Divisão de Capacitação\2. Treinamentos\TREINAMENTOS 2018 \)](http://\\ibram.gov\arquivos\CGP\Divisão de Capacitação\2. Treinamentos\TREINAMENTOS 2018)



Palestra no Ibram/DF aborda assédio moral e sexual

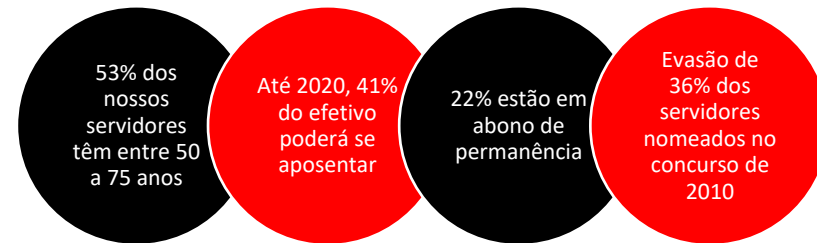


Palestra: MROSC (junho/2018)



PONTO DE ALERTA!

Atualmente a situação do Instituto no que se refere à gestão de pessoas é alarmante. A força de trabalho vem sendo severamente prejudicada pela evasão por aposentadoria e exonerações de servidores efetivos, que vislumbram maiores remunerações do mercado.



5.2 Gestão Orçamentária e Financeira

O orçamento disponibilizado na LOA/2018 para o Ibram foi de 167,6 milhões, representando uma redução de 0,77 % em relação ao que foi consignado na Lei de 2017. Ao final do exercício de 2018, o setor responsável pelas atividades de gestão orçamentária e financeira do Instituto, alcançou a execução geral de 96,82% da sua dotação disponibilizada. No quadro abaixo é possível observar a evolução orçamentária dos últimos anos, por projeto/atividades, dotação aprovada, despesas empenhadas e despesas pagas. Evolução da execução orçamentária no período de 2016 a 2018:

Ano e Grupo de Ações		DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2016		182.518.151,00	156.649.707,80	134.069.341,82
FINALÍSTICAS		9.163.483,00	4.752.064,97	1.049.505,76
MANUTENÇÃO		96.945.508,00	77.948.042,45	59.203.880,18
PESSOAL E BENEFÍCIOS		76.409.160,00	73.949.600,38	73.815.955,88
2017		165.002.177,00	156.957.623,95	137.769.818,99
FINALÍSTICAS		8.982.992,00	5.353.040,32	2.017.226,39
MANUTENÇÃO		74.342.364,00	73.576.803,70	58.222.013,65
PESSOAL E BENEFÍCIOS		81.676.821,00	78.027.779,93	77.530.578,95
2018		167.656.580,00	162.333.253,31	135.420.071,64
FINALÍSTICAS		244.186,00	232.180,00	232.180,00
MANUTENÇÃO		84.563.869,00	84.156.175,88	63.579.673,91
PESSOAL E BENEFÍCIOS		82.848.525,00	77.944.897,43	71.608.217,73

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2019.

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa:

Ano e Grupo de Ações	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2016	182.518.151,00	156.649.707,80	134.069.341,82
FINALÍSTICAS	9.163.483,00	4.752.064,97	1.049.505,76
MANUTENÇÃO	96.945.508,00	77.948.042,45	59.203.880,18
PESSOAL BENEFÍCIOS E	76.409.160,00	73.949.600,38	73.815.955,88
2017	165.002.177,00	156.957.623,95	137.769.818,99
FINALÍSTICAS	8.982.992,00	5.353.040,32	2.017.226,39
MANUTENÇÃO	74.342.364,00	73.576.803,70	58.222.013,65
PESSOAL BENEFÍCIOS E	81.676.821,00	78.027.779,93	77.530.578,95
2018	167.656.580,00	162.333.253,31	135.420.071,64
FINALÍSTICAS	244.186,00	232.180,00	232.180,00
MANUTENÇÃO	84.563.869,00	84.156.175,88	63.579.673,91
PESSOAL BENEFÍCIOS E	82.848.525,00	77.944.897,43	71.608.217,73

O quadro e gráficos a seguir abrangem todo o orçamento empenhado e pago pelas unidades executoras do Ibram, ou seja, dotações orçamentárias originárias do Instituto executadas diretamente (despesas de pessoal e benefícios, de manutenção administrativa e de emendas parlamentares) e dotações orçamentárias recebidas de outros órgãos para despesas finalísticas (Fundo Nacional de Cultura e Ministério da Cultura).

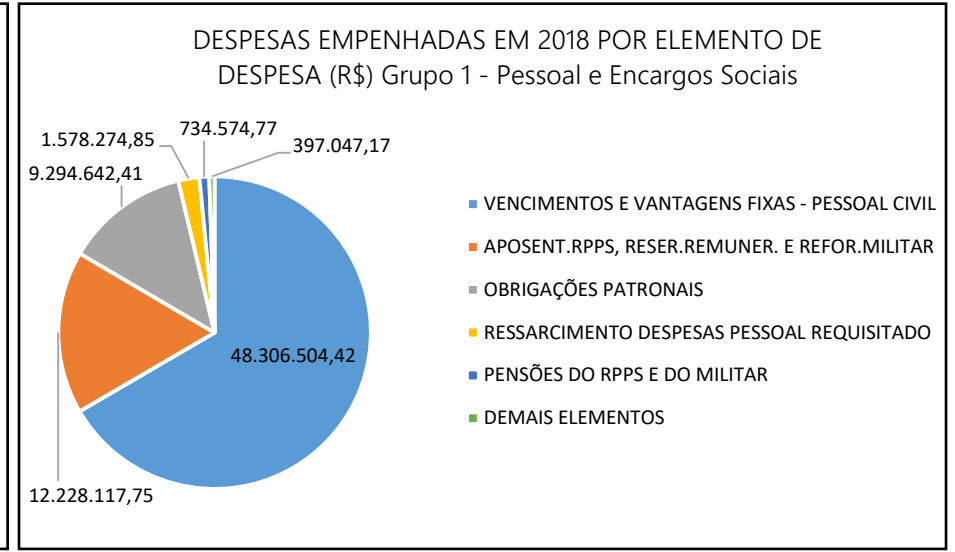
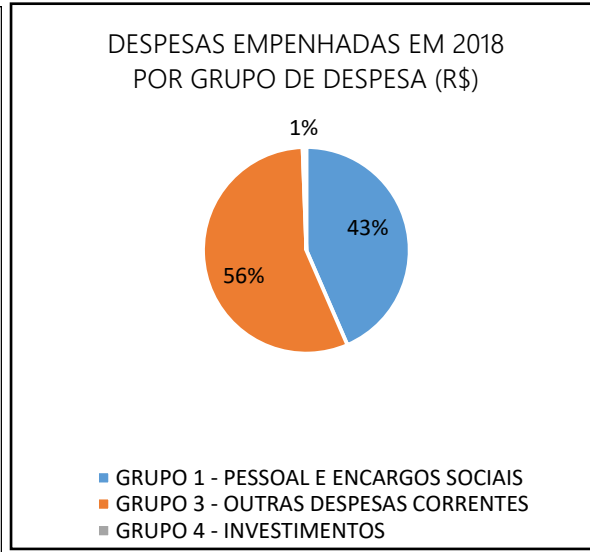
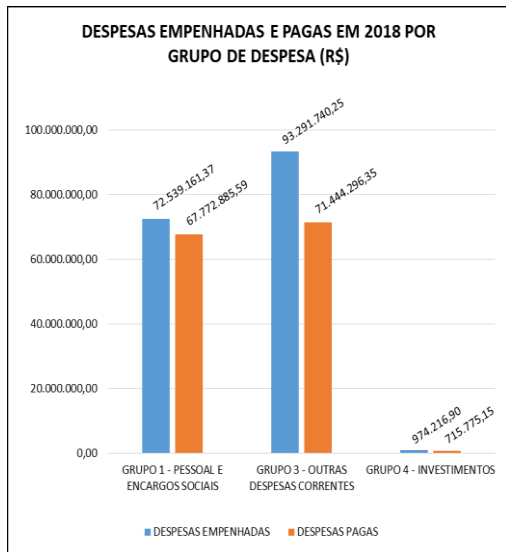
As despesas do Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais respondem por 43% dos valores empenhados pelo IBRAM, sendo a maior parte para pagamento dos servidores ativos.

As despesas correntes (Grupo 3), que equivalem a 56% dos empenhos do Ibram, incluem despesas com pagamento de benefícios a servidores e dependentes, mas a maior parcela se refere a pagamento de contratos de serviços terceirizados nos museus vinculados, Sede e representações regionais. Também neste grupo estão quase todas as despesas finalísticas empenhadas em 2018, que consistiram em premiações, convênios e alguns serviços de pessoa jurídica.

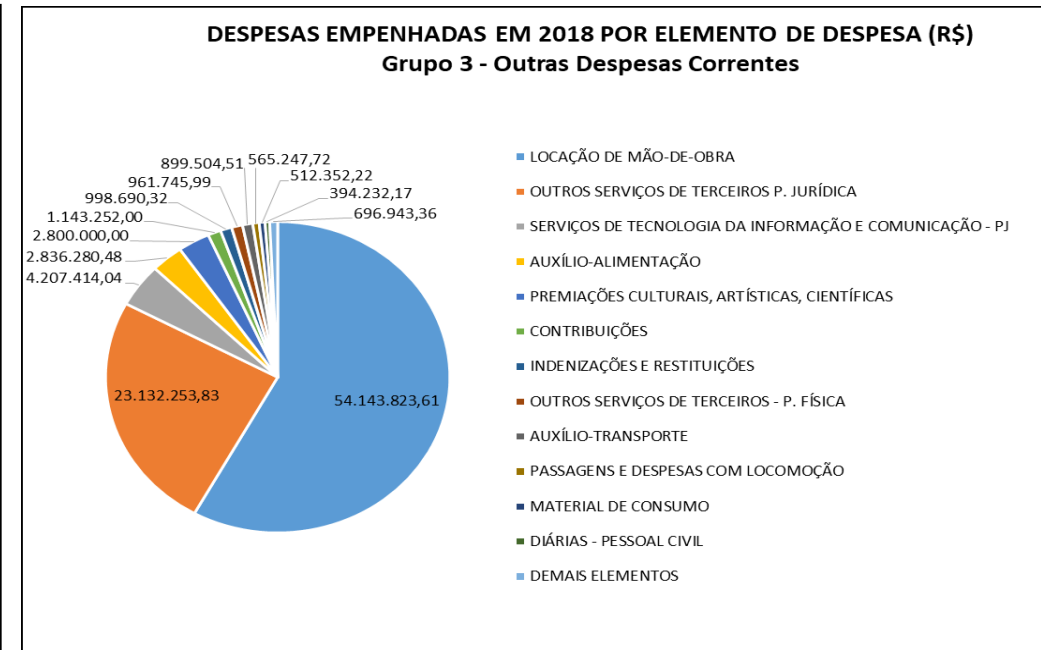
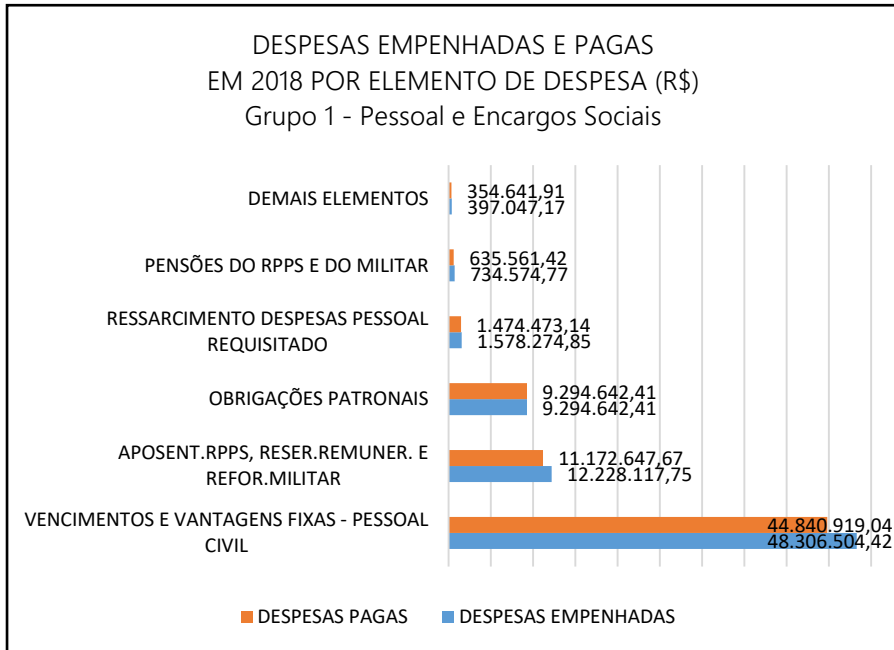
Quanto às despesas do Grupo 4 – Investimentos, referem-se no geral à aquisição de equipamentos para manutenção e infraestrutura dos museus, Sede e representações, além de aquisição de uma obra de arte para o Museu da República.

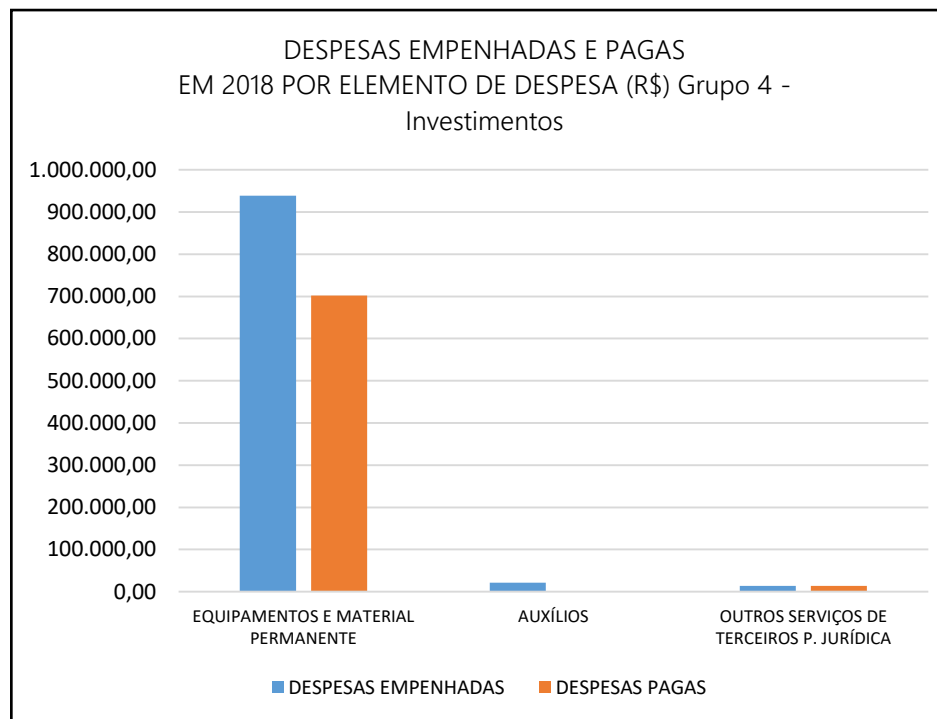
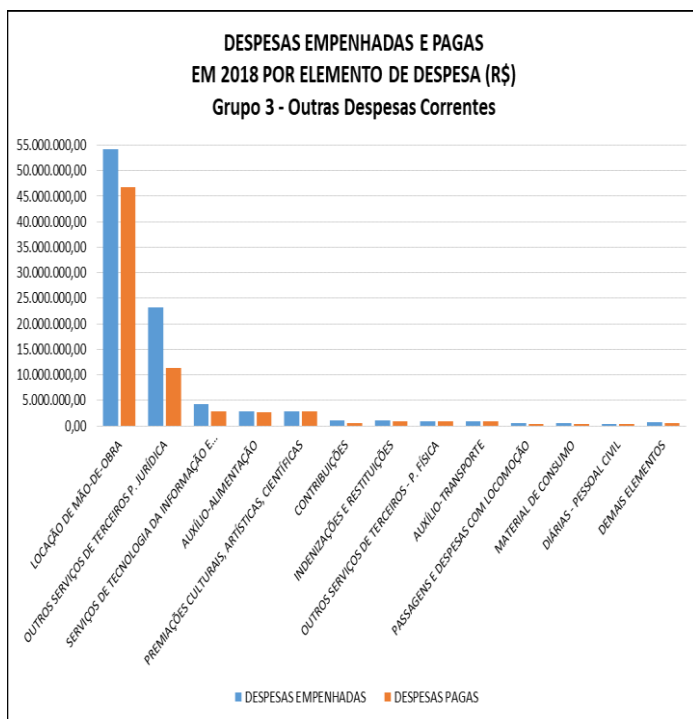
EXECUÇÃO 2018 - POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA (R\$)						
GRUPO DE DESPESA	ELEMENTO DE DESPESA			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			48.306.504,42	44.840.919,04
	01	APOSENT.RPPS, REFOR.MILITAR	RESER.REMUNER.	E	12.228.117,75	11.172.647,67
	13	OBRIGACOES PATRONAIS			9.294.642,41	9.294.642,41
	96	RESSARCIMENTO REQUISITADO	DESPESAS	PESSOAL	1.578.274,85	1.474.473,14
	03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR			734.574,77	635.561,42
	16	OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL			347.600,70	306.602,57
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			24.601,02	23.712,58
	94	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS			20.020,98	20.020,98
	07	CONTRIBUICAO PREVIDENCIA	A	ENTIDADE FECHADA	4.824,47	4.305,78
		SUBTOTAL			72.539.161,37	67.772.885,59
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA			54.143.823,61	46.760.982,53
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.			23.132.253,83	11.350.209,65
	40	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			4.207.414,04	2.896.995,16
	46	AUXILIO-ALIMENTACAO			2.836.280,48	2.609.478,85
	31	PREMIACOES CIENTIFICAS	CULTURAIAS,	ARTISTICAS,	2.800.000,00	2.800.000,00

	41	CONTRIBUICOES	1.143.252,00	632.686,00
	93	INDENIZACOES E RESTITUICOES	998.690,32	918.332,79
	36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	961.745,99	855.160,98
	49	AUXILIO-TRANSPORTE	899.504,51	825.000,19
	33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	565.247,72	454.126,31
	30	MATERIAL DE CONSUMO	512.352,22	320.068,87
	14	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	394.232,17	394.232,17
	08	OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	283.754,88	262.855,38
	47	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	153.785,09	114.170,66
	92	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	134.074,81	134.074,81
	96	RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	125.328,58	115.922,00
	SUBTOTAL		93.291.740,25	71.444.296,35
4 - INVESTIMENTOS	52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	938.741,90	701.764,15
	42	AUXILIOS	21.464,00	
	39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	14.011,00	14.011,00
	SUBTOTAL		974.216,90	715.775,15
TOTAL GERAL			166.805.118,52	139.932.957,09



Fonte dos gráficos: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2019.





Fonte dos gráficos:
SIAFI/Tesouro
Gerencial, 2019.

Execução orçamentária dos principais Programas e Ações

Em função do forte contingenciamento da dotação das despesas discricionárias, houve a necessidade de priorizar as despesas administrativas, especialmente os contratos continuados já firmados. Com isso, foi cortado todo o orçamento para atividades finalísticas no exercício de 2018, com

impacto na realização de exposições, ações educativas, fóruns, oficinas entre outras atividades, deixando de explorar a competências e o potencial econômico dos Museus.

Considerando que o valor demandado pelas unidades museológicas vinculadas ao Ibram, para as despesas de manutenção e funcionamento superou consideravelmente o limite orçamentário disponibilizado desde a Elaboração do PLOA 2018, iniciamos, ainda

em 2017, um processo de redução de custos operacionais, forçando-se a reprimir o atendimento de necessidades, objetivando adequar, na medida do possível, as despesas aos valores disponibilizados.

Mesmo assim, os esforços pela redução dos custos administrativos, bem como a paralisação parcial das atividades finalísticas, não foram suficientes para que as todas ações prioritárias pudessem ser executadas integral ou parcialmente.

Considerando esse cenário, foram priorizadas as despesas com serviços continuados já contratados ou prontos para contratação.

As demais despesas ficaram com a execução condicionada a uma suplementação orçamentária, que foi aprovada no segundo semestre para as Ações 2000 – Administração da Unidade e 211F – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais.

A Ação 2000 atende a despesas com demandas anuais de despesas administrativas na sede do Ibram e nas representações de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (energia elétrica e telefonia móvel; despesas de informática; contratos de impressão e de serviços gráficos; contratos de manutenção predial, de limpeza e conservação, de copeiragem e de recepção; alugueis e condomínios; fretes e transportes de cargas e encomendas, por via rodoviária e aérea, em nível nacional e internacional; contrato de estagiários, incluindo museus; materiais de consumo, de modo a garantir a continuidade na prestação de serviços do Ibram; diárias e passagens para visitas técnicas aos seus museus e reuniões do Comitê Gestor do Ibram para alinhamento de estratégias e rotinas; publicações no DOU de modo a não interromper serviços continuados e imprescindíveis para a legalidade dos atos administrativos; aquisições de equipamentos e

mobiliário de modo a garantir a infraestrutura continuidade e a melhoria na prestação de serviços do Ibram, incluindo seus museus; e outros serviços imprescindíveis) para a manutenção administrativa.

Foram mantidas no orçamento 2018 as duas contribuições a organismos internacionais da Ação 000Q (contribuição ao Programa IBERMUSEUS, desenvolvido no âmbito da Secretaria Geral Ibero-Americana da Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), tendo em vista que o Brasil é Estado Membro da Conferência Ibero-Americana e signatário do seu respectivo convênio de cooperação; e a contribuição ao Conselho Internacional de Museus – ICOM, para renovação anual do cadastramento dos museus do Ibram como membro do ICOM, uma ONG sem fins lucrativos que mantém relações formais com a UNESCO e desenvolve atividades voltadas para a conservação, a preservação e a difusão do patrimônio mundial – cultural e natural, presente e futuro, material e imaterial – para a sociedade.

Quanto ao orçamento de emendas parlamentares, foram provenientes de duas emendas individuais:

- Emenda nº 201827760010, de Alessandro Molon, para realização de dois projetos: apoio

ao desenvolvimento das atividades museológicas do Museu da Maré, com a reestruturação do grupo de contadores de histórias “Maré de Histórias” e a formação de seus participantes, visando fortalecer a instituição como referência no campo da Museologia Social, favorecendo os vínculos sociais e culturais dos moradores da Maré, complexo de favelas e conjuntos populares da cidade do Rio de Janeiro – RJ; e organização, ampliação e modernização do acervo e realização de divulgação do Museu Marinheiro João Candido no município de São João de Meriti - RJ.

- Emenda nº 201814680002, do Deputado Chico Alencar, para o projeto de preservação, conservação e restauração de acervo do Museu Casa do Pontal.

Para execução de despesas finalísticas, o Ibram captou recursos de outros órgãos por meio de Termos de Execução Descentralizada – TED:

- Fundo Nacional de Cultura (TED 694270, no valor de R\$ 2.8 milhões, para pagamento da premiação do 4º Edital de Modernização de Museus; TED 694816, no valor de R\$ 450 mil, para aquisição da obra de arte “Barão e Baronesa de Nova Friburgo” para o acervo do Museu da República; TED 695326, no valor de R\$ 400 mil, para realização da exposição “São

Francisco da Arte dos Mestres Italianos” no Museu Nacional de Belas Artes; e TED 696198, no valor de R\$ 950 mil, para concepção de projeto da etapa 4 da obra de requalificação nos Museus Castro Maya);

- Ministério da Cultura: TED 694353, no valor de R\$ 400 mil, referentes à Emenda Parlamentar nº 38230020, de Wadih Damous, para projeto de divulgação de acervo de arte popular brasileira

do Museu Casa do Pontal, com fornecimento de visita musicada e teatralizada a estudantes de escola pública e integrantes de projetos sociais; e TED 696529, no valor de R\$ 350 mil, para continuidade ao desenvolvimento do projeto TAINACAM,

executado em parceria com a Universidade Federal de Goiás. Apresentamos a seguir quadro e gráficos com a execução dos Programas e

Ações Orçamentários da UO 42207 – Instituto Brasileiro de Museus, com valores empenhados, liquidados e pagos.

Apresentamos a seguir quadro e gráficos com a execução dos Programas e Ações Orçamentários da UO 42207 – Instituto Brasileiro de Museus, com valores empenhados, liquidados e pagos:

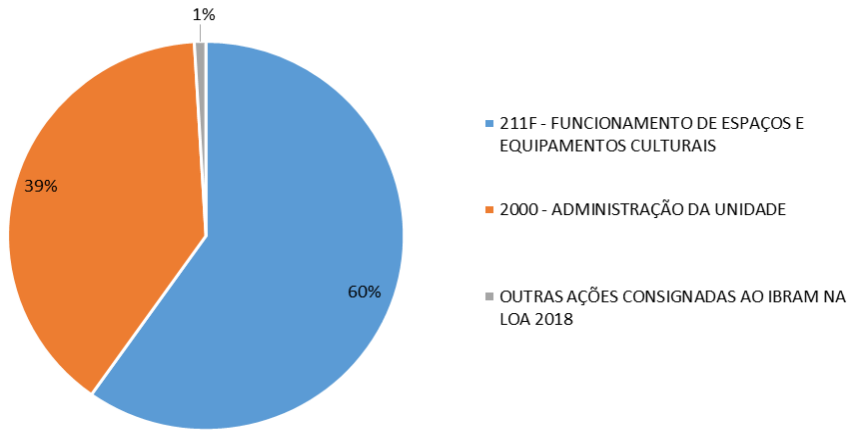
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS				
PROGRAMAS E AÇÕES	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
	2018	2018	2018	2018
DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS	84.808.055	84.061.087	63.926.902	63.802.498
0910 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS E ENTIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS	244.186	232.180	232.180	232.180
000Q - CONTRIBUIÇÕES A ORGANISMOS INTERNACIONAIS SEM EXIGÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO ESPECÍFICA	244.186	232.180	232.180	232.180
2027 - CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO	51.014.805	50.935.920	41.726.717	41.689.661
211F - FUNCIONAMENTO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	51.014.805	50.935.920	41.726.717	41.689.661
2107 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	33.549.064	32.892.986	21.968.005	21.880.656
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.491.371	32.835.293	21.910.312	21.822.963
216H - AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO-MORADIA A AGENTES PÚBLICOS	57.693	57.693	57.693	57.693
DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DECORRENTES DE EMENDAS INDIVIDUAIS	500.000	500.000	152.500	152.500
2027 - CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO	500.000	500.000	152.500	152.500
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO A CULTURA BRASILEIRA	500.000	500.000	152.500	152.500
TOTAL GERAL	85.308.055	84.561.087	64.079.402	63.954.998

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2019.

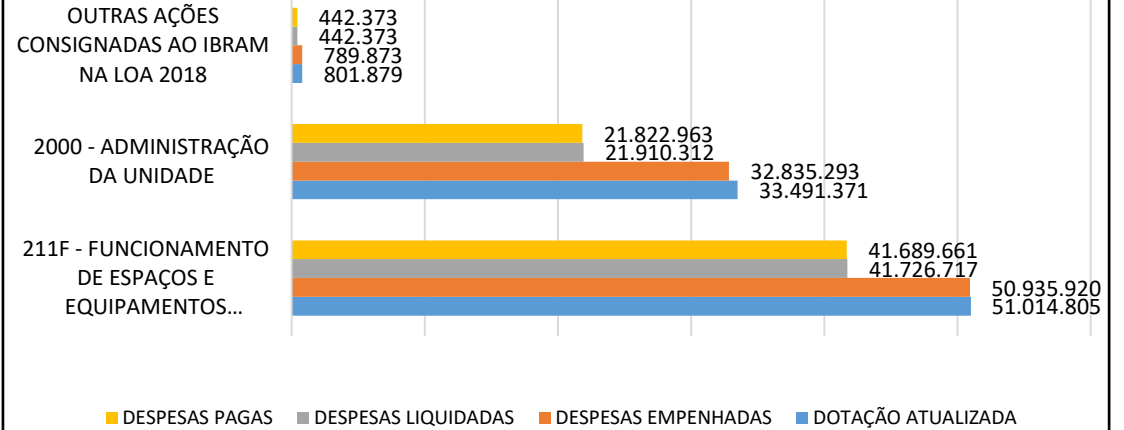
ORÇAMENTO RECEBIDO POR DESTAQUE DE OUTRAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS			
PROGRAMAS E AÇÕES	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
	2018	2018	2018
2027 - CULTURA: DIMENSÃO ESSENCIAL DO DESENVOLVIMENTO	5.000.000	3.845.470	3.845.470
14U2 - IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	1.400.000	450.000	450.000
42902 - Fundo Nacional de Cultura	1.400.000	450.000	450.000
20ZF - PROMOÇÃO E FOMENTO À CULTURA BRASILEIRA	3.600.000	3.395.470	3.395.470
42101 - Ministério da Cultura	400.000	215.470	215.470
42902 - Fundo Nacional de Cultura	3.200.000	3.180.000	3.180.000
2101 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	16.445	16.445	16.445
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	16.445	16.445	16.445
20101 - Presidência da República	16.445	16.445	16.445
2106 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES	16.057		
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	16.057		
24101 – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	16.057		
2107 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA CULTURA	33.147		
2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	33.147		
42101 - Ministério da Cultura	33.147		
TOTAL GERAL	5.065.649	3.861.915	3.861.915

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial, 2019.

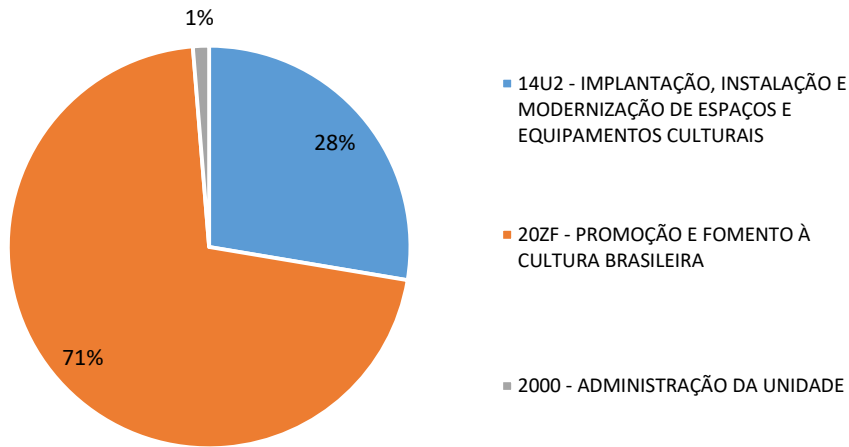
**DOTAÇÃO DAS AÇÕES DISCRICIONÁRIAS DA LOA 2018 (R\$)
UO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS**



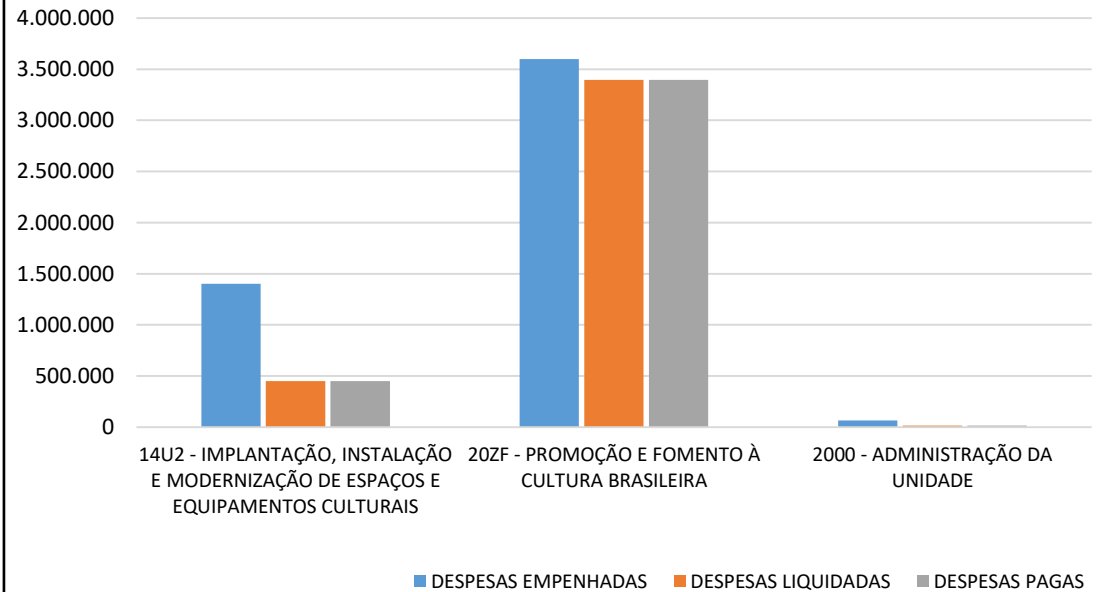
**EXECUÇÃO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DISCRICIONÁRIAS DA LOA 2018 (R\$)
UO 42207 - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS**



ORÇAMENTO RECEBIDO DE OUTRAS UNIDADES (R\$)



EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO RECEBIDO DE OUTRAS UNIDADES (R\$)



Uma particularidade em relação a gestão orçamentária e financeira do Ibram, é que além de atuar como Unidade Seccional Orçamentária e Financeira, também coordena, orienta, programa e descentraliza recursos para oito Museus vinculados e que são Unidades Executoras (Museu Imperial, Museu Histórico Nacional, Museu Nacional de Belas Artes, Museu da República, Museu da Inconfidência, Museu Lasar Segall, Museu Villa-Lobos e Museus Castro Maya), e para duas Unidades de Representação funcionando nos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Atua ainda como Unidade Gestora Executora, executando diretamente as despesas da Sede do Instituto, bem como de 7 Museus vinculados à sua ordenação de despesas, são: Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

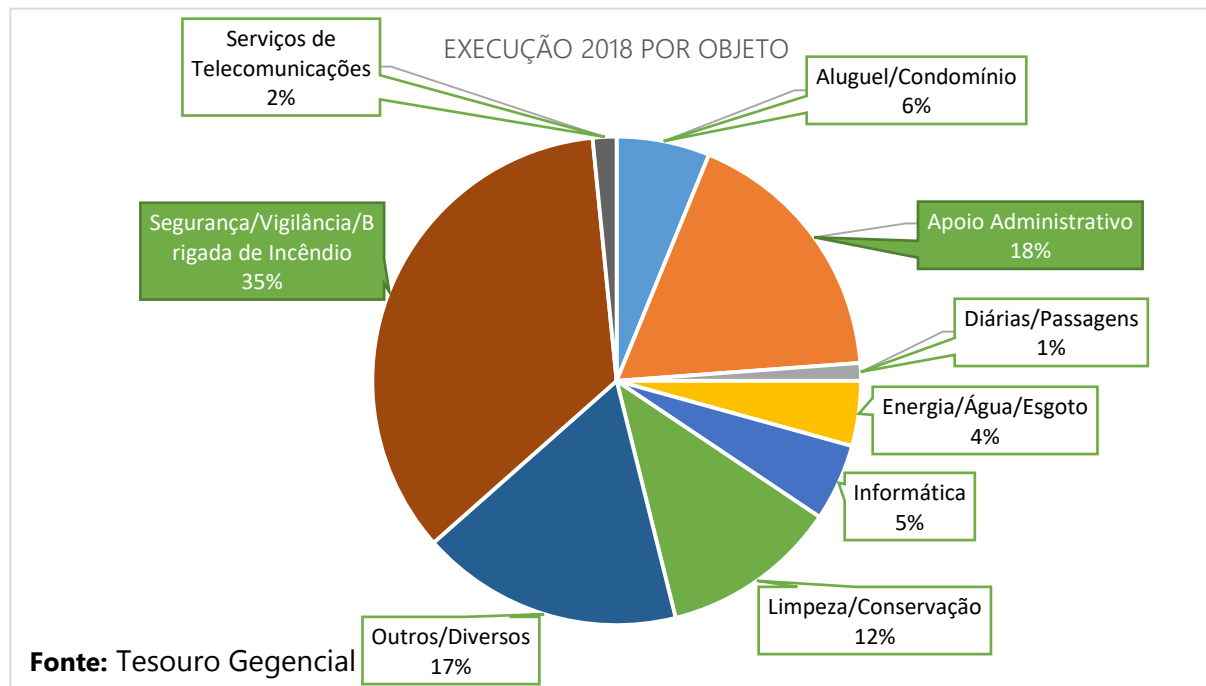
Acrescenta-se, ainda, as competências relacionadas ao Sistema de Contabilidade Federal, tais como orientar, supervisionar e acompanhar a contabilização dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e

patrimonial, acompanhar a conformidade e registro de gestão e efetuar registro da conformidade contábil, entre outros.

Do ponto de vista da sua atuação alinhada aos objetivos estratégicos, pode-se afirmar que alcançamos um grande feito no corrente ano com a implementação definitiva do Sistema de Gestão de Museus - SGM, ferramenta de planejamento operacional das ações programadas para as unidades do Ibram, em cada exercício.

Com esse sistema foi possível estabelecer o fluxo, a sistematização de informações e trâmites necessários à publicação da Portaria nº 229, de 29/06/2018, que trata do Planejamento das Ações do Ibram para o ano de 2018, disciplinando a programação orçamentária priorizada e deliberada pela Diretoria Colegiada do Instituto.

No gráfico abaixo, verifica-se como se comportam os gastos fixos do Instituto, incluindo os nossos 29 museus, em relação às ações manutenção e funcionamento:



Cabe evidenciar que o contingenciamento orçamentário tem impactado diretamente a capacidade de execução das atividades operacionais relacionadas com o fluxo de empenhos e pagamentos da instituição, uma vez que tal situação impõe sobre todas as Unidades Gestoras sucessivas reprogramações orçamentárias ao longo do exercício financeiro.

Além das consequências decorrentes dos contingenciamentos orçamentários supramencionados, ressalta-se ainda que os limites de cota orçamentária estabelecidos pela Unidade Setorial para o preenchimento das Propostas Orçamentárias Anuais, tem sido significativamente menor que o valores apresentado nos Planos de Ação Anuais elaborados pelas Unidades integrantes do Ibram.

Para o exercício de 2019, os principais desafios na gestão orçamentária e financeira estão diretamente relacionados à aprovação da Recomposição do PLOA – 2019, considerando a redução de 5%, conforme LOA 2019, assim como a regularização do fluxo financeiro, objetivando continuidade da execução tempestiva das obrigações contraídas.

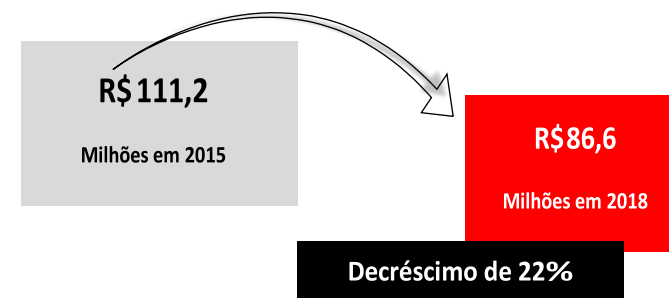


PONTO DE ALERTA!

Nos últimos 4 anos, a dotação aprovada na Lei Orçamentária Anual - LOA para o Ibram tem sido insuficiente. Com uma demanda orçamentária, em média, de 190 milhões para manutenção e preservação do patrimônio museológico dos nossos museus, e, com a dotação orçamentária aprovada, em média, de 85 milhões, temos priorizado ações que preservem os museus abertos.

Em relação à execução financeira, os desafios são ainda maiores, uma vez que são necessárias suplementações mensais para o regular pagamento das despesas correntes, que atualmente aproxima-se a 80% da necessidade mensal das despesas de prestação dos serviços.

- **Comparativo LOA 2015 x 2018**



5.3 Gestão de Logística, Licitações e Contratações

Modalidade de Contratação	Valor	%
Adesão a Registro de Preços	R\$ 5.284.110,30	19,96%
Cotação Eletrônica (*)	R\$ 11.244,00	0,04%
Dispensa de Licitação (*)	R\$ 8.616.343,92	32,54%
Despesa não aplicável	R\$ 10.927,24	0,04%
Inexigibilidade de Licitação (*)	R\$ 123.677,68	0,47%
Pregão Eletrônico	R\$ 8.509.870,89	32,14%
Concorrência	R\$ 3.923.883,37	14,82%
		100,00%

Fonte: comprasnet, 2019.

Gestão de licitações e contratos

As contratações de bens e serviços realizadas no âmbito do Ibram tiveram como princípios a observância de normativos legais.

Foi observado, ainda, o normativo administrativo interno estabelecido no âmbito do Instituto, Portaria nº 324, de 04/8/2016

(http://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21783112/do1-2016-08-08-portaria-n-324-de-4-de-agosto-de-2016-21783014).

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo.

Na gestão de compras e contratos compreende aquisições de materiais de consumo, e todas as contratações dos serviços inerentes ao pleno funcionamento da Sede e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

Ressalta-se que há uma especificidade quanto à autonomia Administrativa e Orçamentária na gestão dos recursos logísticos pelas outras Unidades Ibram, quais sejam: as doze Unidades Gestoras Executoras nível I (Museus: Inconfidência, República e Palácio Rio Negro, Histórico Nacional, Imperial, Lasar Segal, Nacional de Belas Artes, Castro Maya, Villa-Lobos); o Escritório de Representação Regional do Ibram – ERR/MG, que gerencia as Unidades Museológicas localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo (Museus: Diamante, Ouro e Casa Borba Gato,

Regional de São João Del Rey, Casa dos Ottoni, Caeté e Solar Monjardim) e o Escritório de Representação Regional no Rio de Janeiro, que coordena a gestão das Unidades sediadas no Rio de Janeiro (Benjamim Constant, Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Casa da Hera).

No que se refere às licitações, contratos e fiscalização, destaca-se a implementação de novo modelo frente às diretrizes estatuídas pela Instrução Normativa nº 05/2018 que resultou na formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

No exercício, a administração promoveu a gestão com a execução de despesas licitadas/contratadas na ordem de R\$ 26.480.057,40 de acordo com a quadro a seguir.

Nesse contexto, observa-se que, em valores, as contratações foram realizadas em sua maior parte (33,05%) por meio das chamadas contratações diretas (dispensa e inexigibilidade de licitação, por. ex.), também em decorrência da edição do Decreto Federal 9.412, de 18 de junho de 2018, que atualizou os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Com isso, "evitou-se" a contratação de bens e de serviços, por meio das modalidades convencionais de licitação (convite, tomada de preços, concorrência, concurso e pregão), dentro daqueles limites, defasados há 25 (vinte e cinco) anos, sendo que, muitas vezes, a realização destas licitações se tornava mais onerosa para a Administração do que o valor da própria contratação, gerando pouca eficiência do gasto público.

Dentro do percentual indicado para a Contratação Direta (33,05%), há uma execução na ordem de R\$ 8.751.265,60 que correspondente com as seguintes despesas principais:

Locação de imóvel	R\$ 3.512.527,92	Unidade Sede do Ibram em Brasília e a Unidade Museológica de Santa Catarina, em função da Sede Permanente encontra-se em obra.
Locação de Mão-de-Obra	R\$ 4.072.907,76	Despesas com Apoio Administrativo, contratado com base no inciso IV do artigo 24 da Lei 8.666/93.

O montante de créditos alocados na execução dos serviços em análise correspondeu a 86,68% do montante classificado na conta chamadas contratações diretas.

Na integralidade, as contratações ocorridas em 2018 concentram-se nas ações de manutenção e funcionamento dos museus e da Unidade Sede do Ibram em Brasília, cujos projetos foram aprovados no Plano de Ação do exercício 2018.

As demais contratações, em especial as ocorridas mediante procedimento licitatório - Pregão Eletrônico - foram destinados ao pleno funcionamento da Sede do Ibram, em Brasília/DF e as 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros,

além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

Ressalta-se que há uma especificidade quanto à autonomia Administrativa e Orçamentária na gestão dos recursos logísticos pelas outras Unidades Ibram, quais sejam: as doze Unidades Gestoras Executoras nível I (Inconfidência, República e Palácio Rio Negro, Histórico Nacional, Imperial, Lasar Segal, Nacional de Belas Artes, Castro Maya, Villa-Lobos); o Escritório de Representação Regional do Ibram – ERR/MG, que gerencia as Unidades Museológicas localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo (Diamante, Ouro e Casa Borba Gato, Regional de São João Del Rey, Casa dos Ottoni, Caeté e Solar Monjardim) e o Escritório de Representação Regional no Rio de Janeiro, que coordena a gestão das Unidades sediadas no Rio de Janeiro (Benjamim Constant, Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio e Casa da Hera).

Contratação mais relevante, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações.

Dentre as contratações cita-se a licitação realizada por meio da Concorrência Pública nº 01/2018, destinada a execução da obra de restauro da Segunda Etapa do Museu Casa Benjamim Constant, no montante de R\$ 3.923.883,37 que teve como espoco o atendimento da Ação Civil Pública nº 2001.51.08271-4 – 29ª Vara Federal/RJ – Autor Ministério Público Federal – RJ, à época em desfavor da União e do IPHAN, objetivando a restauração e a manutenção do Museu Casa de Benjamin Constant-MCBC, ainda na gestão do Iphan. Com a passagem da gestão do museu para o IBRAM, deu-se continuidade, ao

cumprimento da ação civil pública, já com alguns dos itens demandados na Ação Civil Pública concluídos pelo Iphan.

Em dezembro de 2016 iniciou-se a execução da Primeira Fase das obras para a restauração integral do MCBC.

Principais desafios e ações futuras

Diante das inúmeras alterações legislativas sobre licitações e contratações públicas, a exemplo do que ocorria com a Instrução Normativa nº 02/2008, bem como dos mais recentes entendimentos dos órgãos de controle, surgiu a necessidade de se equacionar e modernizar os dispositivos de regência, especialmente quanto às contratações de serviços terceirizados pela Administração Pública Federal.

Nesse contexto, em 26 de maio de 2017, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPDG publicou a Instrução Normativa nº 05, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, revogando a IN 02/2008 que tratava do tema.

Ainda no mesmo exercício, foi implantando o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações que é uma ferramenta eletrônica que consolida todas as contratações que o órgão ou entidade pretende realizar no exercício subsequente, acompanhadas dos respectivos Estudos preliminares e Gerenciamento de riscos.

A ferramenta permite a elaboração do Plano Anual de Contratações, por meio de módulos de preenchimento simplificado, estruturando as informações relativas ao planejamento das contratações públicas dos

órgãos ou entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

Frente as novas diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 05/2018, bem como pela Instrução Normativa nº 1, de 29 de março de 2018, que dispõe sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações e sobre a elaboração do Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, vem exigindo deste Instituto a formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

Portanto, este será o grande desafio do Instituto em buscar o cumprimento de suas competências institucional, capacitando o seu quadro de servidores, mesmo diante de um quadro aquém do necessário, para atender aos anseios da sociedade civil alinhada com as novas diretrizes estabelecidas para as contratações de bens e serviços para o exercício de 2019. No que se refere às licitações, contratos e fiscalização, destaca-se a implementação de novo modelo frente às diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 05/2018 que resultou na formação de equipes multidisciplinares e setoriais, tendo o escopo de competências definido desde as fases interna e externa do procedimento licitatório, até a etapa de recebimento, análise, julgamento das propostas e adjudicação.

No último triênio foram realizados um total de 47 procedimentos licitatórios, sendo:

Exercício	Valor movimentado	Modalidade
2016	R\$ 24.419.250,23	2 concorrências e 22 pregões
2017	R\$ 8.043.873,86	12 pregões
2018	R\$ 6.191.678,84	1 concorrência e 11 pregões



Dentre as contratações cita-se a licitação realizada por meio da Concorrência Pública nº 01/2018, de contratação da obra de restauro da Segunda Etapa do Museu Casa Benjamin Constant (imagem).

Atualmente há 89 instrumentos contratuais da Sede e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III totalizando o valor de R\$ 22.556.174,03 (vinte e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, cento e setenta e quatro reais e três centavos), distribuídos na seguinte forma:

Unidade/Museu	Localidade	Valor (R\$)
Ibram Sede	Distrito Federal	19.405.137,63
Bandeiras; Arte Sacra da Boa Norte; e Casa Princesa	Goiás	1.295.151,52
Alcântara	Maranhão	628.085,42
Abolição	Pernambuco	786.448,45
Missões	Rio Grande de Sul	748.314,42
Victor Meirelles	Santa Catarina	988.188,11

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Contratos – DCONT/CRLI/Ibram, 2019

Na integralidade, as contratações ocorridas em 2018 concentram-se nas ações de manutenção e funcionamento dos museus, cujos projetos foram aprovados no Plano de Ação do exercício 2018.

5.4 Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Conformidade legal

- Decreto nº 9.373, de 11 maio de 2018, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para

licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Situação atual da Gestão Patrimonial

O Instituto administra 29 (vinte e nove) museus, responsáveis pela manutenção e funcionamento de 42 edificações, incluindo edículas, anexos, parques, palácios, casas e jardins históricos, com áreas de proteção ambiental e matas nativas. Incluem-se também outros 03 (três) imóveis/edificações de uso administrativo, quais sejam: Sede do Ibram - Brasília e os Escritórios Regionais de Representação no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

Quanto ao patrimônio mobiliário, em 2018 implantou-se a Gestão de Controle Patrimonial (almojarifado e patrimônio), via SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviço, de estoque e patrimônio, sendo que a primeira etapa foi concluída e implementada em junho com a gestão do controle de estoque do almojarifado, ficando para 2019 a implementação da gestão do Patrimônio que depende, previamente, da conciliação das informações entre o levantamento e contabilização de aproximadamente 39.600 itens patrimoniais com os registros contábeis indicado do SIAFI para então efetuar a entrada dos dados no SIADS.

Locação de imóveis

A Sede do Instituto em Brasília/DF está situada em um imóvel alocado sito no Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N, Edifício CNC III, Brasília-DF, desde o ano de 2009 e está em consonância com os regramentos de ocupação definido pelo Decreto nº 7.689,

de 02 de março de 2012 e Portaria MPOG nº 249, de 13 de junho de 2012, no quesito m² de ocupação por servidor.

O Museu Victor Meirelles se encontra instalado em sede provisória, por meio da locação de um imóvel sito à Rua Rafael Bandeira, nº 41, Centro, Florianópolis, em face da obra de Ampliação e Revitalização, em sua sede localizada à Rua Victor Meirelles, 59, com prazo de término para abril do corrente exercício.

Principais desafios e ações futuras

O grande desafio será a contabilização física e contábil de todo o acervo patrimonial administrativo do Instituto no exercício de 2019, haja vista que desde a transferência dos bens do Iphan, em 2009, quando a criação do Instituto, não foram realizados, à época, o devido tratamento das informações dos bens transferidos.

Passado cerca de 10 anos, a situação não foi totalmente equacionada. Em 2018 realizamos a contratação do SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviço junto ao SERPRO para iniciar a gestão tanto do Almoxarifado como do Patrimônio, sendo equacionada apenas a gestão do almoxarifado.

Mas a questão reside não apenas no saneamento da gestão patrimonial, mas, sim, na questão de servidores para conduzir os trabalhos, na medida em que o sistema por si próprio necessita de pessoas para operacional e, neste quesito, atualmente a Divisão responsável pela gestão do acervo patrimonial conta com apenas 2 (dois) servidores, o que é insuficiente para gerir o tamanho do acervo

patrimonial administrativo que está distribuído nas mais diversas Unidades Museológicas espalhadas pelo país.

Todavia, a proposta em discussão e a mais provável será a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gestão patrimonial, compreendendo os serviços de inventário e avaliação de bens móveis para, posteriormente, com as informações parametrizadas, serem efetuados os devidos registros junto ao SIADS.

A gestão dos recursos logísticos, compras e contratos compreende aquisições de materiais de consumo, e todas as contratações dos serviços inerentes ao pleno funcionamento da Sede e das 7 Unidades Museológicas classificadas como nível II e nível III (Bandeiras, Arte Sacra da Boa Morte, Casa da Princesa, Casa Histórica de Alcântara, Abolição, Victor Meirelles e Missões), distribuídas pelos estados brasileiros, tais como: vigilância, limpeza e conservação, telefonia, internet, serviços de apoio de administrativo e de recepção, fornecimento de energia elétrica, fornecimento de água e manutenção da rede de esgoto, dentre outros, além da gestão patrimonial de bens móveis e imóveis, analisando, classificando, empenhando, apropriando, liquidando e pagando as despesas de tais unidades.

Ressalta-se que há uma especificidade quanto à autonomia Administrativa e Orçamentária na gestão dos recursos logísticos pelas outras Unidades Ibram, quais sejam: as doze Unidades Gestoras Executoras nível I (Inconfidência, República e Palácio Rio Negro, Histórico Nacional, Imperial, Lasar Segall, Nacional de Belas Artes, Castro Maya, Villa-Lobos); o Escritório de Representação Regional do

Ibram – ERR/MG, que gerencia as Unidades Museológicas localizadas em Minas Gerais e no Espírito Santo (Diamante, Ouro e Casa Borba Gato, Regional de São João Del Rey, Casa dos Ottoni, Caeté e Solar Monjardim) e o Escritório de Representação Regional no Rio de Janeiro, que coordena a gestão das Unidades sediadas no Rio de Janeiro (Benjamim Constant, Arte Sacra de Paraty/Forte Defensor Perpétuo de Paraty, Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, Arqueologia de Itaipu e Casa da Hera) .

5.5. Governança e Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação

Apesar da Governança da Tecnologia da Informação e Comunicação ser o principal instrumento para entrega de valor dos serviços públicos à sociedade, mediante a utilização de soluções inovadoras, informações acessíveis e recursos públicos otimizados, o Ibram não dispõe de Modelo de Governança de TI formalizado.

É consenso que para uma boa gestão de TIC é necessária uma estrutura capaz de abrigar os níveis: Governança, Infraestrutura e Desenvolvimento de Software.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação –PDTIC aprovado para 2017-2019 busca alinhar as diretrizes do governo e o Planejamento Estratégico do Ibram, estabelecendo objetivos e prioridades. Entretanto, devido à baixa capacidade operacional da Unidade, não foi possível formalizar o acompanhamento do PDTIC, na sua plenitude.

Os objetivos estratégicos, contemplados no PDTIC, são: definir o novo modelo de governança, o fortalecimento da infraestrutura, aumentar a quantidade de dados recebidos, melhorar a capacidade de desenvolvimento e manutenção de sistemas.

Os desafios enfrentados pela Coordenação, para cumprir com esses objetivos, em 2018, foram: dimensionamento da estrutura de cargos, disponibilidade de recursos orçamentários, escassez de profissionais (equipe de TIC formada por: um Coordenador, um Chefe de Divisão de Infraestrutura e Dois ATI's, 31% do necessário).

As consequências da inexistência de estrutura adequada de TIC, da escassez de recursos orçamentários e de profissionais produzem limitações nas ações de gestão de TIC. Contudo, em que pese todas as limitações, foram obtidos os seguintes resultados em 2018:

- Nova contratação de serviços de TIC para atendimento a usuários, que possibilitou a conclusão de projetos de reestruturação da infraestrutura de TIC dos Museus, e retomar atividades que estavam suspensas, com consequente aumento da satisfação dos usuários no atendimento;
- Padronização de todos os sites institucionais do Ibram, e museus vinculados, no segundo semestre de 2018;
- Padronização de todos os Blogs institucionais do Ibram, e museus vinculados iniciada no segundo semestre de 2018;
- Hospedagem da solução TAINACAM no Ibram, anteriormente estava hospedada no MINC e na UFG;
- Manutenção e implementações de melhorias do SEI;
- Instituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.

- Reestruturações no Datacenter, destacando-se a higienização no ambiente lógico e físico, reorganização dos espaços físicos, dos equipamentos e aquisição de aparelhos de ar-condicionado;
- O Plano de Dados Abertos do Ibram foi publicado em conjunto com o Plano de Dados Abertos do Ministério da Cultura;
- Política de Segurança de Informação, Norma de Uso de Internet e Comitê de Segurança da informação, contudo a nomeação da Equipe Técnica de Segurança da Informação ainda está pendente.
- Aquisição de computadores e equipamentos de TI pelo processo de doação, e por licitação.

Os desafios que estão postos à responsabilidade da área de TIC do Instituto são enormes, mesmo com limitações em termos de estrutura organizacional, disponibilidade orçamentária aquém da demanda necessária e reduzido número de servidores e colaboradores, foram possíveis alguns avanços e realizações alinhados com os objetivos estratégicos, em especial quanto ao fortalecimento do aporte tecnológico como ferramenta de gestão.

Montante de recursos aplicados em TI – Contratos vigentes em 2018

Sigla	UF	Empresa	Valor do Contato	Serviço
MCH	RJ	Telemar	10.495,77	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
RJ/ERR	RJ	Telemar	16.162,13	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MCBC	RJ	Telemar	12.644,95	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MAB	PE	Telemar	12.430,95	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MART	RJ	Telemar	9.434,46	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MVM	SC	Telemar	9.873,44	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MCHA	MA	Telemar	22.542,87	Telefonia Fixa Local (FF e FM)

MUBAN	GO	Telemar	11.611,35	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MASP	RJ	Telemar	13.719,54	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MM	RS	Telemar	9.736,95	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MAI	RJ	Telemar	10.495,77	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MFDP	RJ	Oi Movel S/A	19.373,24	Internet
MAB	PE	Oi Movel S/A	17.737,33	Internet
MCHA	MA	Oi Movel S/A	19.432,73	Internet
MUBAN	GO	Oi Movel S/A	19.979,46	Internet
RJ/ERR	RJ	Oi Movel S/A	32.916,65	Internet
MCH	RJ	Oi Movel S/A	19.432,73	Internet
MCBC	RJ	Oi Movel S/A	10.112,91	Internet
MASP	RJ	Oi Movel S/A	19.373,24	Internet
MART	RJ	Oi Movel S/A	19.432,73	Internet
MM	RS	Oi Movel S/A	27.255,42	Internet
MVM	SC	Oi Movel S/A	24.885,79	Internet
MAI	RJ	Vale do Ribeira	18.000,00	Internet
IBRAM	DF	Central IT	3.848.259,40	Suporte Técnico em Informática
IBRAM	DF	TAGLABS INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EIRELI ME	59.500,00	Telefonia Fixa LDN e LDI
IBRAM	DF	Claro S/A - Embratel	48.603,35	Telefonia Fixa LDN e LDI
IBRAM	DF	Telefônica/GVT/VIVO	47.176,47	Telefonia Fixa Local (FF e FM)
MAI	RJ	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI

MM	RS	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI
MCHA	MA	Claro S/A - Embratel	5.712,24	Telefonia Fixa LDN e LDI
MFDP	RJ	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI
MUBAN	GO	Claro S/A - Embratel	5.570,81	Telefonia Fixa LDN e LDI
MVM	SC	Claro S/A - Embratel	5.275,67	Telefonia Fixa LDN e LDI
MART	RJ	Claro S/A - Embratel	22.430,82	Telefonia Fixa LDN e LDI
MAB	PE	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI
MCBC	RJ	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI
RJ/ERR	RJ	Claro S/A - Embratel	6.035,66	Telefonia Fixa LDN e LDI
MCH	RJ	Claro S/A - Embratel	5.681,49	Telefonia Fixa LDN e LDI
IBRAM	DF	CTIS	2.815.593,46	Outsourcing de Impressão
IBRAM	DF	SERPRO	186.520,34	Suporte Técnico em Informática
IBRAM	DF	Claro S/A - Embratel	220.962,19	Telefonia Móvel (local, LDN, LDI e AI)

Fonte: Sistema Eletrônico de Informação – SEI/Ibram, 2019.

5.6. Sustentabilidade nas Contratações

Ações para redução para redução do consumo de recursos naturais e redução de resíduos poluentes.

Em consonância as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa/MPOG nº 01, de 19 de outubro de 2010 e demais legislações correlatas o Instituto adota de forma positiva que as contratadas, de acordo com as condições editálicas, cumpram as condições quanto a exigências dos critérios de sustentabilidade ambiental nas execuções dos seus serviços como, por exemplo:

- acondicionar adequadamente os resíduos gerados e as embalagens dos produtos utilizados nas atividades de copeiragem, para fins de disponibilização à coleta seletiva;
- verificar se há vazamentos nas torneiras ou nos sifões e comunicar ao encarregado;
- usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

- respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.
- não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução CONAMA Nº 267 de 14 de setembro de 2000;
- adotar as medidas estipuladas pelo órgão para evitar o desperdício de água tratada e para a Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- realizar programa interno de treinamento de seus empregados visando à adoção de práticas para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água, redução de produção de resíduos sólidos e coleta seletiva, observadas as normas ambientais vigentes;
- proceder ao recolhimento dos resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, bem como de pilhas, baterias e lâmpadas, de acordo com o programa de coleta seletiva do órgão em observância ao Decreto nº 5.940/2006;
- observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas

atividades, em consonância com o programa de coleta seletiva do órgão; e

- evitar o desperdício de embalagens e a geração de resíduos sem reaproveitamento.

Ademais, o imóvel conta com sistema de torneiras automáticas e ainda existe um sistema composto por braçadeiras que diminui ainda mais o fluxo de água em todo o prédio. Os gastos com energia elétrica foram reduzidos devido ao desligamento de várias lâmpadas nas salas e garagens de todo o edifício.

O desligamento das lâmpadas, em torno de 50%, verificou-se os efeitos sobre a luminosidade dos ambientes. Já o desligamento dos elevadores em determinados períodos, uma das medidas previstas para a redução de consumo, não foi possível pois as empresas responsáveis pela manutenção não recomendaram essa ação.

O Instituto adota, desde o exercício de 2016, medidas para racionalizar o consumo de energia elétrica e água em nosso edifício sede, a saber:

- desligamento das lâmpadas nas garagens, permanecendo acessas as localizadas sobre a pista de rolamento;
- desligamento de uma em cada quatro lâmpadas nos andares de escritório;
- aproveitamento da água quando da lavagem de caixas de água para lavagem das garagens; e revisão da periodicidade da lavagem das garagens; campanha de conscientização sobre o uso racional dos elevadores.

Uma das etapas do Plano de Gestão e Logística Sustentável (PLS) do Ibram reduziu a quantidade de impressoras na sede do instituto. Etapas anteriores do PLS, executadas pela Coordenação de Tecnologia da Informação (CTINF), já trouxeram uma considerável economia. Além da utilização da função imprimir em frente e verso, a CTINF realizou melhorias na gestão do contrato de impressões, aplicando efetivamente multas por descumprimento dos níveis de serviço.

Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema – Sustentabilidade

Para implantar a A3P existem alguns caminhos a serem percorridos. O Ministério do Meio Ambiente – MMA – lançou, por meio da Portaria Nº 221 de 14 de setembro de 2004, um manual para implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública. O manual foi produzido pela Comissão Gestora da A3P no MMA, cujas atividades encontram-se atualmente sob coordenação da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Cabe a cada instituição desenvolver a sua própria agenda ambiental, adequada às suas características, peculiaridades e atividades e a seu porte e direcionamento estratégico.

O Instituto, também, no exercício de 2017, deu continuidade à conscientização de seus colaboradores, trabalhando nas campanhas Sustentáveis iniciadas em 2016. As campanhas visam ser instrumentos capazes de difundir o conceito de sustentabilidade, enquanto prática diária, entre os servidores do Instituto, cujo engajamento e esforços são fundamentais para que o mesmo atinja seus objetivos no que diz respeito a um futuro sustentável.

Deve-se reconhecer que a adoção de uma Agenda Ambiental implicará a geração de economia dos recursos naturais e

institucionais, levando a uma redução de despesas da própria instituição. Assim, o comprometimento e o efetivo envolvimento dos dirigentes e colaboradores são fundamentais para garantir o sucesso na implantação da A3P.



6. Demonstrações Contábeis

A Divisão de Contabilidade compõe a estrutura organizacional da Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no Departamento de Planejamento de Gestão Interna e, conforme disposto no parágrafo único do artigo 9º do Decreto 6.976/2009, é considerada Órgão Seccional de Contabilidade e exerce, por delegação, a competência de Órgão Setorial de Contabilidade do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram.

O escopo desta declaração leva em conta as demonstrações contábeis no âmbito desta Autarquia, nas unidades gestoras vinculadas abaixo relacionadas:

- Setorial de Orçamento e Finanças,
- Ibram Sede,
- Escritório de Representação do Ibram no Rio de Janeiro,
- Escritório de Representação do Ibram em Minas Gerais/Espírito Santo,
- Coordenação de Gestão de Pessoas,
- Museu Imperial,
- Museu Histórico Nacional,

- Museu Nacional de Belas Artes,
- Museu da República,
- Museu da Inconfidência,
- Museu Lasar Segall,
- Museu Villa-Lobos e
- Museus Castro Maya.

A análise e registro da conformidade contábil das Demonstrações Contábeis de todas as unidades gestoras executoras pertencentes à gestão do Ibram é realizada por esta Divisão de Contabilidade.

Ressalta-se que os procedimentos de análise são criteriosos e realizados mensalmente para cada unidade gestora executora, em que são verificadas as inconsistências ou desequilíbrios apresentados nas Demonstrações Contábeis, além da existência de inconsistências que comprometam a qualidade das informações contábeis constantes no Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira (Sistema do Governo Federal).

Na análise, são observadas as orientações da Secretaria do Tesouro Nacional, os instrumentos de análise disponíveis no Manual Siafi e outros dispositivos legais à disposição do conformista. Esta Autarquia

busca aderência aos critérios estabelecidos pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e preconiza pela obediência às metodologias definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no Manual Siafi.

As Demonstrações Contábeis do Instituto Brasileiro de Museus são as seguintes:

- Balanço Patrimonial
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstrações das Variações Patrimoniais

Essas Demonstrações Contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil: a Lei 4.320/64, a Lei Complementar 101/2000 – LRF, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 8ª edição – MCASP e o Manual Siafi.

Ressalvas:

- Há que se considerar que o Ibram ainda não está aplicando o

dispositivo da depreciação e amortização nos itens do ativo imobilizado. Isso se deve em parte à falta de termos de cessão /doação de alguns bens móveis que deveriam ser incorporados ao patrimônio do órgão em virtude da Lei 11.906/2009.

Para os bens que a Entidade detém apenas a posse, não está sendo aplicado o instituto de depreciação, reavaliação ou redução a valor de mercado. Ressalta-se ainda que para a aplicação do procedimento de depreciação, primeiramente, é necessário fazer com que o valor do bem registrado no patrimônio espelhe o Valor Justo (fair value) ou valor de mercado, por meio dos procedimentos de reavaliação e redução a valor de mercado (Testes de Recuperabilidade). Esses procedimentos, por sua vez, ainda não estão sendo realizados pelas Unidades Gestoras Executoras em razão da quantidade limitada de servidores para composição de comissão responsável pela realização dos trabalhos iniciais de ajuste ao Valor Justo, bem como pela grande rotatividade de servidores.

Cabe ressaltar que esta Autarquia adquiriu recentemente o sistema Siads - Sistema Integrado de Administração de Serviços que será implantado brevemente nas unidades gestoras executoras, o que permitirá o saneamento dessa deficiência relativa aos bens do ativo imobilizado para os próximos exercícios.

- Quanto à estimativa da vida útil econômica do ativo, ao cálculo da depreciação, bem como às taxas que serão utilizadas, a Entidade adotará a metodologia definida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN no Manual de Contabilidade Aplicada ao setor Público e no manual Siafi

visando à uniformidade e a comparabilidade das informações.

- Em se tratando da avaliação e mensuração das Disponibilidades e dos Estoques, tem-se que as Disponibilidades são mensuradas pelo valor original; e os Estoques pelo custo de aquisição, atendendo, dessa forma, a NBCT 16.10, cujas saídas são contabilizadas pelo método do Custo Médio Ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964. No patrimônio da Entidade não há registros no Siafi de créditos e dívidas, investimentos e diferido para mensuração.
- No que se refere à mensuração dos ativos imobilizados e intangíveis, ressalta-se que a Unidade possui ativos transferidos de outra Entidade (Instituto do Patrimônio Histórico, Iphan) cujo valor contábil permanece o constante nos registros da entidade de origem.

Sendo que para os bens adquiridos antes de 2010, como já mencionado, não estão sendo realizados os procedimentos de reavaliação ou redução a valor de mercado; já os ativos adquiridos a partir de 2010, esses estão reconhecidos com base no valor de aquisição.

6.1 Declaração da contadora

Portanto, declaro que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto Brasileiro de Museus, exceto no tocante às ressalvas apontadas.

Brasília/DF, 15 de março de 2019.

Cláudia Elisa Magalhães Lopes

CRC/DF nº 017.389/O-8

Contadora do Instituto Brasileiro de Museus

6.2 Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial – Exercício 2018

Ativo	2018	2017
Ativo Circulante	38.270.108,27	39.632.107,87
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.478.825,67	4.672.191,86
Créditos a Curto Prazo		
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	28.546.099,91	34.707.898,23
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		
Estoques	245.182,69	252.017,78
VPDs Pagas Antecipadamente		
Total do Ativo Circulante	38.270.108,27	39.632.107,87
Ativo Não Circulante	447.083.022,49	435.428.771,72
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Créditos a Longo Prazo	27.102,01	27.102,01
Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
(-) Ajustes para em Créditos de Longo Prazo		
Investimentos		
Imobilizado	446.995.800,14	435.344.231,37
Bens Móveis	47.930.994,18	46.099.483,45
Bens Móveis	48.019.706,82	46.188.196,09
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. Bens Móveis	-88.712,64	88.712,64
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		
Bens Imóveis	399.064.805,96	389.244.747,92
Bens Imóveis	405.908.659,43	394.616.828,36
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.843.853,47	-5.372.080,44
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		
Intangível	60.120,34	57.438,34
Softwares	45.776,58	45.776,58
Softwares	45.776,58	45.776,58
(-) Amortização Acumulada de Softwares		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.343,76	11.661,76
Direitos de Uso de Imóveis		

Diferido		
Total do Ativo Não Circulante	38.270.108,27	39.632.107,87
Total do Ativo	485.353.130,76	475.060.879,59

Balanco Patrimonial – Exercício 2018 (continuação do quadro anterior)

Passivo e patrimônio líquido	2018	2017
Passivo Circulante	7.149.792,45	7.086.607,30
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a pagar a Curto Prazo	6.056.702,01	6.581.573,42
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	410.470,01	461.067,70
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	2.096,47	4.192,94
Obrigações de Repartição a Outros Entes		
Provisões de Curto Prazo		
Demais Obrigações a Curto Prazo	680.523,96	39.773,24
Total do Passivo Circulante	7.149.792,45	7.086.607,30
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhista, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo		
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		
Provisões de Longo Prazo		
Demais Obrigações a Longo Prazo		
Resultado Diferido		
Total do Passivo Não Circulante		
Total do Passivo Exigível	7.149.792,45	7.086.607,30
Patrimônio Social e Capital Social		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Reservas de Capital		
Ajustes de Avaliação Patrimonial		

Reservas de Lucros		
Demais Reservas		
Resultados Acumulados	478.203.338,31	467.974.272,29
Resultado do Exercício	10.236.950,05	-979.566,48
Resultados de Exercícios Anteriores	467.974.272,29	467.149.111,83
Ajustes de Exercícios Anteriores	-7.884,03	
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		
Total do Patrimônio Líquido	478.203.338,31	467.974.272,29
Total do Passivo passivo e patrimônio líquido	485.353.130,76	475.060.879,59

2. Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes – Exercício 2018 (Lei n. 4.320/1964)

Ativo			Passivo		
Especificação	2018	2017	Especificação	2018	2017
Ativo Financeiro	9.478.825,67	4.672.191,86	Passivo Financeiro	36.350.056,14	32.007.391,70
Ativo Permanente	475.874.305,09	470.388.687,73	Passivo	1.485.563,76	6.606.547,94
			Saldo Patrimonial	447.517.510,86	436.446.939,95

3. Quadro das contas de compensação - Exercício 2018 (Lei n. 4.320/1964)

Especificação	2018	2017
Atos Potenciais Ativos	28.940.963,63	29.066.547,35
Execução dos Atos Potenciais Ativos	28.940.963,63	29.066.547,35
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.114.358,31	762.264,98
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneros a	27.826.605,32	28.304.282,37
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar		
Total dos Atos Potenciais Ativos	28.940.963,63	29.066.547,35
Atos Potenciais Passivos	75.805.913,59	139.095.202,83
Execução dos Atos Potenciais Passivos	75.805.913,59	139.095.202,83
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar		

Obrigações Conveniadas e Outros Instrum. Congêneres a Liberar	5.599.197,77	8.502.923,15
Obrigações Contratuais a Executar	70.206.715,82	130.592.279,68
Outros Atos Potenciais Passivos a Executar		
Total dos Atos Potenciais Passivos	75.805.913,59	139.095.202,83

Fonte: Siafi.

4. Quadro do superávit/déficit financeiro - Exercício 2018 (Lei n. 4.320/1964)

Destinação de recursos	Superávit/déficit financeiro (R\$)
Recursos Ordinários	-25.642.689,18
Recursos Vinculados	-1.228.541,29
Recursos de Receitas Financeiras	-1.336.846,32
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.361.557,34
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-1.253.252,31
Total	-26.871.230,47

5. Demonstração das variações patrimoniais - Exercício 2018

Especificação	2018	2017
Variações Patrimoniais Aumentativas	335.929.905,55	326.213.583,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Contribuições		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	4.090.328,55	4.178.774,71
Venda de Mercadorias	19.545,29	36.247,35
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	4.070.783,26	4.142.527,36

Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	440,96	377,77
Juros e Encargos de Mora	440,96	377,77
Remuneração de depósitos bancários e Aplicações Financeiras		
Transferências e Delegações Recebidas	318.353.865,09	319.253.438,54
Transferências Intragovernamentais	317.763.842,44	312.348.434,17
Outras Transferências e Delegações Recebidas	590.022,65	6.905.004,37
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorp. de Passivos	12.211.394,27	6.000,00
Reavaliação de Ativos	11.540.467,34	
Ganhos com Incorporação de Ativos	640.462,45	
Ganhos com Desincorporação de Passivos	30.464,48	6.000,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.273.876,68	2.774.992,30
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.273.876,68	2.774.992,30
Variações Patrimoniais Diminutivas	325.692.955,50	327.193.149,80
Pessoal e Encargos	65.064.158,63	66.972.195,31
Remuneração a Pessoal	48.903.002,06	50.308.651,42
Encargos Patronais	9.306.658,60	9.748.087,23
Benefícios a Pessoal	4.832.878,60	5.104.097,07
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas -	2.021.619,37	1.811.359,59
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13.625.350,16	10.394.728,55

Aposentadorias e Reformas	12.860.617,37	9.849.102,30
Pensões	734.574,77	532.396,20
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30.158,02	13.230,05
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	77.555.357,54	79.092.173,83
Uso de Material de Consumo	454.501,14	439.038,83
Serviços	75.629.083,37	75.183.257,50
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.471.773,03	3.469.877,50
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.966,67	
Juros e Encargos de Mora	2.966,67	
Variações Monetárias e Cambiais		
Transferências e Delegações Concedidas	165.094.987,89	170.060.801,39
Transferências Intragovernamentais	164.321.895,60	164.302.314,31
Transferências a Instituições Privadas		
Transferências ao Exterior	297.716,00	740.212,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	475.376,29	5.018.275,08
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.250.058,24	195.568,67
Perdas com Alienação		
Perdas Involuntárias		182.818,74
Incorporação de Passivos		
Desincorporação de Ativos	1.250.058,24	12.749,93

Fonte: Siafi.

Demonstração das variações patrimoniais – Exercício 2018 (continuação da tabela anterior)

Especificação	2018	2017
Tributárias	92.830,51	68.913,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.056,08	34.029,41
Contribuições	52.774,43	34.883,85
Custo - Mercadorias, Produtos Vendidos e dos Serviços		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.007.245,86	408.768,79
Premiações	2.800.000,00	290.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	207.245,86	118.768,79
Resultado Patrimonial do Período	10.236.950,05	-979.566,48

Fonte: Siafi.

6. Balanço orçamentário – Exercício 2018

Receitas orçamentárias	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas (c)	(R\$) Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes	4.589.534,00	4.589.534,00	4.273.955,65	-315.578,35
Receitas Tributárias				
Receitas de Contribuições				
Receita Patrimonial	470.011,00	470.011,00	281.908,12	-188.102,88
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	465.354,00	465.354,00	277.128,12	-188.225,88
Valores Mobiliários				

Exploração do Patrimônio Intangível	4.657,00	4.657,00	4.780,00	123,00
Receitas de Serviços	4.097.781,00	4.097.781,00	3.808.861,39	-288.919,61
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	4.097.781,00	4.097.781,00	3.808.861,39	-288.919,61
Transferências Correntes				
Outras Receitas Correntes	21.742,00	21.742,00	183.186,14	161.444,14
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			127,44	127,44
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			169.104,37	169.104,37
Demais Receitas Correntes	21.742,00	21.742,00	13.954,33	-7.787,67
Receitas De Capital				
Operações de Crédito				
Outras Receitas de Capital				
Recursos Arrecadados Em Exercícios Anteriores				

Subtotal das Receitas	4.589.534,00	4.589.534,00	4.273.955,65	-315.578,35
Refinanciamento				
Operações de Crédito - Mercado Interno				
Mobiliária				
Operações de Crédito - Mercado Externo				
Mobiliária				
Subtotal com Refinanciamento	4.589.534,00	4.589.534,00	4.273.955,65	-315.578,35
Déficit			162.531.162,87	162.531.162,87
Total	4.589.534,00	4.589.534,00	166.805.118,52	162.215.584,52
Detalhamento Dos Ajustes Na Previsão Atualizada	-			-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-			-
Créditos Adicionais Abertos com Execução de Arrecadação	-			-
Créditos Adicionais Reabertos	-			-

Fonte: Siafi.

Balço orçamentário – Exercício 2018 (continuação da página anterior)

Despesas orçamentárias	Dotação inicial (e)	Dotação atualizada (f)	Despesas empenhadas (g)	Despesas liquidadas (h)	Despesas pagas (i)	Saldo da dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes	161.428.720,00	167.632.235,00	165.830.901,62	144.505.308,15	139.217.181,94	1.801.333,38
Pessoal e Encargos Sociais	75.572.203,00	77.316.104,00	72.539.161,37	72.539.161,37	67.772.885,59	4.776.942,63
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	85.856.517,00	90.316.131,00	93.291.740,25	71.966.146,78	71.444.296,35	-2.975.609,25
Despesas de Capital	770.000,00	524.345,00	974.216,90	715.775,15	715.775,15	-449.871,90
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Reserva de Contingência						
Reserva do RPPS						
Subtotal das Despesas	162.198.720,00	168.156.580,00	166.805.118,52	145.221.083,30	139.932.957,09	1.351.461,48
Amortização da Dívida/Refin.						
Amort. da Dívida Interna						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						
Amort. da Dívida Externa						
Dívida Mobiliária						
Outras Dívidas						

Subtotal com Refinanciamento	162.198.720,00	168.156.580,00	166.805.118,52	145.221.083,30	139.932.957,09	1.351.461,48
Total	162.198.720,00	168.156.580,00	166.805.118,52	145.221.083,30	139.932.957,09	1.351.461,48

Fonte: Siafi.

7. Quadro da execução de restos a pagar não processados

Despesas orçamentárias	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro exercício anterior				
Despesas Correntes	9.784.734,35	19.234.463,67	14.222.975,48	14.205.972,21	6.353.770,84	8.459.454,97
Pessoal e Encargos Sociais		451.618,55	109.355,62	109.355,62		342.262,93
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	9.784.734,35	18.782.845,12	14.113.619,86	14.096.616,59	6.353.770,84	8.117.192,04
Despesas de Capital	1.273.073,47	1.450.324,43	1.705.799,08	1.705.799,08	142.994,71	874.604,11
Investimentos	1.273.073,47	1.450.324,43	1.705.799,08	1.705.799,08	142.994,71	874.604,11
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
Total	11.057.807,82	20.684.788,10	15.928.774,56	15.911.771,29	6.496.765,55	9.334.059,08

Exercício: 2018

8. Quadro da execução de restos a pagar processados e não processados liquidados

Despesas orçamentárias	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro do exercício anterior			
Despesas Correntes	40.897,99	186.524,18	90.238,72	20.084,68	117.098,77
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	40.897,99	186.524,18	90.238,72	20.084,68	117.098,77
Despesas de Capital					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
Total	40.897,99	186.524,18	90.238,72	20.084,68	117.098,77

Fonte: Siafi.

9. Balanço financeiro – Exercício 2018

Especificação	2018	2017
Ingressos		
Receitas Orçamentárias	4.273.955,65	6.941.877,49
Ordinárias		2.747.884,09
Vinculadas	4.273.955,65	4.193.993,40
Alienação de Bens e Direitos		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.273.955,65	4.193.993,40

(-) Deduções da Receita Orçamentária		
Transferências Financeiras Recebidas	317.763.842,44	312.348.434,17
Resultantes da Execução Orçamentária	284.491.425,73	273.532.782,77
Cota Recebida		
Repasse Recebido	140.945.463,31	135.449.261,15
Sub-Repasse Devolvido		2.929,11
Independentes da Execução Orçamentária	33.272.416,71	38.815.651,40
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	33.214.022,79	38.815.651,40
Demais Transferências Recebidas	235,90	
Movimentação de Saldos Patrimoniais	58.158,02	
Aporte ao RPPS		
Recebimentos Extraorçamentários	29.243.032,39	20.897.126,32
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	5.288.126,21	186.087,99
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	21.584.035,22	20.684.788,10
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.306.883,17	15.079,70
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.063.987,79	11.170,53
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	399,30	5.170,53
Arrecadação de Outra Unidade	1.063.588,49	
Demais Recebimentos		6.000,00
Saldo do Exercício Anterior	4.672.191,86	3.851.158,93
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.672.191,86	3.851.158,93

Total	355.953.022,343	44.038.596,91
-------	-----------------	---------------

Fonte: Siafi

Balço financeiro – Exercício 2018 (continuação da página anterior)

Especificação	2018	2017
Dispêndios		
Despesas Orçamentárias	166.805.118,52	158.513.904,72
Ordinárias	158.513.904,72	152.582.470,78
Vinculadas	18.767.707,86	5.931.433,94
Educação		3.540,00
Previdência Social (RPPS)	8.305.596,00	
Recursos de Receitas Financeiras	900.000,00	
Operação de Crédito		2.078.000,00
Seguridade Social (Exceto RGPS)		
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.212.111,86	3.849.893,94
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.350.000,00	
Transferências Financeiras Concedidas	162.349.548,22	161.253.559,10
Resultantes da Execução Orçamentária	143.819.477,35	138.394.207,23
Repasse Concedido	273.514,93	310.685,61
Sub-repasse Concedido	143.545.962,42	138.080.592,51
Sub-repasse Devolvido		2.929,11

Cota Devolvida		
Independentes da Execução Orçamentária	18.530.070,87	22.859.351,87
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.466.410,38	19.872.214,55
Demais Transferências Concedidas		239.253,23
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.063.660,49	2.747.884,09
Aporte ao RGPS		
Despesas Extraorçamentárias	17.319.529,93	19.598.941,23
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	90.238,72	157.282,32
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.911.771,29	19.405.405,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.315.027,21	27.575,93
Outros Pagamentos Extraorçamentários	2.492,71	8.677,82
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	2.492,71	2.677,82
Pagamento de Restituições de Exercícios		6.000,00
Demais Pagamentos		
Saldo para o Exercício Seguinte	9.478.825,67	4.672.191,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.478.825,67	4.672.191,86
Total	355.953.022,34	344.038.596,91

Fonte: Siafi.

10. Demonstração dos fluxos de caixa – Exercício 2018

Especificação	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	6.882.995,84	1.636.086,25

Ingressos	324.408.669,05	319.316.561,89
Receitas Derivadas e Originárias	4.273.955,65	6.941.877,49
Receita Patrimonial	281.908,12	310.970,23
Receita de Serviços	3.808.861,39	3.868.182,25
Outras Receitas Derivadas e Originárias	183.186,14	2.762.725,01
Transferências Correntes Recebidas		
Outros Ingressos das Operações	320.134.713,40	312.374.684,40
Ingressos Extraorçamentários	1.306.883,17	15.079,70
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	399,30	5.170,53
Transferências Financeiras Recebidas	317.763.842,44	312.348.434,17
Arrecadação de Outra Unidade	1.063.588,49	
Demais Recebimentos		6.000,00
Desembolsos	-317.525.673,21	-317.680.475,64
Pessoal e Demais Despesas	-142.250.527,09	-143.835.267,01
Administração	-16.444,64	-78.000,00
Previdência Social	-11.812.588,62	-10.310.861,43
Educação	-3.540,00	
Cultura	-130.415.461,12	-133.443.727,76
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-2.492,71	-2.677,82
Juros e Encargos da Dívida		
Transferências Concedidas	-11.610.570,69	-12.558.073,60
Intergovernamentais	-342.530,20	-1.228.843,18

A Estados e/ou Distrito	-100.215,79	-835.988,59
A Municípios	-242.314,41	-392.854,59
Intragovernamentais	-9.340.507,31	-9.768.531,92
Outras Transferências Concedidas	-1.927.533,18	-1.560.698,50
Outros Desembolsos das Operações	-163.664.575,43	-161.287.135,03
Dispêndios Extraorçamentários	-1.315.027,21	-27.575,93
Pagamento de Restituições de		-6.000,00
Transferências Financeiras Concedidas	-162.349.548,22	-161.253.559,10
Demais Pagamentos		
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-2.076.362,03	-815.053,32
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Ingressos		
Alienação de Bens		
Desembolsos	-2.076.362,03	-815.053,32
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.065.033,03	-760.004,32
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos	-11.329,00	-55.049,00
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento		
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ingressos		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		

Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		
Desembolsos		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento		
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	4.806.633,81	821.032,93
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	4.672.191,86	3.851.158,93
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	9.478.825,67	4.672.191,86

Fonte: Siafi

11. Demonstração das mutações do patrimônio líquido – todos os orçamentos (Exercício 2018)

Demonstração das mutações do patrimônio Líquido	Patrimônio Capital Social	Adiant. para Futuro	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	justes de valiação	Ações/ Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017					26.995.224,64	466.493.875,60			493.489.100,24
Variação Cambial									
Ajustes de Exercícios Anteriores						-25.190.497,70			-25.190.497,70
Aumento/Redução de Capital									
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas									
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos					-26.995.224,64	26.995.224,64			
Ajuste de Avaliação Patrimonial									
Resultado do Exercício						-979.566,48			-979.566,48

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital									
Saldo Final do Exercício 2018								478.203.338,31	478.203.338,31

Fonte: Siafi

6.3. Notas explicativas

Contexto Operacional

A verificação da conformidade contábil das unidades gestoras executoras do Ibram é realizada conforme procedimentos descritos nos Normativos da Secretária do Tesouro Nacional, em específico no Manual Siafi (Auditores Contábeis) e tem como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de registro de Gestão e outros instrumentos que subsidiem o processo de análise.

Para a efetivação do registro da conformidade contábil, o órgão se dispõe de contador titular, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade - CRC e devidamente habilitado no SIAFI e atualizado na tabela de UG, sendo que este não possui a função de emitir documentos no Siafi, e também não é responsável pelo registro da conformidade de registro de gestão, obedecendo, dessa forma, ao princípio da Segregação de Funções disposto na Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 481/2014 e Manual Siafi – 020315. Cabe destacar que o Ibram não possui contador substituto desde novembro de 2015.

Demonstrações Contábeis

- Balanço Patrimonial
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Balanço Orçamentário
- Balanço Financeiro
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Resumo das Principais Práticas Contábeis – Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis – DCON foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 8ª edição) e o Manual Siafi.

As DCON foram levantadas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e

tiveram como escopo as informações consolidadas a nível de órgão, ou seja, engloba as contas desta Autarquia com suas unidades vinculadas.

As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

Balanço Patrimonial (BP);

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);

Balanço Orçamentário (BO);

Balanço Financeiro (BF);

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas na conta única.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do MCASP e do Manual Siafi.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras - A moeda funcional da União é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. A única exceção se refere aos saldos iniciais de Caixa e Equivalentes de Caixa, no BF e na DFC, que utilizam a taxa vigente no dia 31 de dezembro do exercício anterior.

Caixa e equivalentes de caixa - Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os

valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo - São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais da União. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

Depósitos Restituíveis - São os valores depositados para garantia contratual a título de caução dos fornecedores de bens, serviços e obras e estão reconhecidos pelo seu custo histórico acrescido dos rendimentos do período.

Créditos a curto prazo - Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros. É constituído também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques - Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas

para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado

Ativo realizável a longo prazo - Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. A exceção se refere aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

Ajuste para Perdas da Dívida Ativa – a metodologia adotada para mensuração do ajuste para perdas dos créditos da dívida ativa, foi pelo histórico de recebimentos, teve algum tipo de classificação dos créditos pelas suas características de recuperabilidade;

Investimentos – São compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos. As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas. As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. Os demais

investimentos representam cotas integralizadas no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), mensuradas e avaliadas pelo custo, acrescidas da rentabilidade auferida até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registradas as reduções ao valor recuperável (impairment), fruto de avaliações periódicas.

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Intangível – Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação, amortização e exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens

imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet - O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Reavaliação, redução ao valor recuperável – a base de mensuração utilizada: valor justo (mercado), custo de reposição, informar os procedimentos contábeis e metodologia utilizada para reconhecimento da valorização ou da perda por meio dos testes de recuperabilidade;

Passivos circulantes e não circulantes – As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a

outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Empréstimos e financiamentos - Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

Provisões – As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015.

Benefícios a empregados - Benefícios a empregados. Os benefícios a empregados (aqui o termo está sendo utilizado de acordo com o vocabulário da área contábil, porém se refere aos servidores públicos e aos empregados das empresas estatais dependentes), referentes a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados, sendo registrados como variações patrimoniais diminutivas. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da União relacionados com aposentadoria e assistência médica são também reconhecidos pelo regime de competência.

Ativos e Passivos Contingentes – Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes são

contabilizados em contas de controles e evidenciados nas notas explicativas no tópico Outras Informações Relevantes.

Apuração do Resultado – Nas demonstrações contábeis são apurados os seguintes resultados:

Resultado Patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais confrontando as Variações Patrimoniais Aumentativas com as Variações Patrimoniais Diminutivas; se o resultado for positivo teremos o Superávit Patrimonial; caso contrário será Déficit Patrimonial.

No Balanço Orçamentário é apurado o Resultado Orçamentário, o valor da coluna Receitas Realizadas menos a Despesa Empenhada; se for positivo teremos o Superávit Orçamentário e caso contrário um Déficit Orçamentário.

No Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa é apurado o Resultado Financeiro confrontando o Saldo Atual de Caixa e Equivalência de Caixa menos o Saldo Anterior; se for positivo será um Superávit Financeiro caso contrário um Déficit Financeiro. Esta apuração no Resultado Financeiro não se confunde com a apuração feito no Balanço Patrimonial entre os Ativos Financeiros menos os Passivos Financeiros, este superávit é inclusive fonte para abertura de créditos adicionais.

Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais

A Portaria STN nº 548/2015 dispõe sobre os prazos limites de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação. Na referida portaria foi aprovado o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), estando os procedimentos definidos na Portaria STN nº 634/2013, e as regras aplicáveis descritas no MCASP.

No contexto da União, ficaram definidos os prazos apresentados no quadro anexo à Portaria STN nº 548/2015 <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/publicado-o-plano-de-implantacao-dos-procedimentos-contabeis-patrimoniais> a qual cita a situação que se encontra cada procedimento: implantado, em andamento, não iniciado.

Principais mudanças nas práticas e procedimentos contábeis:

a) Desreconhecimento dos créditos relativos a Diversos Responsáveis – em setembro de 2017, a CCONT procedeu o desreconhecimento destes créditos decorrentes de falta/irregularidades na comprovação das Tomadas de Contas Especiais. Os valores pendentes de julgamento devem ser registrados apenas em contas de controle e o ativo deve ser reconhecido somente quando tiver a decisão definitiva do TCU com a devida imputação de débito.

b) Desreconhecimento dos créditos relativos a Adiantamento de Transferências Voluntárias – em setembro de 2017, a CCONT, em atendimento ao acórdão TCU 1320/2017, efetuou os lançamentos contábeis de desreconhecimento destes créditos tendo em vistas por não preencher os requisitos do conceito de ativo de acordo com a NBC TSP, Estrutura Conceitual e o MCASP. Entretanto, nas contas de controle, estão preservados os registros com vistas ao devido acompanhamento da prestação de contas pelos convenientes aos seus órgãos concedentes.

Notas Explicativas dos Itens das Demonstrações Contábeis

NOTA 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa

- Caixa e Equivalentes - Composição

R\$

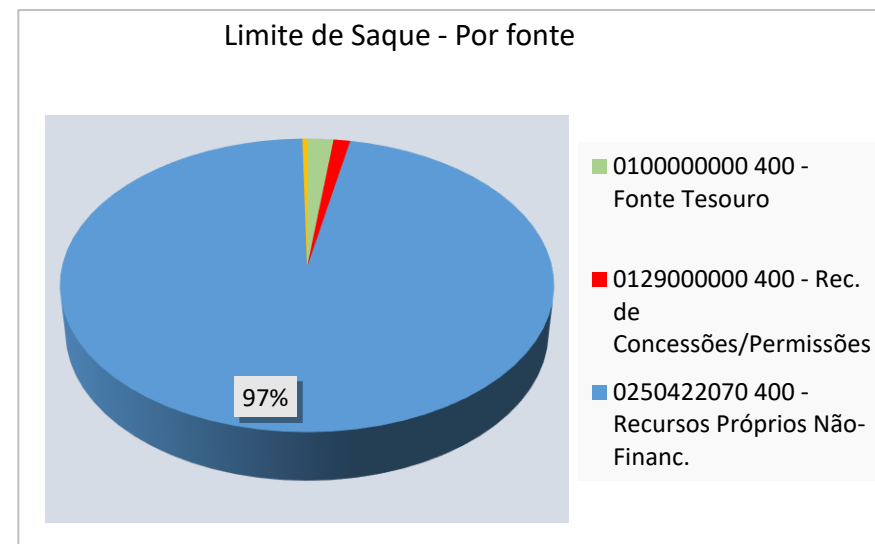
Mês Lançamento	dez/18	dez/17	AV%	AH%
Demais Contas - Caixa				
Econômica Federal	26.736,86	34.880,90	1%	-23,35%
Limite de Saque c/ Vinculação de Pgto - OFSS	4.201.018,09	4.637.310,96	99%	-9,41%
Total:	4.227.754,95	4.672.191,86	100%	

Fonte: Siafi

A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa" do Ibram é composta por recursos aplicados na conta "Demais Contas – CEF" relativo a depósito em caução e recursos disponíveis, para fazer frente às obrigações assumidas na execução da despesa que, em dezembro/2018, correspondeu a apenas 1% dos recursos do órgão.

A conta "Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento" compreende recursos do Tesouro (fonte 0100), recursos próprios (fonte 0250422070), os quais advêm de arrecadações das unidades museológicas, além de outros. Esses recursos atendem a despesas com vinculação de pagamento de órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social; ao final de cada exercício, parte dos recursos não utilizados são devolvidos ao Tesouro Nacional. Apesar e apresentar uma variação negativa de 9,41% com relação ao arrecadado em 2017, houve um superávit na arrecadação própria (fonte 0250422070), cujo

valor foi de 97% dos recursos disponíveis no órgão, conforme Gráfico de Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - OFSS – Por fonte.



Fonte: Siafi

NOTA 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

- Demais Créditos e Valores CP

Mês Lançamento	dez/18	dez/17	AV%	AH%
----------------	--------	--------	-----	-----

13º Salários -	-	-	-	-
Adiantamento	20.035.033,16	27.338.721,96	70,18%	26,72%
Adiantamento de Férias	7.891.942,58	6.794.235,31	27,65%	16,16%
Salários e Ordenados -	-	-	-	-
Pgto Antecipado	619.124,06	574.940,96	2,17%	7,68%
Suprimento de Fundos -	-	-	-	-
Adiantamento	0,11	0,00	0,00%	-
Total:	28.546.099,91	34.707.898,23	100%	

A conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” compreende os valores em transações realizáveis em curto prazo. Observa-se na Tabela 02 que a conta de adiantamento de 13º Salários detém mais de 70% do valor total da conta. As três primeiras contas possuem saldos indevidos que vêm de exercícios anteriores e deverá ser baixada ao longo do exercício de 2019. Essa subavaliação decorre da não observância dos novos métodos de contabilização disponibilizados pela STN, os quais ainda não foram alinhados junto à Unidade Gestora responsável pelo pagamento da folha de pessoal; tais procedimentos foram adotados, mas não na sua totalidade.

NOTA 03 – Bens Móveis Composição

- Bens Móveis - Composição

Mês Lançamento	dez/18	dez/17	AV%	AH%
Máq., Aparelhos, Equip. e Ferramentas	4.172.081,20	3.920.518,35	8,69%	6,42%
Bens de Informática	7.887.579,42	7.286.186,15	16,43%	8,25%
Móveis e Utensílios	8.486.580,74	8.257.456,54	17,67%	2,77%
Material Cultural, Educ. e de Comunicação	25.157.939,87	24.364.590,37	52,39%	3,26%
Veículos	654.328,86	697.568,86	1,36%	-6,20%
Armamentos	0,06	0,06	0,00%	0,00%
Demais Bens Móveis	1.661.196,67	1.661.875,76	3,46%	-0,04%
Valor Contábil Total:	48.019.706,82	46.188.196,09	100,00%	14,46%
Depreciação / Amortização Acumulada	-88.712,64	-88.712,64	0,00%	0,00%
Valor Líquido Contábil Total:	47.930.994,18	46.099.483,45	100,00%	

Fonte: Siafi

Dos bens móveis do Ibram, destaca-se o “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” que representa 52,39% do total. Deste item, o mais expressivo é o acervo dos museus, composto por coleções, materiais culturais, obras para exposição... que corresponde a 90%, conforme evidenciado no Gráfico de Material Cultural, Educacional e de Comunicação



Fonte: Siafi

Contudo, essa conta contábil “Material Cultural, Educacional e de Comunicação” se encontra subavaliada, pois não corresponde à realidade do acervo das unidades museológicas. Isso foi identificado no Relatório de Inventário Anual, por isso, o saldo não fornece informações precisas nem confiáveis.

Isso ocorre diante da dificuldade em que as unidades museológicas têm encontrado para atribuir valor aos bens do acervo e às obras de arte tendo em vista a especificidade desse bem; por sua natureza, subjetividade e raridade.

Todavia, com a publicação da Portaria STN 548, 24/9/2015, o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural se tornou obrigatória a partir de 1/1/2021. Diante disso, as unidades museológicas estão envidando esforços para cumprir essa

norma até o prazo estabelecido a fim de que os registros dessa conta se tornem confiáveis e expressem a realidade dos acervos e das peças para exposição que se encontram em nossos museus.

Observa-se também que não houve variação na conta “Depreciação/Amortização Acumulada” pela falta de utilização de sistema informatizado gerenciador de bens móveis.

NOTA 04 – Bens Móveis

• Tabela 04 - Bens Imóveis - Composição

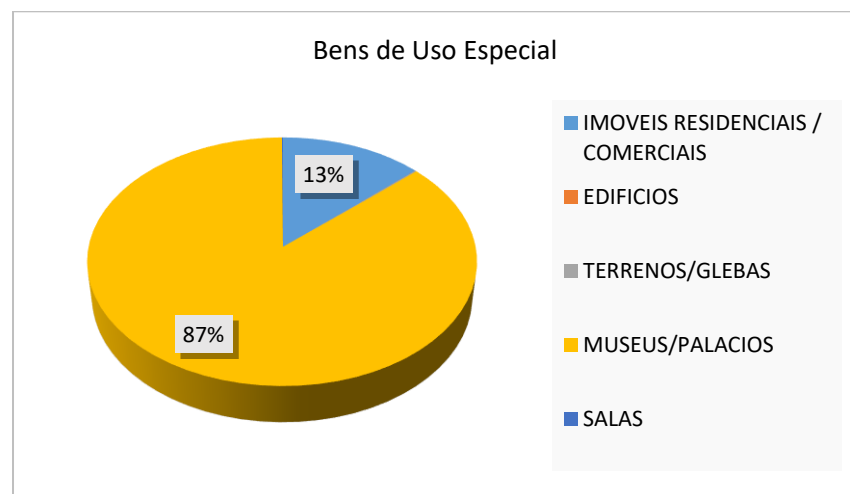
Mês Lançamento	dez/18	dez/17	AV%	AH%
Bens de Uso Especial	403.564.966,54	391.384.036,75	99,42%	3,11%
Bens Imóveis em Andamento	2.222.692,89	3.111.791,61	0,55%	28,57%
Instalações	121.000,00	121.000,00	0,03%	0,00%
Valor Contábil Total:	405.908.659,43	394.616.828,36	100,00%	2,86%
Deprec.Acum./Amort. Ac. - Bens Imóveis	(6.843.853,47)	(5.372.080,44)	-1,69%	27,40%
Valor líquido Total:	399.064.805,96	389.244.747,92	98,31%	

Fonte: Siafi

No Ibram, os “Bens de Uso Especial” representam mais de 99% do total da conta, e compreende os imóveis residenciais/comerciais, edifícios, terrenos/glebas, museus/palácios e salas. Percebe-se que houve uma redução de 28,57% na conta “Bens Imóveis em Andamento”, fruto da conclusão de obras no período. Dos bens imóveis que somam R\$

405.908.659,43, apenas 1,69% foram depreciados, o que demonstra um baixo grau de depreciação, pois depende de implementações no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) da Secretaria de Patrimônio da União.

Dos bens de Uso Especial, destaca-se os “Museus e Palácios” que representam 87% seguido de “Imóveis Residenciais/Comerciais” com 13%, conforme Gráfico de Bens de Uso Especial



Fonte: Siafi

NOTA 05 – Variações Patrimoniais Aumentativas

- Todas as Variações Patrimoniais Aumentativas

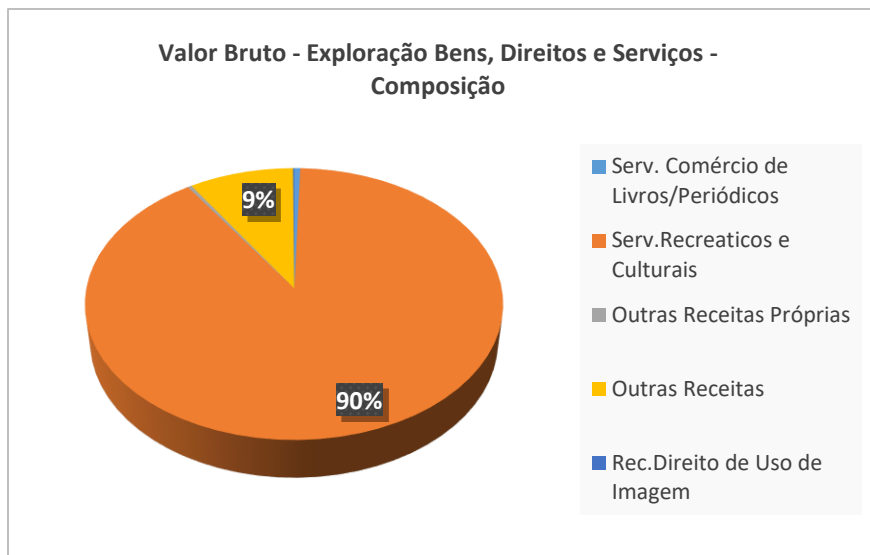
R\$

	dez/18	dez/17	AV%	AH%
Venda de Livros, Periódicos e Assemelhados	19.545,29	36.247,35	0,01%	- 46,08%
Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços	4.070.783,26	4.142.527,36	1,21%	-1,73%
Transferências Financ. Recebidas do Tesouro	317.763.842,44	312.348.434,17	94,59%	1,73%
Restituições Fonte: Siafi	1.273.876,68	2.774.992,30	0,38%	- 54,09%
Demais VPA's	12.801.857,88	6.911.382,14	3,81%	85,23%
Total:	335.929.905,55	326.213.583,32	100,00%	

Das Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) do Ibram, destaca-se as “Transferências Financeiras Recebidas do Tesouro” que representou, em 2018, cerca de 95% e, se comparado com 2017, obteve um crescimento de 1,73%. Essas transferências têm o objetivo de fazer frente às despesas custeadas pelo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do exercício e também para o pagamento de “Despesas Inscritas em Restos a Pagar”. No geral, as VPD's cresceram cerca de 2,98% em relação a 2017.

As atividades finalísticas dos museus estão relacionadas na conta “Valor Bruto Exploração Bens, Direitos e Serviços” destaca-se que a receita de “Serviços Recreativos e Culturais” detém 90% do saldo, conforme Gráfico de Valor Bruto Exploração Bens, Dir. e Serviços – composição.

Essa receita refere-se basicamente à cobrança de ingressos para visitação nos museus. Em seguida, "Outras Receitas", cujo percentual não ultrapassa 9%, que compreende receita de recebimento de alugueis, serviço de cópias reprográficas, dentre outros. Nessa conta também há valores recebidos pelo "Direito de Uso de Imagem".



NOTA 06 – Receita Orçamentária

- Receita Orçamentária – Execução

2018

2017

R\$

Receitas Correntes	Receitas Realizadas	Receitas Realizadas	AV (%)	AH (%)
Alugueis e Arrendamentos	169.703,68	174.498,64	3,97%	-2,75%
Concessão/Cessão Dir.Uso Imóvel Público	106.983,48	131.773,82	2,50%	18,81%
Dir.Uso Imagem e Reprod. Acervo Patr.	4.780,00	4.320,00	0,11%	10,65%
Serv. Adm. e Comerciais	3.808.861,39	3.868.182,25	89,12%	-1,53%
Multas, Indeniz., Rest. e Ressarcimentos	183.627,10	2.763.102,78	4,30%	93,35%
Total:	4.273.955,65	6.941.877,49	100,00%	-

Fonte: Siafi

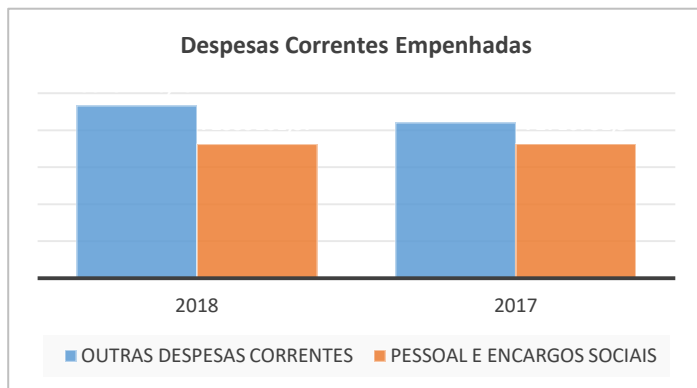
No item das receitas correntes, o destaque é para o crescimento das receitas de "Direito de Imagem e Reprodução de Bens do Acervo", que são provenientes do exercício de atividades que sejam afetas à exploração dos direitos de uso da imagem e de reprodução de bens do acervo patrimonial cujo crescimento em relação à 2017 foi de 0,11%.

O item mais significativo na execução das receitas correntes se trata das decorrentes da prestação de serviços administrativos e comerciais, cujo percentual é de quase 90% do total das receitas realizadas.

O item que aparece com maior percentual negativo, "Multas, Indenizações, Restituições e Ressarcimentos", é referente à ínfima devolução/restituição de saldos de convênios ou instrumentos congêneres, quando da conclusão ou extinção, cujos saldos no exercício de 2017 ultrapassaram mais de 90% e em 2018 não chegou a 5%.

NOTA 07 – Despesa Orçamentária

Em se tratando da execução da despesa orçamentária de 2018, as despesas de custeio contribuíram com o crescimento de quase 11% em comparação com 2017, conforme verificamos no gráfico de Despesas Correntes Empenhadas.



Fonte: Siafi

- Outras Despesas Correntes – Composição

Na parte das despesas de custeio, o destaque para o crescimento na execução se deve ao item “Premiações Culturais, Artísticos e Científicos”. Trata-se de pagamento de prêmios relacionados a projetos voltados para a modernização e preservação do patrimônio museológico, cujos recursos aportados são oriundos do Fundo Nacional de Cultura – FNC; e no exercício de 2017 não houve execução desse projeto.

Outros destaques na rubrica são “Locação de Mão de Obra” e “Serviços de Terceiros” que contribuíram também para o crescimento da execução das despesas correntes.

Natureza Despesa	2018	2017	AV%	AH%
Premiações Culturais, Art. e Científicos	2.800.000,00	0,00	3%	100%
Locação de Mão de Obra	54.143.823,61	50.700.501,73	58%	7%
Serviços Terceiros	23.132.253,83	21.511.278,22	25%	8%
Auxilio Alimentação	2.836.280,48	2.988.644,42	3%	-5%
Indenizações e Restituições	998.690,32	1.017.143,61	1%	-2%
Diárias - Pessoal Civil	394.232,17	431.769,72	0%	-9%
Material de Consumo	512.352,22	420.379,99	1%	22%
Outras Despesas Correntes	8.474.107,62	7.074.124,75	9%	20%
Total:	93.291.740,25	84.143.842,44	100%	

Fonte: Siafi

- Pessoal e Encargos – Composição

Na parte das despesas de pessoal, ocorreu um acréscimo de 0,59% sendo que o único item que puxou esse aumento foi “Aposentadorias e Pensões”.

Natureza Despesa	2018	2017	AV%	AH%
Aposentadorias e Pensões	12.962.692,52	10.304.365,29	17,87%	26%
Vencimentos e vantagens Fixas	48.306.504,42	50.302.213,81	66,59%	-4%
Obrigações Patronais	9.294.642,41	9.739.666,17	12,81%	-5%
Outras Despesas	1.975.322,02	2.370.506,23	2,72%	-17%
Total	72.539.161,37	72.716.751,50	100,00%	

Fonte: Siafi



7. Outras Informações relevantes

Tratamentos de determinações e recomendações do TCU

As determinações do TCU expedidas diretamente ao Ibram também foram atendidas, de forma que este Instituto continua sem pendências junto ao Tribunal, conforme observado no gráfico abaixo:

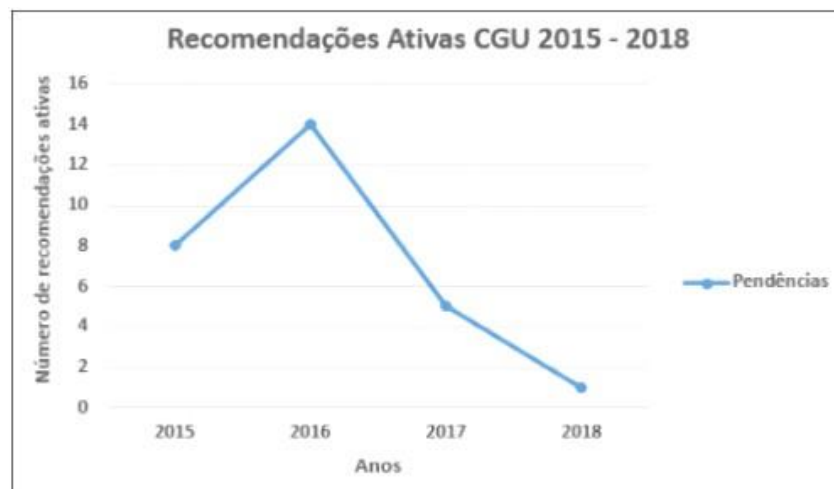



Fonte: Auditoria Interna – Audin/Ibram, 2019.

Recomendações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria – Geral da União – CGU.

Foi observado um avanço no atendimento das Determinações e Constatações dos Órgãos de Controles, onde é possível observar a redução de pendências ainda ativas no Instituto Brasileiro de Museus.

O gráfico abaixo demonstra a relação de recomendações nos últimos quatro anos. No ano de 2015 o Ibram tinha 8 (oito) recomendações, em 2016 eram 14 (catorze), em 2017 foram 5 (cinco), e no ano de 2018 todas as recomendações foram respondidas, de forma que somente 1 (uma) recomendação ficou para ter seu atendimento completado no ano de 2019.



 8. Anexos e Apêndices

Declaração de Integridade

Declaramos junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos praticados na construção do Relatório de Gestão Ibram – ano-exercício 2018 asseguram a integridade do relatório em formato integrado conforme disposto pela Decisão Normativa- TCU nº 170, de 19 de setembro de 2018.

Reconhecemos nossa responsabilidade na aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação de cada item deste relatório sempre em observância da metodologia desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council* (Conselho Internacional para Relato Integrado) – IIRC.

Ao tratar de governança, o Relatório em formato integrado, não somente remete a requisitos de boa administração e a normas legais pertinentes, mas também contribui para maior transparência tanto pela utilização de recursos federais quanto pela entrega de bens e serviços públicos, indo ao encontro de um documento de relevância para a sociedade.

Declaramos ainda que o modelo integrado proposto para a prestação de contas de 2018 trouxe desafios, porém tornou o processo de prestação de contas mais efetivo e eficiente, aperfeiçoando nosso modo de pensar.

Por fim, em 25 de março de 2019, esta Diretoria representada pelos membros abaixo elencados, reunida com o objetivo de apreciar o

Relatório de Gestão – exercício 2018, em conformidade com o disposto acima, deliberou:

1. Aprovar o Relatório de Gestão – exercício 2018 do Instituto Brasileiro de Museus, conforme emanado da Assessoria de Gestão Estratégica, responsável pela consolidação das informações constantes do arquivo anexo.
2. Determinar a inserção dos itens do Relatório de Gestão no Sistema e-Contas do TCU.

Paulo César Brasil do Amaral

Presidente

Dênio Menezes da Silva

Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Interna

Eneida Braga Rocha de Lemos

Diretora do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus

Luciana Palmeira da Silva

Diretora do Departamento de Processos Museais

Alexandre César Avelino Feitosa

Coordenador-Geral de Sistemas de Informação Museal

Participam, ainda, da Reunião:

Marlon Duarte Barbosa

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais

Werner Neibert Bezerra

Auditor-chefe

Eliana Alves Almeida Sartori

Procuradora- chefe

Lista de Siglas e Abreviações

CCPM: Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico

CGP: Coordenação de Gestão de Pessoas

CGSBM: Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus

CGU: Controladoria Geral da União

CNIC: Comissão Nacional de Incentivo à Cultura

CNM: Cadastro Nacional de Museus

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

COG: Comitê de Gestão

CPGF: Cartão de Pagamentos do Governo Federal

CTINF: Coordenação de Tecnologia da Informação

DAS: Grupo Direção e Assessoramento Superior

DIR: Diretoria

EGTI: Estratégia Geral de TI

ESIC: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FCPE: Funções Comissionadas do Poder Executivo

FNM: Fórum Nacional de Museus

FVA: Formulário de Visitação Anual

FVM: Formulário de Visitação Mensal

GDAC: Gratificação de Atividades Culturais

GSISTE: Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

GT: Grupo de Trabalho

IBRAM: Instituto Brasileiro de Museus

ICOM: Conselho Internacional de Museus

INBCM: Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LOA: Lei Orçamentária Anual

MCTI: Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

MINC: Ministério da Cultura

NBCT: Normas Brasileira de Contabilidade

OE: Objetivos Estratégicos

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PAINT: Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PAM: Pesquisa Anual de Museus

PDTI: Plano Diretor de TI

PEN: Processo Eletrônico Nacional

PETI: Plano Estratégico de TI

PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual

PLS: Plano de gestão de Logística Sustentável

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNM: Política Nacional de Museus

PNSM: Plano Nacional Setorial de Museus

PPA: Plano Plurianual

PROFER: Procuradoria Federal

RAINT: Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAP: Restos a pagar

SAD: Sistema de Avaliação de Desempenho

SBM: Sistema Brasileiro de Museus

SCDP: Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SEI: Sistema Eletrônico de Informações

SGL: Sistema de Gestão da Informação

SNM: Semana Nacional de Museus

UFG: Universidade Federal de Goiás

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Créditos

Participaram da elaboração deste Relatório de Gestão todas as áreas do Instituto, bem como seus 29 Museus. Ele é produto da construção coletiva e orientado pelas boas práticas prospectadas em organizações públicas e privadas.

Governo Federal

Presidente da República **Jair Messias Bolsonaro**

Ministro de Estado da Cidadania **Osmar Terra**

Presidente do Instituto Brasileiro de Museus **Paulo Amaral**

Coordenação e Supervisão Geral da elaboração do Relatório de Gestão Ibram – 2018, formato integrado.

Chefe do Núcleo de Relações Institucionais **Marlon Duarte Barbosa e Fernanda Boaventura.**

Execução

Gabinete da Presidência
 Departamento de Processos Museais - DPMUS
 Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus – DDFEM
 Departamento de Planejamento e Gestão Interna - DPGI Brasil
 Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal - CGSIM
 Núcleo de Relações Institucionais – NRI
 Auditoria Interna – Audin
 Museu Casa de Benjamin Constant
 Museu Casa da Hera
 Museu Casa da Princesa
 Museu da Abolição
 Museu da Inconfidência

Museu da República
 Museu das Bandeiras
 Museu das Missões
 Museu de Arqueologia de Itaipu
 Museu de Arte Religiosa e Tradicional
 Museu de Arte Sacra da Boa Morte
 Museu de Arte Sacra de Paraty
 Museu do Diamante
 Museu do Ouro / Casa de Borba Gato
 Museu Forte Defensor Perpétuo
 Museu Histórico de Alcântara
 Museu Histórico Nacional
 Museu Imperial / Casa de Cláudio de Souza
 Museu Lasar Segall
 Museu Nacional de Belas Artes
 Casa Geyer

Arte

Assessoria de Comunicação - ASCOM
 Capa, Projeto Gráfico e Diagramação: **Emiliane Neves.**
 Foto: Banco de imagens da ASCOM

10 ANOS
instituto **brasileiro** de museus

Sbm
sistema brasileiro de museus

ibram
instituto **brasileiro** de museus

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL